

EM BUSCA DA INTEGRAÇÃO:

A política de remoção de favelas no Rio de Janeiro

Gisélia Potengy Grabois

Dissertação de Mestrado apresentada no  
Programa de Pós-Graduação em Antropolo-  
gia Social da Universidade Federal, do  
Rio de Janeiro

*S. Feller*

Museu Nacional  
Fevereiro de 1973

T 301.360981  
D 14  
8081



MUSEU NACIONAL  
DEP. DE ANTROPOLOGIA  
BIBLIOTECA  
N.º REG.:                     

Museu  
do  
NANAI

## ÍNDICE

	Pg.
NOTA	
INTRODUÇÃO	
I. Objetivo .....	1
II. A classificação dos entrevistados .....	2
III. O desenvolvimento da pesquisa .....	5
CAPÍTULO 1 - A SITUAÇÃO DAS FAVELAS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO .....	13
I. Crescimento das favelas .....	13
II. "Soluções" para as favelas .....	18
A) "Soluções" iniciais: 1920/50. A década de 50. ....	18
B) A década de 60: a consolidação de uma "solução" .....	23
1. A dispersão dos estratos da "favela" e a concentração espacial .....	23
2. Os órgãos da remoção .....	29
a) Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB) .....	29
b) Banco Nacional de Habitação (B.N.H.) .....	36
c) Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) .....	41
CAPÍTULO 2 - A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA FAVELA - A PRÁTICA DA POLÍTICA DE REMOÇÃO .....	50
I. Objetivos e quadro teórico .....	50
II. Características das áreas renovadas .....	59
III. As características das operações de remoção .....	63
IV. As relações entre os atores urbanos .....	77
V. A manipulação do "programa" de remoções .....	81
VI. A redefinição da situação do favelado .....	89
CAPÍTULO 3 - AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A "REMOÇÃO" .....	98
I. Objetivo e quadro teórico .....	98
II. O sistema de representações dos planejadores .....	106
III. O tempo da "remoção" .....	107
CONCLUSÕES .....	138
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA .....	144
ANEXOS	
RESUMO	

Favor não fazer anotações ou grifos  
à tinta ou a lápis nesta publicação

## NOTA

Não poderia deixar de registrar meu especial agradecimento ao antigo e ao atual diretores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Drs. Roberto Cardoso de Oliveira e Roberto Da Matta, que me facilitaram as condições institucionais e financeiras para a realização do trabalho. Para isso contei com uma bolsa de pós-graduação (Mestrado) do Conselho Nacional de Pesquisas, durante três anos, e com uma bolsa do Consórcio de Estudos Urbanos da Fundação Ford, no último ano, cujos recursos me permitiram terminar os créditos exigidos para a realização do Mestrado, empreender a pesquisa, trabalhar os dados e redigir a tese. Agradeço em especial ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, cujo diretor Prof. Manuel Diégues Jr. forneceu apoio institucional durante toda a realização da pesquisa e apoiou meu pedido de bolsa junto ao Consórcio de Estudos Urbanos.

Gostaria de agradecer a todos os professores e colegas do Curso de Mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional, cujas críticas e sugestões, na convivência diária, contribuíram de maneira decisiva para que este trabalho pudesse ser realizado. O ambiente de estímulo intelectual encontrado no Curso é responsável pelo entusiasmo que procurei imprimir à pesquisa. Em especial agradeço à Profa. Francisca Isabel Vieira Keller, minha orientadora, que nos momentos de desânimo me incentivou e que com sua clareza e senso de ordem disciplinou minhas idéias nem sempre muito claras, durante a fase de redação final do trabalho. Registro meus agradecimentos e minha maior admiração aos Profs. Shelton Davis e Moacir Palmeira que muito me ajudaram com suas críticas e sugestões na fase inicial da pesquisa, quando da escolha do objeto de análise. O primeiro, com seu apoio aos alunos que lhe solicitavam a-

tenção, marcou sua passagem pelo Curso como um dos contatos humanos mais estimulantes com que pudemos contar. Em relação ao meu trabalho, em especial, suas oportunas sugestões e observações ao projeto inicial da pesquisa me ajudaram até o final da tese. A convivência com o Prof. Moacir Palmeira permitiu-me, através de seu agudo senso crítico, estabelecer uma perspectiva crítica do meu próprio trabalho. Meus maiores agradecimentos ao Prof. Gilberto Velho que, no final da pesquisa, deu-me a oportunidade de discuti-la com seus alunos do curso de Antropologia Urbana, no primeiro semestre de 1972, e que mais tarde leu os originais do trabalho, levantando valiosas sugestões e observações acerca de alguns problemas teóricos. Ao arquiteto Carlos Nelson dos Santos devo um muito obrigado pelas sugestões substantivas ao primeiro capítulo, sobre a história do processo de remoções do qual participei ativamente.

Ainda gostaria de lembrar o espírito de compreensão e amizade que encontrei entre meus companheiros do Curso, especialmente Afrânio Raul Garcia Júnior e Marie-France Garcia que discutiram comigo a problemática da minha relação com meu objeto de análise. Por outro lado, este trabalho não poderia ter sido realizado sem a compreensão e a colaboração prestadas pelas pessoas que, por força do trabalho que exercem, estão envolvidas no processo da política de remoções de favelas no Rio de Janeiro.

## INTRODUÇÃO

### I. Objetivo:

O objetivo do trabalho é explicitar o conteúdo social da política de remoção de favelas no Estado da Guanabara, que vem se dando desde 1962 e, mais acentuadamente, a partir de 1968.

A escolha do tema não se deu por acaso; trata-se da continuação de uma preocupação com as "favelas", parte de um interesse mais geral com a problemática das relações dos "setores de renda baixa". Vinda de uma experiência profissional de pesquisa "encomendada", em que o objeto e os métodos não eram por mim escolhidos, mas já estavam, em geral, equacionados, a elaboração da tese me proporcionou a oportunidade de, pela primeira vez, escolher meu próprio caminho, tanto em relação ao tratamento teórico dos dados obtidos como à própria maneira de obtê-los.

Trata-se de um tema ligado, por um lado, à problemática da planificação urbana, efetuada pelo Estado, através de seus aparelhos administrativos aliados aos agentes econômicos que põem em prática o Plano e, por outro lado, à própria ideologia que informa esta planificação, veiculada por estes aparelhos.

No início da pesquisa impressionava-me a preocupação que as pessoas residentes nas favelas tinham com a "remoção" e a insegurança daí resultante em relação ao morar, mesmo em favelas que não iam ser removidas. O aceleração desse processo e a criação de novos conjuntos habitacionais eram sentidos no dia a dia dos jornais e na apreensão dos "favelados" (1).

---

(1) Na época estava ajudando Steve Cohn na pesquisa "A Lei Interna da Favela" realizada em 4 favelas da Guanabara: Jacarezinho, Parque União, Dendê e Rocinha.

A partir disso, elaborei um projeto em que procurava definir quais as relações que estavam em jogo no processo de remoção. A primeira idéia foi estudar concretamente uma remoção, observando a população no período anterior a ela, na época da remoção e sua posterior adaptação ao conjunto habitacional, paralelamente ao estudo do próprio conteúdo do planejamento da remoção.

Dessa forma, restabeleci contatos feitos anteriormente na favela da Rocinha e acompanhei a remoção da favela da Catacumba. Entretanto, a complexidade da própria política de remoções a nível local, suas implicações a nível nacional, me pareceram tão ricas e merecedoras de estudo que, embora tenha acompanhado mais tarde a remoção da favela Macedo Sobrinho e da Rocinha e tenha feito entrevistas em conjuntos habitacionais e em parques proletários, decidi fixar minha atenção na própria política da remoção.

Meu interesse pela Antropologia decorria da minha própria experiência que mostrava quão frutífera era sua abordagem; seus métodos e a consciência da relação pesquisador-pesquisado já tinham sido de grande valia nos trabalhos anteriores. Assim também ao escolher estudar o que estava ocorrendo com a "favela" e os "favelados" os métodos empregados foram os usuais na Antropologia: história de vida, observação participante, entrevistas informais, etc. Ao trabalhar com os sistemas de representação optei por ser o mais fiel possível ao relato do entrevistado, através de entrevistas gravadas, uma vez que a memória perderia muito do que seria dito.

## II. A classificação dos entrevistados:

Os entrevistados foram escolhidos por atualmente estarem ou já terem estado, no passado, em funções diretamente ligadas à prática da política de

remoção de favelas no Rio de Janeiro, seja em cargos-chave, influenciando no tipo de decisão a ser adotada, seja diretamente na execução da política, "tra<sup>z</sup>duzindo" para a clientela da remoção as linhas a serem executadas, seja liga<sup>d</sup>os a organizações paralelas, particulares ou que constituem grupos de pres<sup>en</sup>ça ligados à remoção de favelas.

Os entrevistados não são meros executores de políticas, uma vez que através do monopólio da técnica ou de manobras políticas influenciam na política seguida através de grupos de trabalho, comissões, assessorias, etc... , junto aos escalões superiores da administração, isto é, têm uma certa influência e uma autonomia relativa na tomada de decisões. É claro que o sistema estabelece os seus próprios limites traduzidos nas linhas políticas adotadas pelo regime e que se relacionam com as decisões de caráter macro-econômico.

Todos os entrevistados podem ser englobados sob a classificação de "planejadores". A categoria "planejadores" é minha, embora alguns dos entrevistados a utilizassem para se referirem aos participantes da política de remoções. Entre eles temos presidentes de órgãos administrativos estaduais e federais, diretores de departamentos e de divisões, assessores técnicos, técnicos e funcionários -- todos participantes de órgãos administrativos ligados à política de remoção de favelas. Também incluí técnicos que, embora não participem atualmente de nenhum órgão administrativo, têm suas preocupações profissionais voltadas para a problemática em questão ou estiveram, de alguma forma, ligados anteriormente a esta política, participando ativamente ou em oposição a ela, através de associações de classe ou através de trabalhos independentes para as organizações que lidam com as favelas. A análise do seu discurso mostra também os mesmos temas que perpassam o discurso dos outros.

Os "planejadores" podem ser classificados em técnicos, administradores ou políticos. Esses tipos não se excluem e como se trata aqui de uma classificação formal é óbvio que encontramos na realidade misturas desses tipos, quase nunca tipos puros. O discurso de todos eles coincide em certos pontos e se distancia em outros, servindo para marcar as facções. Entretanto, todos podem ser reduzidos a certos temas comuns. Esta classificação foi baseada em observações e é utilizada no discurso dos entrevistados.

Os técnicos, propriamente ditos, consideram que a política pouco interfere no seu trabalho e legitimam sua ação através da "técnica" conseguida através de formação escolar superior. Teriam o monopólio do saber e seriam mais estáveis nas organizações do que os políticos. Acham que a "política" sempre atrapalha o desenvolvimento do seu trabalho. Em geral a razão de preencherem certos cargos mais importantes nas organizações é sempre devida à "técnica", isto é, ao fato de "serem bons".

Em segundo lugar, teríamos os administradores, que os entrevistados denominam de "burocratas". Preferi a primeira categoria para diminuir a possibilidade de confusão com conceitos relativos à teoria da burocracia. Muitas vezes, desconhecendo a "técnica", são conduzidos politicamente a cargos-chave para cumprir funções administrativas, embora correntemente estejam entre os "entendidos" pela prática que possuem obtida no exercício de funções ditas burocráticas, nas organizações que tratam da remoção.

Em terceiro lugar, teríamos os políticos: ou se trata de políticos profissionais que, devido ao sistema político vigente, com grande centralização de decisões ao nível de executivo, percebem a eficácia política de se ligarem a órgãos administrativos que lidam com "problemas" que envolvem grande parte da população, como habitação, saúde, educação, etc..., ou se trata de

indivíduos com funções administrativas eminentemente políticas. A forma de preenchimento dos cargos, neste caso, obedece a critérios mais políticos do que puramente técnicos. Em geral, esses políticos são representantes de facções, ligados a um líder mais importante. Poderíamos dizer que têm o monopólio da "lealdade" e, por isso, são mais instáveis nos órgãos administrativos.

Outras classificações poderiam ser feitas e o discurso analisado segundo diferentes categorias, tendo em vista o critério utilizado para a classificação. Por exemplo, o alinhamento dos entrevistados a diferentes facções deve influir no tipo de discurso que apresentam sobre a "remoção". Outra diferenciação importante pode se relacionar com a formação específica do entrevistado, isto é, o tipo de formação escolar ou informal influenciaria e explicaria divergências e discrepâncias ao nível do discurso. Prefiro tratar o discurso como um todo por se tratar de uma primeira abordagem e por não constituir problema teórico perceber os "planejadores" como "funcionários da ideologia" que se unificam ao nível do tipo de emprego que possuem. Entretanto, atentando para certas diferenças existentes, optei por classificar o entrevistado segundo as categorias acima, o que constitui mais um dado para que o leitor possa avaliar da semelhança em certos pontos do discurso e das diferenças em outros. Não me proponho a tratar aqui das razões destas diferenças nem a tratar separadamente cada categoria do discurso segundo as categorias dos entrevistados.

### III. O desenvolvimento da pesquisa:

O contato com os órgãos administrativos que cuidavam do assunto e com as pessoas diretamente envolvidas com o planejamento das remoções e da construção de conjuntos habitacionais para os "ex-favelados" levantou os proble-

mas e as questões que procurei formular na tese. Ainda aqui, muitos aspectos só puderam ser esclarecidos e o plano de pesquisa reformulado através do contato constante nas instituições e nos órgãos com as pessoas que estavam mais ligadas diretamente ao assunto. Se, por um lado, com algumas dessas pessoas, por serem por demais ocupadas ou por exigências formais do cargo que ocupam, não pude ter um contato mais constante, por outro lado, com os "técnicos", talvez por possuir um tipo de formação profissional parecida, este contato foi contínuo e muito frutífero; nunca se furtaram a nenhum esclarecimento e mesmo com alguns estabeleceram-se laços de amizade.

Nesse contato inicial surgiu a problemática que me parece ser um dos pontos centrais da tese e que já vinha sendo objeto de interesse nas minhas leituras sobre "teoria da marginalidade" e sobre "teoria da modernização": o fato dessas pessoas estarem "planejando" perspectivas e provocando mudanças de vida para outras pessoas que têm uma existência completamente diferente. O que me preocupava era o que os "planejadores" pensavam dos "favelados" ou como os "planejadores" pensavam "favela", "favelado", "conjunto habitacional", "urbanização", "remoção", "casa própria". A pesquisa sobre estas categorias se impôs a partir da leitura inicial dos textos oficiais dos órgãos administrativos da remoção (COHAB, CHISAM, B.N.H.) que as manipulam de diversas maneiras e da própria ambigüidade que apresentam alguns destes termos no bojo de teorias ditas científicas. Alguns impasses das diferentes teorias de marginalidade e modernização se referem aos significados atribuídos a eles.

Desta forma, um dos objetivos do trabalho passou a ser a análise da ideologia dos aparelhos administrativos do Estado ligados à remoção e a análise das representações que os agentes que estão levando a efeito essa política têm sobre a sua própria prática. Essa política surge e se legitima atra-

vés desse sistema de representações, dessa ideologia que, por sua vez, é informada e realimentada pela própria dinâmica das relações entre as classes envolvidas no processo de remoções.

Por outro lado, o processo histórico da política de remoções de favelas, suas tendências, as defecções internas nos órgãos administrativos durante o processo, as ligações com o nível nacional e com a expansão urbana do Rio de Janeiro eram pontos essenciais para esclarecer o conteúdo social dessa política. Impôs-se uma pesquisa histórica e uma análise do processo histórico da política de remoções de favelas a partir dos anos 50, quando houve um "boom" do seu crescimento. O primeiro capítulo procura sistematizar a análise desse processo. O segundo capítulo é uma tentativa de analisar o significado social da prática das operações de remoção, mostrando os novos usos da terra da antiga favela, a localização na cidade dos novos conjuntos habitacionais e a forma de interferência do Estado, através das várias operações que compõem o conjunto da política de remoções. Por outro lado, procura analisar, também no segundo capítulo, as relações e os interesses dos atores concretos presentes nestas operações. Como estas relações se dão através da "manipulação" da categoria "favelado" a cuja análise dedico o terceiro capítulo, que abrange esta e outras categorias do sistema de representações do "planejador" sobre as remoções.

O período de pesquisa estendeu-se do primeiro semestre de 1971 até o final do ano de 1972. No primeiro semestre de 1971 procedeu-se ao levantamento de jornais e de outras fontes bibliográficas. De agosto a dezembro do mesmo ano iniciei os primeiros contatos nos órgãos administrativos que cuidam da remoção. A partir de dezembro foram realizadas as primeiras entrevistas e observações que prosseguiram até o mês de agosto de 1972. A partir daí

inicie a organização do material coletado sob a forma de relatórios, documentos oficiais, entrevistas gravadas e observações de campo.

Para me aproximar do meu objeto de análise adotei a técnica de concentrar esforços durante o tempo necessário em determinado órgão, procurando "viver" o dia a dia de seus problemas. Embora não estivesse especialmente interessada na problemática da burocracia, essa me pareceu a melhor maneira de ganhar a confiança de meus entrevistados e de conhecê-los melhor na rotina do seu trabalho diário. No dia em que marcava as entrevistas formais, aproveitava para um "papo" que muitas vezes se prolongava em outros dias. Não foi raro encontrar nos gabinetes com várias pessoas que já tinham sido entrevistadas formalmente e que, me conhecendo, facilitavam as novas relações. A maior parte das entrevistas foram sugeridas pelos próprios entrevistados. O contato com essas pessoas foi tão amigável que várias entrevistas foram feitas fora do local de trabalho, na residência dos entrevistados ou em locais públicos.

Para o dimensionamento da amostra optei pelo levantamento de redes de relações que levassem a padrões de recorrência e onde se explicariam as posições dentro da rede, pois esse me parece o caminho mais frutífero quando se trata de um trabalho em que se pretende explicitar os pontos mais importantes de uma política. Outro poderia ter sido o procedimento, como, por exemplo, aplicar um questionário baseado nos cadastros funcionais dos órgãos. Porém, muitas pessoas importantes para a política de remoções no passado já não fazem parte dos órgãos e as posições na estrutura formal de poder podem não coincidir com a informal a qual, em geral, explica muito melhor as posições. Desta forma, o estabelecimento de redes de relações mostrou melhor resultado para o objeto da pesquisa.

Em geral os entrevistados me recebiam bem, embora sempre houvesse uma dose de desconfiança quanto aos reais objetivos da pesquisa. Muitos perguntavam se não era para ser publicado nos jornais. Esclarecidos sobre as finalidades da pesquisa se mostravam mais receptivos. A finalidade científica forneceu respeitabilidade e confiança à pesquisa, uma vez que nestes círculos a ciência é altamente valorizada. Outros preocupavam-se com as aplicações práticas da pesquisa, achando que era de vital importância pois serviria como subsídio para trabalhos futuros de remoção de favelas. Em geral não se conformavam quando eu esclarecia quanto às finalidades puramente acadêmicas e me faziam preleções sobre a necessidade das pesquisas aplicadas ou me pediam opinião sobre determinados aspectos ligados à remoção. É de se notar que durante a realização da pesquisa de campo houve três oferecimentos de emprego para integrar equipes ligadas à remoção, embora na prática nenhum deles tenha se concretizado, por motivos alheios aos ofertantes. Seria ingênuo pensar que esses oferecimentos estivessem ligados apenas a uma tentativa de seduzir a pesquisadora, induzindo seus dados, uma vez que se tratava de situações em que se configuravam diferentes graus de envolvimento no processo e que, por outro lado, nada foi prometido concretamente, além de que estes oferecimentos não impediram que eu pudesse contar com a colaboração efetiva desses "planejadores", inclusive através da apresentação de pessoas já desligadas dos órgãos de remoção. Penso que estes oferecimentos traduzem um aspecto da própria ideologia dos "planejadores", a crença na eficácia da ciência como padrão racionalizador.

Uma das dificuldades que tive de enfrentar foi justamente essa necessidade que me era imposta, a cada momento, de me definir sobre assuntos relativos à "remoção". Embora nunca tivesse me definido sobre os aspectos básicos

que são discutidos aqui, uma vez que nunca isso me foi solicitado, não vi in conveniente e na verdade revelou-se estimulante para a própria pesquisa opinar sobre aspectos puramente "técnicos" e sobre detalhes de complementação do programa de remoções, o que favoreceu, mais de uma vez, a que os entrevistados colocassem melhor seus pontos de vista.

É preciso lembrar que o debate é um dos padrões de trabalho nestes círculos e uma das formas de comunicação, embora possa encobrir manobras e alianças que se fazem nos "bastidores", mas é aí, no debate, que estas alianças atuam.

Outra dificuldade diz respeito aos órgãos que apresentavam, entre si, algum tipo de conflito. Nestes casos eu era sempre chamada a opinar sobre o que pensava do outro órgão e sobre as pessoas que a ele estavam ligadas. Isso demonstra que, nos contatos iniciais, quando as pessoas sabiam que eu havia passado pelo outro órgão, identificavam-me com o mesmo. Nesses casos eu procurava manter um distanciamento crítico tanto em relação a um órgão quanto ao outro, o que às vezes era extremamente difícil.

Em dois dos doze órgãos em que estive, participei, ao lado da equipe técnica, de trabalhos externos junto à "população favelada" ou "ex-favelada". Num deles tive atuação efetiva, preparando relatórios que serviram de subsídio a discussões com a equipe. Noutro órgão tive participação ativa em levantamentos efetuados pela equipe técnica. Destes doze órgãos concentrei-me em dois, por serem aqueles que, na época, tinham poder de decisão sobre as operações de remoção, embora nos outros tenha também realizado entrevistas. Por outro lado, é preciso lembrar que minha aceitação junto aos entrevistados se deve a uma situação muito particular de que goza o pesquisador junto ao "planejador". A procura da "solução" por parte do "planejador" implica em

que o pesquisador se torne uma ponte, uma mediação, entre os "planejadores" e "eles" (os "favelados", os "moradores de conjunto"). É preciso conhecê-los, saber como agem, o que fazem, o que querem... O pesquisador é o instrumento que com sua ferramenta -- a pesquisa -- recolherá a verdade dos problemas, que será traduzida pelos "planejadores" que encontrarão a "solução".

Além desse trabalho nos órgãos administrativos que cuidam da remoção, estive em contato com outras instituições ligadas ao "problema", como associações de classe e associações de moradores; outros interessados na problemática ou participantes do processo, no passado, foram procurados individualmente. Foram feitas quinze entrevistas formais gravadas, com cerca de duas horas cada uma. No total, cerca de quarenta pessoas foram abrangidas pelas redes de relações entre entrevistas formais e informais. Foram visitados cerca de doze órgãos estaduais e federais e cinco escritórios particulares e sedes de associações de classe.

Penso ter delineado as linhas gerais que me guiarão no trabalho e os objetivos que espero alcançar. Tenho consciência que muitos problemas ficam por resolver e que se mostrarão no decorrer do trabalho, como, por exemplo, as relações entre a ideologia veiculada pelos órgãos do Estado e as representações dos "planejadores". Ao analisar as representações dos agentes que estão levando a efeito a política das remoções de favelas estamos, na verdade, estudando as representações de um segmento da "classe média educada" (2) que seria o estrato formador da burocracia brasileira. Tendo como dado que a i-

---

(2) In DALAND, R., 1969: 201, citado por CARDOSO, F.H., 1972: 98: "As funções da burocracia brasileira são: (1) - prover um canal de mobilidade ascendente para a classe média educada; (2) - prover rendas permanentes para aquela parte da classe média que serve de apoio ao regime; (3) - prover um baixo nível de certos serviços; (4) - dar a oportunidade de iniciativas privadas baseadas nos poderes inerentes a certos grupos.

ideologia dominante perpassa todos os níveis da estrutura e serve de modelo para todas as classes, penso que não estaria muito equivocada ao supor que a ideologia dos "planificadores", agentes-suportes do regime, reflete, em geral, a ideologia dominante.

Por outro lado, essa ideologia dominante é determinada a partir das relações entre as classes. O que nos faz voltar ao problema: a ideologia do Estado reflete a dinâmica entre as classes sociais (na medida em que o Estado tem necessidade da coesão social para se manter), ao mesmo tempo em que reflete os interesses e a hegemonia da classe dominante; contradição não resolvida teoricamente que se mostra nas próprias contradições internas a esta ideologia.

Por outro lado, até que ponto os "planejadores" têm autonomia como geradores de símbolos, na medida em que representam um segmento de classe? E, constatando-se que, realmente, têm autonomia como geradores de símbolos, até que ponto esta autonomia não se encontra limitada pela própria posição que ocupam na estrutura de poder do organismo do Estado?

## CAPÍTULO 1

## A SITUAÇÃO DAS FAVELAS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

O objetivo do capítulo é situar a problemática da "favela" no processo histórico de urbanização do Rio de Janeiro e as "soluções" que foram tentadas pelos Governos Federal e Estadual visando o "equacionamento do problema". É preciso compreender que desde que as "favelas" se constituem, existe a preocupação do Estado em situá-las como um "problema" a ser resolvido. Não pretendo descrever em profundidade todas as tentativas neste sentido e acredito que deverão escapar ao meu trabalho muitas facetas importantes do desenvolvimento da "favela", ligadas ao processo de urbanização da cidade. Entretanto, meu objetivo é delinear a situação da "favela" em relação à sociedade abrangente, visando uma melhor compreensão da política de remoções e sua significação para o sistema social (1).

I. Crescimento das favelas:

O processo de urbanização e a problemática das favelas no Rio de Janeiro estão intimamente relacionados. Como demonstra Parisse, "a favela não constitui um fenômeno acidental, acessório. Existe uma relação entre a implantação das favelas e a evolução urbana - o aumento da população e a ocupação do espaço" (PARISSE, 1969A: 21).

Assim, à medida que a cidade evolui através do crescimento vegetativo

---

(1) Para maiores esclarecimentos sobre o processo de formação de favelas, suas características e as "soluções", historicamente tentadas, no Rio de Janeiro, ver: TURNER, John - 1966; PARISSE, Lucien - 1969B e 1970; LEEDS, Anthony - 1969; LEEDS, Anthony & Elizabeth - 1971.

ou da migração interna, as favelas vão aumentar em número e tamanho, principalmente na década de 50. A valorização imobiliária crescente (face a diferentes fatores tais como custos de construção, valor dos terrenos, preços dos aluguéis e dificuldades de transporte), ao lado da diminuição do poder aquisitivo da população devido à inflação, fazem com que os assalariados tenham um problema de difícil solução na habitação. Assim sendo, procuram se concentrar em terrenos abandonados que não tenham sido utilizados ainda para construção em razão de más condições topográficas ou devido a conflitos legais: heranças pendentes, desconhecimento dos proprietários. Localizam-se, também, em áreas do Governo, em áreas sob a jurisdição da Marinha, do Ministério da Agricultura ou do Exército, ou pertencentes à administração do antigo Distrito Federal (Cf. PARISSE, 1969A: 22).

De uma maneira geral, as favelas são construídas em terrenos invadidos, cuja posse pelos favelados raramente está legalmente resolvida. Sobre a situação de propriedade destas áreas sabemos que "levantamentos efetuados em 1964 revelaram que 23% das áreas faveladas do Grande Rio pertencem ao Governo Federal, 27% aos governos estaduais e 44% constituem propriedades privadas, havendo 6% de terrenos cuja propriedade é duvidosa ou desconhecida" (BRASIL. Ministério do Interior, 1969A: 10). Na maior parte os terrenos de particulares ou estão abandonados pelos donos ou os favelados pagam algum tipo de foro ou taxa de ocupação.

Na medida em que a expansão do Rio de Janeiro se dá, num sentido, ao longo da orla marítima, em direção ao litoral da Barra da Tijuca e da estrada Rio-Santos e que essa faixa, altamente valorizada e de grande aproveitamento turístico está, literalmente, comprimida entre o mar e a montanha, é fácil imaginar que a pressão econômica sobre o solo é grande face o pequeno número

de terrenos disponíveis. Desta forma, não há tolerância em que esta terra se ja ocupada sem que se pague por ela o preço de mercado. E uma das características da "favela" é, como aponta Leeds, justamente a "posse ilegal da terra" (2).

Na verdade a proliferação das favelas em solos altamente valorizados gerava um desequilíbrio dentro do sistema, face à já escassa oferta de terrenos. Ao lado do mercado "oficial", florescia um mercado "paralelo", para não dizer "marginal" ao "oficial", de oferta de habitações para pessoas com renda baixa, localizadas nestes mesmos terrenos cobiçados pelo mercado "oficial" ou exigidos pela expansão da cidade para a construção de obras viárias (3).

Em linhas gerais, o processo de implantação de uma favela segue o que relata Turner sobre os colonos permanentes em geral, "... a prioridade inicial de um colono permanente (que excepcionalmente será um recém-chegado à cidade) é conseguir um lote de terreno para construir uma casa em uma zona que possua serviços comunais básicos como escolas elementares e mercado. O refúgio, inicialmente provisório, será logo substituído ou modificado de ma-

---

(2) Cf. LEEDS, Anthony, 1969: 49: "The only thing that is consistent for all cases is the illegal tenure and even this varies in a number of ways".

(3) Sobre este mercado de oferta de habitações nas "favelas" vale dizer que pode chegar a um tipo de formalismo e impessoalidade encontrados também no mercado "oficial". Além dos canais informais de amizade, vizinhança e compadrio, estas habitações são oferecidas nos anúncios classificados da imprensa e os candidatos são, muitas vezes, selecionados através de várias exigências formais, como apresentação de fiador idôneo, proprietário ou através do pagamento de fianças ou "luvas". O compromisso entre as partes passa a ser firmado através de contrato assinado com firma reconhecida em cartório e a administração do imóvel está, nesses casos, em geral entregue a um escritório de administração.

neira que chegue a constituir o núcleo ou célula de um alojamento permanente, de uma casa definitiva; posteriormente tratará de obter e efetivamente obterá serviços modernos de utilidade pública (água para usos domésticos e construção de alvenaria)" (4).

Daí a alta percentagem de população favelada (16,3%) encontrada na Zona do Litoral (Leblon, Copacabana...), "taxa superior à percentagem de população não favelada da Zona (11,4%) na década de 50/60" (PARISSE, 1969B: 165).

Esta zona oferecia os serviços comunais básicos citados por Turner, em quantidade e qualidade razoáveis, além de um mercado de trabalho em expansão, no setor do baixo terciário e no setor secundário (expansão da construção civil, alta concentração de manufaturas de calçados e confecções de vestuário e comércio em expansão). Entretanto, como também observa Parisse, nesta zona, na mesma época, a taxa anual de crescimento da população da favela é inferior ao crescimento da população não favelada que apresenta a taxa de crescimento mais elevada da Guanabara (5,1 a 6%). Isto porque a saturação habitacional e a especulação imobiliária tornam o estabelecimento e o crescimento das favelas muito dificultado, impondo uma diminuição do seu ritmo de crescimento.

A localização das favelas no espaço urbano da Guanabara, na década de

---

(4) "... la primera prioridad de un colono permanente (que sólo excepcionalmente será un recién llegado a la ciudad) es la de conseguir un lote de terreno para construir una vivienda en una zona que posea servicios comunales básicos como escuela elementales y mercado. El refugio inicialmente provisional será luego reemplazado o modificado de manera que llegue a constituir el núcleo o célula de un alojamiento permanente, de una casa definitiva; con posterioridad se tratarán de obtener o efectivamente se obtendrán servicios modernos de utilidad pública (suministro de agua para usos domésticos y construcción al alcantarillado)" (TURNER, John, 1966: 8).

1950/60 se dava em quatro grandes áreas: "a orla N. da Baía, as zonas da Tijuca, do Méier, do litoral S. Se olharmos para o dinamismo do fenômeno, isto é, a relação entre o aumento das favelas e o crescimento da cidade, distinguimos três zonas: uma de estagnação relativa da favela, nos bairros que atingiram a saturação habitacional (litoral S., faixa centro, Tijuca, Méier), outra, nos bairros em processo de adensamento onde as favelas crescem rapidamente (litoral N., Madureira, Irajá, Anchieta, Governador) e a terceira zona: a da periferia, onde só agora começa o processo de adensamento com a multiplicação simultânea das favelas..." (PARISSE, 1969B: 168).

Estas tendências provavelmente se mantiveram na década de 1960/70, embora com maiores dificuldades para a implantação de novas favelas e o adensamento das antigas nas zonas em que a expansão urbana, representada pela construção convencional, se fez mais intensamente, incluindo aí conjuntos habitacionais construídos pela COHAB e Cooperativas Habitacionais e que, face à maior facilidade de controle exercido pelos órgãos administradores, não toleraram a existência de favelas na periferia dos conjuntos. Também a expansão urbana, representada pela construção de obras viárias (exemplos: construção de túneis, viadutos e seus acessos, construção da ponte Rio-Niterói, duplicação de pistas de acesso ao aeroporto do Galeão visando o aeroporto supersônico a ser construído, construção da Central de Abastecimento do Grande Rio) ou o planejamento de áreas industriais a serem implantadas e a expansão de indústrias já existentes podem ter dificultado o aumento e o estabelecimento das favelas nas zonas acima citadas, modificando as tendências do dinamismo do fenômeno.

É interessante notar que uma tendência natural, devido à necessidade de integração de maior número de terrenos ao mercado convencional de construção,

que vinha se dando desde a década 1950/60, será reforçada na década 1960/70 pela política de remoções de favelas adotada pelos Governos estadual e federal. Assim, não somente se torna difícil a implantação de novas favelas nas zonas do litoral S., faixa centro, Tijuca e Méier, como ainda se torna insegura a situação de habitação de residentes em "favelas" destas zonas há mais de vinte anos.

Nesse período 1960/70, arriscamos formular algumas hipóteses sobre as tendências do crescimento das favelas, face à falta de dados estatísticos. Principalmente na Zona Sul, com o incremento das remoções de favelas, houve, provavelmente, uma diminuição da população total das favelas da área, entretanto as remoções também tornaram mais populosas as favelas não removidas, havendo alguns indícios empíricos do fato na favela da Rocinha. Por outro lado, observa-se um adensamento de construções de favelados na área da Av. Brasil a partir de Irajá.

## II. "Soluções" para as favelas:

### A) "Soluções" iniciais: 1920/50. A década de 50.

Paralelamente ao crescimento e aumento das favelas se observa uma preocupação constante em "solucionar o problema" dos favelados. Estas "soluções" vão desde a colocação de serviços públicos, visando o melhoramento das condições das favelas, até a erradicação das mesmas.

Assim, já aproximadamente em 1920 antigas favelas são erradicadas quando a administração do Distrito Federal, aproveitando-se da emoção provocada pela epidemia de gripe de 1918, "limpa" os principais focos de favelas (São Carlos, Santo Antônio). Em 1940, deparamos com um "Esboço de um plano para o estudo e a solução do problema das favelas no Rio de Janeiro", de Vítor

Moura, antigo diretor do Albergue da Boa Vontade, de onde resultará a experiência dos Parques Proletários Provisórios (Cf. PARISSÉ, 1970: 122).

Com o aceleramento do processo de substituição de importações e de urbanização, a "favela" torna-se um dos centros de interesse para os técnicos e administradores. Entre 1950/60, no Rio de Janeiro houve um aumento de 100% da população favelada. Este impressionante crescimento e outros fatores ligados ou à sua constituição ou à maneira pela qual é "vista" de fora fizeram que a "favela" se colocasse como um "problema carente de solução" : por apresentar uma aparente desorganização na sua estrutura interna; possuir uma maior facilidade topográfica para esconderijo de indivíduos considerados perniciosos à coletividade; ser considerada feia e anti-higiência ; ter uma alta percentagem de indivíduos com renda baixa, pobres; haver grande incidência destes núcleos em terrenos da Zona Sul da cidade, terrenos altamente valorizados.

Esta "solução" é sempre vista como sinônimo de integração aos padrões da cidade, da qual, embora sendo uma parte, recebe o sentimento de "estar fora". A este respeito é esclarecedor o que nota Alison Mac Ewen: "A maior parte das características dos "squatters" podem ser identificadas como atributos econômicos e sociais da classe baixa e do grupo de status mais baixo dentro daquela classe. Conseqüentemente, a integração na sociedade urbana envolve alguma forma de mobilidade econômica e social desde que isto traz a elevação do nível econômico que permite a entrada no mercado privado de habitação (sobretudo através de locação mais do que de compra), mais altos ní -

veis de consumo e aquisição de outros fatores que elevam o status" (5).

De 1947 a meados de 1953 são realizados cerca de oinco censos nas favelas cariocas, por diferentes entidades governamentais. Como observa Parisse (PARISSE, 1969B: 122), "estes censos contribuem para que a favela apareça como problema: estético, higiênico, urbanístico, policial. À medida que a cidade ocupa mais terrenos e cresce em densidade, o contraste favela/bairro se torna mais visível. A favela é "outra", está fora da sociedade, fora da civilização. Ocupa terrenos de outros, desrespeitando o direito de propriedade".

No começo de 1952, um repórter de "O Globo" consagra uma série de reportagens à favela, sob o título: "Fui a outro inferno".

"Baseada na ilegalidade, no desrespeito à propriedade, a favela está em conflito com a estrutura jurídica da nação. Não é crível que se mantenha na capital do país, por mais tempo, essa condição que não se toleraria nos recantos mais desertos e bravios do sertão".

Em fevereiro, outra série de artigos apresentam "Lições de uma reportagem" -- reflexão sobre a favela e plano de ação para acabar com ela. Estes artigos manifestam que no começo dos anos 50, mais do que nunca, firma-se na mentalidade comum que a favela representa uma fonte de ameaças, de conflitos na cidade. "Não é preciso ser sociólogo para perceber os perigos que representa para a cidade este agudo conflito entre a opulência e a miséria, entre os palácios e os barracos" (Cf. PARISSE, 1969B: 122, citando "O GLOBO", 13 /

---

(5) "Most of the characteristics of the squatters can be identified as attributes of low social and economic class, and of the lowest status group within that class. Consequently, integration into urban society involves some form of social and economic mobility since this brings about the rise in economic level which permits entry into the private housing market (albeit renting rather than purchase), higher consumption levels and acquisition of other status factors" (MACEWEN, 1972: 44).

2/52 - "Solidariedade e não caridade").

É na década de 50 que surgem ou se desenvolvem os principais projetos visando a melhoria ou erradicação das favelas. Em 1947 é criada a Comissão para a Extinção das Favelas no Departamento de Assistência Social da Prefeitura. Em 1946 o Decreto Lei de 1/5/46 do Governo Federal criou a Fundação da Casa Popular mas somente em novembro de 1951 é promulgada uma lei dotando-a de recursos financeiros, o que vai permitir dinamização maior da entidade que atua tanto no campo da construção de casas populares quanto urbanizando e melhorando a infra-estrutura interna de favelas existentes; em 1949 é publicado pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal "Contribuição para a campanha de extinção das favelas", propondo três soluções: os Parques Proletários, a habitação independentes e os conjuntos residenciais, considerados superiores aos parques proletários e às habitações independentes:

"Mais estéticos, mais duráveis, mais confortáveis que os primeiros, mas baratos que os segundos, edificáveis 'in loco'" (PARISSE, 1969B: 123).

Em 1952 é nomeado um novo chefe para o Serviço de Recuperação das Favelas que propõe como primeiro ponto do seu programa a "urbanização"; também neste ano surge um plano, discutido no Serviço de Favelas e apresentado pelo Sr. Geraldo Moreira, visando principalmente a desapropriação dos terrenos em que se acham as favelas, construção de infra-estrutura e doação dos terrenos aos favelados que construiriam suas casas nos lotes previamente demarcados. No final do mesmo ano é criada uma nova comissão para as favelas pela portaria nº 66, de 28/1/1953, objetivando o "estudo do problema em seus pormenores, suas relações, soluções e planejamento final para início de tão vasto e útil programa" (PARISSE, 1969B: 124). É criado também outro órgão governa-

mental de âmbito federal, a Subcomissão de Favelas da Comissão Nacional do Bem-Estar Social do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que atua até 1955, quando se transforma em Comissão do Bem-Estar. Em 1955 também é criada a Cruzada São Sebastião, pela Arquidiocese católica, inspirada por D. Hélder Câmara que "utilizou o capital de entusiasmo e dinamismo criados pelo Congresso (Eucarístico Internacional)... que se realizou no Rio... e os transferiu para a solução do problema das favelas" (PARISSE, 1969B: 175).

Surtem, também, nesta década alguns estudos fundamentais em relação à problemática das "favelas": em 1951 aparece a tese de livre-docência de Fernanda Augusta Vieira Ferreira Barcellos: "As Favelas: estudo sociológico", sobre as favelas de Niterói; e em 1953 aparece um importante estudo sobre as "favelas" que pela primeira vez vai considerá-las não como um "problema", mas como uma "solução" utilizada pelos imigrantes com salários baixos, face ao seu problema de moradia, é o trabalho de Alberto Passos Guimarães: "As favelas do D.F.". Em 1957, temos o estudo de José Alípio Goulart, "As favelas do Distrito Federal". E, finalmente, em 1960 é publicado no "O Estado de São Paulo" o enorme relatório da SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), "Aspectos humanos da favela carioca" (6).

Desta forma, vê-se a importância que foi dada ao "problema" das favelas, que só vai tender a crescer na década seguinte. Nesta época, ligada ao processo de industrialização e à busca de maior racionalização nos métodos de administração e direção, difunde-se no país a mentalidade do "planejamen-

---

(6) Para uma lista mais completa e com maiores esclarecimentos sobre os estudos desse período, ver: PARISSE, 1969B: 197-201. Para a década de 1960, ver: LEEDS, E.& A., 1971. Mimeo.

to", ligada à "ideologia desenvolvimentista", como "solução" mágica para a resolução do que é considerado "problema".

#### B) A década de 60: a consolidação de uma "solução"

Este período é de importância capital para a consolidação de uma solução que será adotada como política para as "favelas", inicialmente no Estado da Guanabara, mais tarde ampliada ao resto do país: a política da erradicação, através da remoção da população favelada para habitações de tipos diferentes segundo as diversas escalas de renda. Em torno desta política nem sempre estarão de acordo os poderes estadual e federal, motivando lutas entre facções <sup>(7)</sup> já existentes; entretanto, esta será a política prevalecente.

Como nosso trabalho também versa sobre essa política, seus móveis e os grupos que a levaram à frente, examinaremos mais detidamente os órgãos administrativos que a implementaram, seus objetivos, como foi levada à prática e as interrelações dos órgãos encarregados da mesma.

#### 1. A dispersão dos estratos da "favela" e a concentração espacial

Até aqui tratamos a "favela" como um todo homogêneo, da forma como é vista na maior parte das vezes. Entretanto, como observa Leeds, "... se vamos a qualquer destes lugares chamados favelas no Rio, barriados em Lima, arrabales em San Juan, invasiones em Bogotá, mucambos em Recife, etc... utilizando observação cuidadosa, uma câmara fotográfica, questionários ou outros instrumentos de medida ou de observação, encontraremos, freqüentemente, mesmo no interior de um deles, uma enorme variedade de características físi-

---

(7) Chamamos de facções, grupos políticos que se unem em torno de uma liderança para defender interesses específicos. Maiores esclarecimentos, ver cap. 2: pg. 90.

cas e sociais direta ou indiretamente observáveis" (8). Confirma Medina :  
 "... no próprio processo de ocupação do território, já se vão notando distin-  
 ções nítidas que irão marcar a Favela como uma área de população não homogê-  
 nea, diferenciada e estratificada" (MEDINA, 1969: 119), e ainda como escreve  
 Machado: "... porque a favela não é, de forma alguma, um grupo dentro de um  
 estrato social, não obstante muitos dos seus moradores poderem ser incluídos,  
 embora com certa impropriedade, no que se poderia chamar de subproletariado,  
 não se deve ignorar o fato de existirem também operários qualificados em  
 quantidade, funcionários públicos, bancários, comerciantes, etc., além de um  
 bom número de proprietários - isso para só falar em características econômi-  
 cas" (MACHADO, 1967: 36).

Esta heterogeneidade será levada em consideração na política de remo-  
 ções que será realizada pelo Estado da Guanabara a partir de 1962, com a cri-  
 ação da COHAB (Companhia de Habitação do Estado da Guanabara) e com o apoio  
 do Governo Federal, depois de 1964, com a criação do Banco Nacional de Habi-  
 tação (B.N.H.), quando o modelo COHAB-GB passa a ser aplicado em escala na-  
 cional. A idéia era erradicar as favelas mudando seus ocupantes para vilas  
 de casas-embrião em subúrbios distantes, dado o preço mais baixo da terra.

Isto porque "pretende-se, também, a transformação da família favelada  
 em ... proprietária e titular da casa própria" (BRASIL. Ministério do Inte-  
 rior, 1971B: 16) que é financiada, inicialmente, com os recursos da própria  
 COHAB e, mais tarde, pelo Banco Nacional de Habitação, através da COHAB. O

---

(8) "... if with careful eye, camera, questionnaire, or other measuring and  
 observing devices we go to any array of those places called favelas in  
 Rio, barriadas in Lima, invasiones in Bogotá, mucambos in Recife, etc...  
 we often find, even within one of them a tremendous variability of direct-  
 ly and indirectly observable physical and social characteristics" (LEEDS,  
 1969: 48).

prazo de pagamento é de 20/25 anos com aplicação de correção monetária à prestação e ao saldo devedor, no início trimestralmente, e atualmente com reajustamentos das prestações segundo o aumento dos níveis de salário-mínimo

Para que esse pagamento seja, em princípio, assegurado, é necessário que os "mutuários", isto é, as pessoas que vão participar do sistema de financiamento do Banco, disponham de uma renda mínima mensal garantida e comprovada. Daí a necessidade dos levantamentos sócio-econômicos realizados pelo órgão que remove as favelas, visando averiguar a renda mensal mínima e o número de famílias a serem removidas (Anexo 1 - Exemplo de ficha utilizada nos levantamentos).

Se as famílias a serem removidas não dispõem da renda mensal mínima para pagamento da prestação da casa ou apartamento, elas podem ser removidas para as casas-triagem, "unidades de habitação provisória" referidas acima. Como vemos, os diferentes estratos já existentes na favela são agrupados, segundo o critério de renda mensal, nos diferentes tipos de habitação. Assim, o propósito explícito de "integração" dos indivíduos e famílias à cidade e à sociedade abrangente, através da condição de proprietária e titular da casa própria <sup>(9)</sup>, é conseguido através de uma estratificação que já existia na "favela", comprovando-se que a "integração" relaciona-se com uma mobilidade social e econômica já em processo na "favela".

Essa "solução" não excluía outras que continuavam a ser aplicadas, co-

---

(9) "Como objetivo primeiro está a recuperação econômica, social, moral e sanitária das famílias faveladas. Pretende-se, também, a transformação da família favelada, da condição de invasora de propriedades alheias - com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam - em proprietária e titular da casa própria. Como consequência, chegar-se-ia à total integração dessas famílias na comunidade, principalmente no que se refere à forma de habitar, pensar e viver" (BRASIL. Ministério do Interior, 1971B: 16).

mo as políticas baseadas em melhoramentos nas favelas. Da mesma forma, mais tarde, em 1968 quando é criada a Coordenação das Habitações de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) por decreto federal, visando a coordenação de todos os órgãos que lidavam com "favelas" e o planejamento da política a ser adotada na área em relação às mesmas, é criada, em âmbito estadual a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) que visa fundamentalmente a urbanização. A CHISAM, por outro lado, foi criada num clima de "erradicação" através da remoção, embora teoricamente coordenasse a ação de vários órgãos estaduais, entre eles a CODESCO.

Se, por um lado, as soluções propostas: "urbanizar" ou "remover" tendo a ser alternativas, demonstram a incerteza ou perplexidade, em determinados momentos, de grupos de administração quanto à melhor "solução" para o "problema" (Cf. MACHADO DA SILVA & SANTOS, 1969), por outro lado, as próprias características das "favelas" revelam que só poderia ser assim, uma vez que há também uma grande heterogeneidade quanto a tipos de terrenos, idade das favelas, sua localização e estrutura interna. Além disso, a principal controvérsia entre "urbanização" e "remoção" sugere apenas divergências no plano da técnica, pois para as populações interessadas todas as duas "soluções" acabam por excluir alguns estratos que não podem arcar com o ônus econômico que elas implicam (10). Quanto às intenções de "elevação do padrão de vida do favelado" e à sua "integração" na sociedade abrangente, todas as duas conseguem imbuí-lo cada vez mais da necessidade do consumo individual

---

(10) Como explica O'Neal, s/d.: "Again the similarities are striking - urbanization and removal plans are based on the ultimate private ownership of living units by the favelados; and an initial expenditure on the part of some outside agency which will eventually be repaid by those enjoying the urbanized facilities. Only those favelados who can make the monthly payments can participate in these plans" (: 5).

de bens industrializados.

De uma maneira geral, são propostas duas linhas de ação para "melhorar o meio ambiente da cidade":

1) A remoção total das favelas que pode ser de dois tipos, segundo o local de destino dos habitantes:

a) para Vilas e Conjuntos - Neste caso exige-se a comprovação de uma determinada renda familiar mínima mensal, pois o objetivo é tornar o morador proprietário de sua habitação, através da compra a longo prazo, através de financiamento do Banco Nacional de Habitação. Os conjuntos em geral são um complexo de prédios de apartamentos de cerca de quatro andares. Oferecem apartamentos de dois a três quartos. As "vilas", mais antigas, se compõem de casa-embrião, podendo ser modificadas e aumentadas, e de prédios de apartamentos. Em geral, a maior parte dos conjuntos e vilas encontram-se a grande distância dos locais das antigas favelas.

b) para "centros de habitação provisória" ou "parques proletários" ou "casas-triagem" - Esta seria a solução encontrada pela administração para os habitantes da favela removida que não têm condições de pagar as prestações dos "conjuntos" ou das "vilas". São habitações em alvenaria ou madeira, mas apresentando muito menores condições de conforto do que as anteriores. Foram construídas para serem provisórias, pressupondo-se que, com o tempo, as pessoas adquiririam condições econômicas que as permitissem sair dali e ocupar os conjuntos. Entretanto, para muitas famílias transformaram-se em habitações definitivas, face, por exemplo, ao grande número de biscateiros encontrados nas favelas e que não podem manter uma renda mensal mínima que os permita pagar unidades habitacionais localizadas em conjuntos da COHAB. O pagamento das casas-triagem é simbólico ou nenhum. Localizam-se, principalmen -



te, na Zona da Central ou da Leopoldina, nos subúrbios do Rio. Dividem-se em uma escala, segundo o tipo de casas, infra-estrutura urbana, localização em relação ao centro da cidade e isolamento. Temos como exemplos: "Centro de Habitação Provisória de Paciência", bastante afastado e isolado das vias de comunicação e do centro da cidade, distando 2 km da estação de estrada de ferro mais próxima; "Parque Nova Holanda", às margens da Av. Brasil, no subúrbio de Bonsucesso, dispondo de comunicações abundantes e a uma distância pequena do centro da cidade, ao lado de uma extensa área "favelizada", dispõe de casas de madeira e de ínfima estrutura urbana. (Anexo 2 - Lista dos centros de Habitação Provisória e respectiva localização).

Este tipo de ação governamental seria o mais radical, na medida em que além de interferir na organização interna dos aglomerados representados pela "favela", dispersa seus diferentes estratos, segundo o nível de renda, alojando-os em separado, segundo a renda familiar mensal. Além disso, seria o mais radical na medida mesmo das suas intenções: erradicar as favelas. Também concentra os níveis de renda, assim todos os mais pobres tenderiam a se concentrar em determinada área da cidade.

Como exemplo deste tipo de remoção temos todas as que vêm se realizando pela COHAB desde 1962 e em coordenação com a CHISAM, depois de 1968.

2) Integração da área e sua incorporação legal como uma comunidade viável no sistema urbano. Neste caso estão os projetos da CODESCO, nas favelas Mata Machado, Braz de Pina e Morro União, onde, ao lado da construção de uma infra-estrutura indispensável à "urbanização", houve o aproveitamento das habitações faveladas e sua adaptação a padrões de habitação considerados tecnicamente viáveis, segundo especificações e escolhas dos próprios moradores.

## 2. Os órgãos da remoção:

Falaremos agora, mais detidamente, dos processos que deram origem aos órgãos que estão mais ligados ao objeto da nossa tese: COHAB, B.N.H. e CHISAM.

### a) Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB)

Imediatamente antes da criação da COHAB, houve um incidente político entre o governador Lacerda e o Diretor da Coordenação de Serviços Sociais, Artur Rios, que ilustra a firme convicção de certos grupos em torno da política de remoções. Em 1956, houve uma lei federal autorizando a administração de fundos por parte de agências que trabalhavam com habitações em favelas em quatro cidades brasileiras (Rio, São Paulo, Recife e Vitória). No Rio, especificamente, houve a proibição, durante dois anos, de qualquer expulsão de moradores de "favelas". Foi criado o SERFHA (Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Afins) que veio coordenar as várias agências municipais. Somente em 1969, com a criação do Estado da Guanabara, o órgão passou a contar com meios financeiros, passando a fazer parte da Coordenação de Serviços Sociais do Estado, cujo diretor, Rios, passou a apoiar sua ação (LEEDS, A. & E., 1971: 21/22).

Ao contrário da maioria dos órgãos até então criados, os objetivos do SERFHA pretendiam capacitar a favela como tal a ganhar certa independência para lidar com as autoridades do Estado. A idéia era de que os residentes nas favelas eram perfeitamente capazes de, adquirindo uma visão crítica, defender os interesses específicos das favelas e, desta forma, dispensarem a mediação do político ou do técnico que, pela posição ocupada, passa a desempenhar a função de mediador e a entrar no circuito da "troca de favores". Enfim, a visão do SERFHA em relação ao "favelado" era considerá-lo não um "po-

bre-coitado", necessitando ajuda e "guia moral", mas uma pessoa perfeitamente capaz que mais do que ninguém conhecia seus problemas e que, graças a isso, poderia ser de grande valia para o encaminhamento de "soluções viáveis" de habitação e de problemas relacionados com a "favela" (LEEDS, A. & E., 1971: 22).

Com a ajuda de Rios e de outros membros do "staff" do SERFHA foram organizadas associações em 75 favelas, cada uma das quais assinou um acordo com o SERFHA.

Em maio de 1962, Rios foi "queimado" pelo governador Lacerda através da imprensa. Em agosto do mesmo ano o SERFHA foi abolido e procedeu-se a uma reorganização administrativa em todo o aparato estadual. A Fundação Leão XIII <sup>(11)</sup> transformou-se e passou a ser quase que uma dependência do Estado, trabalhando lado a lado com a COHAB que foi criada em dezembro de 1962. Em 1964, a Fundação passou a ser uma agência estadual semi-autônoma, subordinada à Secretaria de Serviços Sociais.

A COHAB (Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara) foi criada como uma sociedade de economia mista pela Lei estadual nº 263, de 24/12/62 e constituída pela Assembléia Geral realizada em 13/3/1963 que aprovou o Estatuto da sociedade <sup>(12)</sup>.

---

(11) A Fundação Leão XIII havia sido criada em 1946, ligada à Arquidiocese do Rio de Janeiro e sob a inspiração do Cardeal D. Jaime Câmara com finalidades puramente caritativas. Prestava assistência social nas favelas: construção de facilidades recreacionais, creches para crianças menores para que suas mães pudesse trabalhar, educação de adultos e treinamento vocacional.

(12) Como companhia de economia mista, isto é, de capital público e privado, ao lado de muitas outras que foram criadas pelo Governo Lacerda, a COHAB tem direitos de acordo com a lei, de fazer coisas que uma agência puramente pública não poderia fazer, por exemplo, expropriar, comprar e

A COHAB foi criada por grupos liderados pelo Governador Carlos Lacerda. Na época o Estado controlava, através de outras companhias subsidiárias (eram acionistas o Estado, a COPEG e a COCEA) o funcionamento da companhia; além disso, 49% das ações separadas para particulares pertenciam a Rafael de Almeida Magalhães, sub-governador e a Flexa Ribeiro, ambos estreitamente ligados ao governador (LEEDS, A. & E., 1971: 25). Isto assegurava uma certa influência do grupo nas decisões da Assembléia Geral da companhia, mesmo depois da saída de Lacerda do cargo.

É importante assinalar, para compreendermos o interesse do grupo na criação da COHAB, o Decreto Federal nº 1281, de 25/6/62, que instituiu o Conselho Federal de Habitação. Este seria um dos motivos, segundo a interpretação de Leeds, para a criação da COHAB... "A criação da COHAB pode ser vista como uma resposta à criação do Conselho Federal de Habitação e às suas proposições, na medida em que, formalmente, estava organizada para fazer exatamente as coisas estabelecidas no decreto federal" (13).

Mais uma vez, a política para as "favelas" e seus residentes vai depender de uma luta de grupos que disputam o poder do Estado. Além disso, para reforçar esta situação, a disputa dava-se, também, em torno da possibilidade

---

realizar provavelmente todas essas ações.

"Além do objetivo fundamental de recuperar socialmente o favelado, sentiam os responsáveis pelas diretrizes do programa que havia necessidade de liberar certas áreas do estado, atingidas pelo plano de obras a ser executado... Como consequência imediata originaram-se os conjuntos da Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Esperança" (ESTADO DA GUANABARA, 1969 B: 5).

(13) "The creation of the Cohab may be seen as a response to the creation of the Federal Housing Council and its provisions, in that in a formal sense, it was organized to do exactly the things set forth in the federal decree" (LEEDS, A. & E., 1971: 25).

de controlar grandes importâncias em recursos financeiros, motivo muito frequente no Brasil nas disputas pelo Poder entre o Governo Central e os governos dos estados.

O governador da Guanabara, na época, havia conseguido realizar um acordo, em separado, entre o Governo do Estado da Guanabara e a A.I.D. (Agency for International Development). Por este acordo um bilhão de cruzeiros advindos da venda de produtos agrícolas no Brasil poderiam ser usados para a urbanização parcial de algumas favelas, a completa urbanização de uma grande favela, a construção de 2.250 casas de baixa renda, a "reacomodação" dos residentes nas favelas e a construção de um grande posto de saúde em uma região vizinha do Rio. Na verdade, esse dinheiro serviu para financiar a construção de casas em Vila Esperança, Vila Aliança, Bangu e Vila Kennedy, todos projetos de "remoção" de favelas.

Dessa forma, o grupo que ocupava o governo estadual desafiava a autoridade do governo central, obtendo empréstimos no exterior sem necessitar do seu aval. Através desse expediente, montava uma base institucional para oposição ao mesmo.

A COHAB tinha como principais finalidades: o estudo de problemas de habitação popular, principalmente do tipo "favela" e o planejamento e execução de "soluções" em coordenação com os diferentes órgãos estaduais ou não; a execução de medidas de amparo provisório às favelas existentes visando a assistência de seus moradores e a higienização das áreas ocupadas; como atividade subsidiária, a construção civil para si ou para terceiros, bem como a compra e venda de materiais de construção (ESTADO DA GUANABARA. Estatutos da COHAB, citado em ESTADO DA GB/COHAB, 1969B: 4).

Nos estatutos iniciais foi considerada, subsidiariamente, a construção

civil e foi colocada como finalidade primordial o estudo de problemas de habitação popular e o equacionamento de suas "soluções". Note-se que nem mesmo foi verbalizado o termo "erradicação".

Em 1966 a COHAB recebeu nova estrutura: a Assessoria Jurídica e os Órgãos de Serviço Social passaram à condição de Divisão, criou-se a Divisão de Patrimônio.

Em 1967, procedeu-se a nova modificação: a Divisão de Patrimônio passou a ser Diretoria do Patrimônio. Foi criada uma Diretoria com um representante da Oposição Parlamentar.

Em 1968 houve nova reformulação dos Estatutos, com mudanças nas próprias finalidades da Companhia. As novas finalidades passaram a ser: a) a construção de unidades e conjuntos habitacionais de interesse social, em coordenação com os diferentes órgãos estaduais ou não, bem como a administração dos conjuntos por ela construídos; b) como atividade subsidiária, a construção civil, para si ou para terceiros, bem como a compra e venda de material de construção.

A mudança de caráter estatutário das finalidades da Companhia, em 1968 se deve à necessidade de, formalmente, adequar os estatutos à ação efetiva por onde vinha se pautando a COHAB. Além disso, respondia à criação, nessa época, da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), ligada ao B.N.H. e ao Ministério do Interior.

É significativo que, nessa mesma época, extinguiu-se o Serviço Social da COHAB que teve atuação destacada na companhia até 1965 -- "uma das razões da extinção do Serviço Social alegada na época é que era um trabalho oneroso para a COHAB e que a COHAB não deveria ter um aspecto social, que a COHAB era uma companhia construtora, era uma companhia de habitação popular. Então,

como companhia construtora não podia ter Serviço Social dentro de seu quadro de servidores" (Entrevista com técnico de órgão ligado à Assistência Social).

Em 1962, a política adotada foi a construção de conjuntos habitacionais e, conseqüentemente, a "erradicação" de favelas. Essa política obedecia não somente a razões de cunho humanitário, uma vez que o grupo estava ligado ao movimento de democracia cristã -- "Eu vinha de um ambiente cristão atuante. Era membro ativo da juventude da 'Ação Católica'" (Cf. "Meu encontro com a favela". Entrevista de S. Cavalcanti).--, mas também à necessidade que tinha o primeiro governo do mais novo Estado da União de se contrapor a uma política de bases populistas que vinha sendo feita pelo governo central. Além disso, era necessário abrir linhas políticas de "impacto", isto é, que chamassem a atenção do resto do Brasil sobre o governo da Guanabara, já que o próprio governador tinha ambições à presidência.

De 1962 até 1965 a COHAB tinha construído, ampliava e complementava as obras, e administrava os seguintes conjuntos: Vila Aliança, com 2.183 casas, Vila Esperança, com 464 casas, Vila Kennedy, com 4.776 casas, Marquês de São Vicente, Pio XII, Santo Amaro, Dona Castorina, Álvaro Ramos e Cidade de Deus.

As favelas erradicadas total ou parcialmente foram: Esqueleto, Morro dos Prazeres, Bom Jesus, Vila da Penha, Vila do Vintém, Álvaro Ramos, Ponta do Caju, C.C.P.L., Timbó, São Carlos, Moreninha, Avenida Brasil, Pasmado, Maria Angu, Getúlio Vargas, João Cândido, Vila do SASE, Macedo Sobrinho, Marquês de São Vicente, Praia do Pinto, Del Castilho, Braz de Pina, Ladeira dos Funcionários, Turano, Rio Joana, Morro do Quietinho, Av. 24 de Maio, num total de 8.078 famílias e cerca de 42.000 pessoas (Fonte: ESTADO DA GUANABARA/COHAB - A experiência do Serviço Social na COHAB-GB: 969. Ver Anexo nº 3, Lista de favelas erradicadas no período).



Na Guanabara, a mudança de Governo no final de 1965 vai alijar do Poder grupos importantes ligados à política da favela, isto é, os quadros que haviam implantado a COHAB e a política de "erradicação" das favelas. Muitos, na verdade, já estavam ligados ao B.N.H., influenciando nas decisões sobre a política habitacional em nível federal.

Em relação à política de "erradicação", o Governo Negrão de Lima (1966/1971) caracteriza-se por uma certa inércia e, entre as razões possíveis, temos os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, quando atacava as "remoções" feitas pela COHAB e a necessidade de adotar uma imagem contrária à do governo anterior.

Assim, em 1966, com as enchentes de janeiro a COHAB vai se preocupar em atender os flagelados através de estudos e projetos de casas de madeira em Acari e de estágios para triagem na segunda gleba da Cidade de Deus. Projeta e constrói o Centro Comunal de Cidade de Deus, amplia e melhora o Conjunto Marquês de São Vicente e faz obras em vários conjuntos (Cf. ESTADO DA GUANABARA, 1970).

Em 1967, o saldo de construções é de 1.718 casas. Iniciam-se as obras de 4.077 unidades habitacionais. Começa a urbanização da favela Barro Vermelho. Em dezembro tem início a construção do conjunto Cidade Alta, com 2.200 apartamentos.

Como veremos, o saldo de construções desse período (1965/1967) é bastante inferior ao período anterior e ao ritmo que será imprimido a partir de 1968 às construções e conseqüentemente às remoções.

Abriremos um parênteses para explicar os móveis da criação e desenvolvimento do Banco Nacional de Habitação (B.N.H.), fundamental para o entendimento da política de "remoções" de favelas depois de 1968, sob a orientação

da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), subordinada ao B.N.H.

b) Banco Nacional de Habitação (B.N.H.)

Em 1964 é criado o Banco Nacional de Habitação, cuja primeira presidente, Sandra Cavalcanti, havia sido presidente da COHAB-GB e Secretária de Serviços Sociais da Guanabara. Criado pela Lei 4.380, de 21/8/64, com o objetivo de "orientar, disciplinar e controlar o Sistema Financeiro de Habitação", instituído na mesma lei para "promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente para as classes de menor renda." O mesmo ato criava também o instituto da correção monetária nos contratos imobiliários que, embora sem nenhum apoio legal, vinha sendo aplicada pela COHAB na Guanabara. A correção monetária objetivava que o dinheiro pago pelo imóvel não fosse desvalorizado pela inflação e baseava-se em níveis fixados pelas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e pelos reajustes do salário mínimo. Tal como na Guanabara havia acontecido em relação à COHAB, a lei que criou o B.N.H. optou pela não construção pelo Estado; o órgão regulador apenas estimularia, através de financiamentos, as atividades da iniciativa privada.

Para entender a filosofia que norteava o estabelecimento do B.N.H. é suficiente atentarmos para observações feitas por Mário Trindade, um dos mais importantes presidentes... "o problema mais importante daquele momento não era a casa, era a abertura de oportunidades de emprego para absorver as massas de trabalhadores semi-especializados ou não especializados, de oportunidades para mobilizarmos os escritórios de engenharia, de planejamento, de projetos, de arquitetura e dar trabalho às firmas de construção civil e à indústria de material de construção, forças paralisadas na economia brasileira" (TRINDADE, 1971: 22). É significativo também que a legislação do Banco

tenha sido discutida por um grupo formado pelo presidente da COHAB-GB, por um advogado "um dos maiores especialistas em sociedades anônimas do Brasil", por um diretor da COHAB-GB, por um técnico em finanças e por um dos maiores construtores da Guanabara que, mais tarde, fará parte da direção do Banco.

Além de criar o B.N.H. a lei 4.380 também trouxe em seu bojo medidas eminentemente financeiras, tais como: a correção monetária, as letras imobiliárias e as sociedades de crédito imobiliário para captar recursos complementares, uma espécie de fundo de habitação formado principalmente "pela contribuição de empresas que mantenham empregados sujeitos a descontos para IAPs, do SESI e SESC, 20% do orçamento de aplicação dos IAPs, 30% dos depósitos das Caixas Econômicas Federais, integralização do capital inicial (1 bilhão), 4 e 6% dos aluguéis". Foi criado também o SERFHAU (Serviço de Habitação e Urbanismo), cujo superintendente é escolhido pelo Conselho de Administração do B.N.H. Assim, na verdade, aquele está subordinado a este (14).

(14) O B.N.H. não atua diretamente na execução dos programas por ele financiados total ou parcialmente, fazendo-o através de agentes como as COHABs, as Cooperativas Habitacionais e outros. As COHABs - Companhias de Habitação - são órgãos do poder público estadual, por ele formadas, geridas e operadas. Com a criação da CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio - as atividades das COHABs da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro passaram a ser coordenadas por esse órgão.

As Cooperativas Habitacionais resultam da associação dos próprios interessados dentro dos sindicatos e das entidades de classe, sendo, pois, sociedades civis formadas, geridas e operadas pela iniciativa particular. As COHABs financiam casas para famílias cuja renda é, no máximo, de três salários mínimos. Na verdade financiam casas para famílias residentes em favelas. As Cooperativas Habitacionais financiam casas para famílias cuja renda é, no máximo, de seis salários mínimos. "Os programas do B.N.H. podem ser grupados em duas grandes classes - habitacionais e complementares. Os primeiros têm como objetivo direto a produção de habitações. Os complementares visam a criação de condições infra-estruturais e de apoio para a realização daqueles. Os programas habitacionais distinguem-se ainda segundo a forma de atuação do B.N.H. como banco de investimento ou como banco central do Sistema Brasileiro de

Durante o ano de 1965 o Banco foi instalado e deu-se início à implantação do Sistema Financeiro de Habitação. Foram criadas e instaladas as primeiras COHABs e Cooperativas Habitacionais.

Em 1966, além da implantação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, definiram-se as condições de operação do mercado de hipotecas e o Banco ganhou o suporte financeiro de que necessitava com a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço <sup>(15)</sup> e a gestão dos seus depósitos pelo B.N.H.

---

Poupança e Empréstimo. Como Banco de Investimentos o B.N.H. concede financiamento para habitações através dos diversos agentes do Sistema Financeiro de Habitação, segundo quatro programas: a) Programa de Financiamento ao Mercado Rural; b) Programa de Financiamento Popular ao Mercado Urbano; c) Programa de Financiamento Econômico ao Mercado Urbano.

Como Banco central do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo cabe ao B.N.H., no campo financeiro, estimular e garantir as operações das entidades desse sistema. Essa função é preenchida pelo Programa de Estímulo e Garantia ao SBPE nos seguintes sub-programas: a) Estímulo e Garantia às Sociedades de Crédito Imobiliário; b) Estímulo e Garantia às Associações de Poupança e Empréstimo; c) Estímulo e Garantia às Caixas Econômicas; 4) Garantia e Repasse de Recursos Externos e outros.

Há ainda os programas complementares: Programa de Financiamento de Materiais de Construção (FIMACO), Programa de Financiamento para Saneamento (FINANSA). Há outros programas complementares que abrangem os seguintes sub-programas: a) Infra-estrutura urbana; b) Financiamento do Planejamento Local Integrado (FIPLAN); c) Assistência Técnica e Estudos e Pesquisas..." (In BRASIL. Ministério do Interior/BNH, 1969B, v.1: 35/40).

- (15) O Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (F.G.T.S.) é um fundo de investimento formado com o depósito de 8% das folhas de pagamento de empregados que optaram pelo Fundo. O Plano Nacional de Habitação, como é chamada a Lei que criou o Banco, tem como principais fontes de recursos : a) os depósitos do G.G.T.S. no B.N.H. que são movimentados para o financiamento de unidades habitacionais e de infra-estrutura urbana e industrial; b) o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, constituído pelas Sociedades de Crédito Imobiliário (S.C.I.), Caixas Econômicas e Associações de Poupança e Empréstimo (A.P.E.) que tem sua base financeira formada pela captação das poupanças populares, através de depósitos com correção monetária e venda de letras imobiliárias.

Nessa época, já como presidente do Banco, o engenheiro Mário Trindade foi um dos mais ativos participantes na elaboração da Lei do F.G.P.S., juntamente com o ministro Roberto Campos que assim se expressou sobre a política habitacional: "Efetivamente, devendo favorecer a aquisição da casa própria pelas classes menos favorecidas, e estimulando ao mesmo tempo, a absorção de mão de obra não qualificada pela indústria de construção civil, a política habitacional viria contribuir para a consecução de dois objetivos básicos do Programa de Ação:

- Assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo da mão de obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho;
- Atenuar os desníveis econômicos regionais e setoriais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições humanas" (CAMPOS, 1965: 20).

A Lei do F.G.T.S., na verdade, viria fortalecer o Banco como tal e era um importante instrumental para a política de estímulo à poupança e ao investimento de capital a longo prazo, aplicada pelo Governo no combate à inflação, pedra de toque da política monetarista. Não é surpreendente, portanto, o fato de Roberto Campos sempre ter dado decisivo apoio ao Banco e como ministro ter ajudado na tramitação da Lei pelo Congresso. Também o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, coordenado pelo B.N.H., era importante instrumento na política de desenvolvimento do Mercado de Capitais. O Banco consubstanciava opções políticas do Governo no campo econômico e financeiro.

Expandindo suas atividades, criando um sistema financeiro e através dele investindo na indústria de construção civil e indústrias correlatas, planejamento urbana, saneamento, esgotos, turismo, estradas e melhoramentos urbanos (como o Metrô de São Paulo), o B.N.H. torna-se uma das peças mais im-

portantes da política econômico-financeira, equivalente a um ministério de destaque em termos do montante de recursos com que trabalha e da diversificação de suas atividades.

Entretanto, o não pagamento, o atraso das prestações por parte dos mutuários do Sistema, torna-se um dos pontos de estrangulamento do Programa. Em todas as faixas observa-se esse comportamento, embora de forma mais acentuada nas faixas de renda mais baixa. Os índices de correção monetária, periodicamente corrigidos, tornam-se responsáveis pelo aumento, em espiral, das prestações. A incidência da correção também sobre o saldo devedor implica em um constante aumento deste, o que assusta os mutuários que nunca vêem a diminuição de sua dívida, ao contrário, vêem sempre o seu aumento.

Torna-se fundamental minorar esta situação, uma vez que unidades são devolvidas aos agentes financeiros ou simplesmente abandonadas e conjuntos ficam desocupados por falta de compradores.

Na faixa de renda de que nos ocupamos (COHABs, menos de 2 a 2,5 S.M.), acontece coisa semelhante em maior escala: conjuntos inteiros apresentam alto índice de atraso nos pagamentos das prestações.

O problema torna-se de domínio público e todos os dias a imprensa traz notícias a respeito: urge a aplicação de medidas paliativas. Torna-se claro que o ritmo de ajuste da correção monetária se opõe às medidas de contenção salarial necessárias à política de controle da inflação. Trava-se uma luta nos bastidores, entre os que advogam a necessidade de maior expansão da economia, com consequente aumento de salários, visando o aumento da capacidade de consumir e os que mantêm a posição da necessidade de um controle estrito da inflação.

No B.N.H. o reflexo desse debate liga-se à necessidade de pôr em práti

ca medidas que propiciem o pagamento das prestações atrasadas e a expansão do sistema, isto é, medidas que propiciem o "consumo da habitação".

"A rigor podemos apontar pontos nevrálgicos na aplicação da correção monetária nos programas do B.N.H., mas não no instituto. São eles:

- 1) o defasamento, em processo de equilíbrio entre a evolução do poder aquisitivo dos salários e os índices de correção monetária;
- 2) aplicação inadequada dos Planos de Correção, em caso específico;
- 3) aquisição de moradia em nível de custo acima da capacidade econômica do adquirente, através do falseamento das informações exigidas pelo B.N.H., por culpa dos agentes e dos adquirentes." (Cf. TRINDADE, 1971: 213).

Em meados de 1971, o engenheiro Mário Trindade sai da presidência do B.N.H., cargo que ocupava desde agosto de 1966. Para substituí-lo é chamado o economista Rubens Vaz da Costa.

c) Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM)

Pelo Decreto nº 62.254, de 31/5/1968, foi criada a CHISAM, em âmbito estadual. A CHISAM estava subordinada ao Ministério do Interior e ao B.N.H. e visava, especificamente:

- "a) Reunir elementos essenciais de pesquisas, planos, programas, projetos e estudos existentes, através dos órgãos competentes, oficiais ou não, sobre as favelas e seus ocupantes nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro;
- b) Promover levantamento econômico, social e territorial, bem como propor legislação específica visando à formulação e execução de um programa contínuo de desfavelamento a curto, médio e longo prazos;
- c) Credenciar, dentre os diversos órgãos e entidades existentes nos dois es

tados, aqueles que terão a responsabilidade de agentes executores, para efetivação do programa de desfavelamento;

- d) Promover a participação técnica e financeira dos Estados, municípios, entidades de crédito, inclusive o B.N.H., nos programas e planos que os agentes executores vierem a realizar;
- e) Propor a utilização de áreas de terra pertencentes à União, aos Estados, municípios, INES, e demais entidades públicas, bem como a desapropriação, por interesse social, de áreas pertencentes a particulares, quando julgar essas medidas necessárias à execução dos programas adotados." (BRASIL, Ministério do Interior/BNH, 1969A: 11/12).

Através do Decreto nº 62.698, de 14 de maio de 1968, foram colocados à disposição do B.N.H. e das COHABs da Guanabara e do Rio de Janeiro trinta e seis terrenos pertencentes ao I.N.P.S. para edificação de conjuntos.

A criação da CHISAM parece representar a reação, de grupos que tinham criado e implementado a política de remoções, ao Governo da Guanabara que, através da busca de uma outra "solução", a "urbanização", mantinha uma certa inércia quanto à política de erradicação de favelas.

De fato, foi a maneira que tiveram os grupos ligados ao B.N.H. e contrários aos grupos ligados ao então governador da Guanabara de dinamizar a construção para faixas de renda baixa no Rio de Janeiro e de intervir politicamente na Guanabara. O Rio era interessante para efeito de demonstração da "remoção" no resto do país e porque concentrava a maior população favelada do país. Dessa forma, os grupos utilizavam o Poder Central, representado pela CHISAM, para implementar sua política na Guanabara.

A CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), sob a direção da COPEG (um banco de desenvolvimento do Estado da Guanabara), tinha como ob

jetivos planejar e executar o desenvolvimento de três favelas previamente escolhidas (Braz de Pina, Morro União e Mata Machado), como representando uma "matriz" dos vários tipos de "áreas marginais" na área metropolitana do Rio.

Embora em termos officiosos, as duas entidades passaram a se defrontar, uma vez que a própria CHISAM procurou incorporar a CODESCO como entidade "para atuar na área de produção de habitações nos próprios locais das favelas em substituição aos barracos atuais" (BRASIL, Ministério do Interior/BNH, 1969A: 14) e, ao mesmo tempo, enfatizou a política de erradicação e a construção de conjuntos e casas-triagem.

É curioso que a criação das duas entidades havia sido recomendada por um técnico da A.I.D., embora a concepção de órgãos semelhantes à CHISAM fosse em termos de um poder público que, atuando sobre a área metropolitana do Grande Rio, tratasse de todos os problemas que a afetassem como tal, e não apenas com os problemas ligados à Habitação de Interesse Social.

É bom lembrar aqui a mudança dos estatutos da COHAB citada anteriormente (p. 32) que a tornou, praticamente, uma companhia construtora, atuando como instrumento da política de erradicação de favelas, adotada pela CHISAM / B.N.H., de âmbito federal.

Embora em 1968, quando foi criada, a CHISAM não tivesse explicitamente a intenção de construir, procedeu à implantação do Programa CHISAM, através da concorrência para a construção de 7.280 unidades habitacionais, em vários conjuntos. Essas concorrências foram iniciadas pela CHISAM mas não foram completadas por ela, uma vez que passaram à alçada da COHAB. A situação criada parece ter como objetivo forçar a construção de conjuntos habitacionais, pois a política adotada era "construir o máximo de unidades, num mínimo de tempo, a custos tão baixos que permitissem a compra por "favelados" ".

Em 1969, depois do Programa CHISAM, foi implantado o Programa Sete de Setembro, com 16.900 unidades, como uma resposta da COHAB à CHISAM; em verdade era o governo estadual tentando mostrar que tinha capacidade de construir, em grande escala, para o poder aquisitivo do favelado, sem precisar da ajuda do Governo Federal, a não ser para os financiamentos dos projetos.

"Eles (a CHISAM) fizeram a concorrência muito mal feita e passaram o abacaxi para a COHAB, que teve que aceitar... Você sabe, estava na época do Ato Institucional nº 5, quem era louco de dizer alguma coisa... A COHAB entrou em resposta com o Programa Sete de Setembro, onde já se especifica o material utilizado,... a firma executa o projeto feito pela COHAB" (Entrevista com técnico de órgão participante da remoção).

São os seguintes os conjuntos integrantes do Programa Sete de Setembro:

1. Conjunto da R. Capitão Teixeira	-	3.280 unidades
2. Conjunto de Marechal Hermes	-	80 unidades
3. Conjunto da Estrada Velha da Pavuna	-	820 unidades
4. Conjunto da Av. Suburbana	-	700 unidades
5. Conjunto do Engenho da Rainha	-	1.760 unidades
6. Conjunto da Estrada do Itararé	-	660 unidades
7. Conjunto de Lins de Vasconcelos	-	560 unidades
8. Conjunto da Rua João Vicente	-	1.080 unidades
9. Conjunto de Padre Miguel	-	7.000 unidades
10. Conjunto de Cidade de Deus (Projeto Margarida)	-	960 unidades
T O T A L:		16.900 unidades

"A esse total de 16.900 unidades devem ser acrescentadas 1.000 outras do Conjunto Habitacional Posto Velho, em Cordovil, resultante de outra concorrência da CHISAM, realizada em janeiro de 1969, passando o Programa a contar

com 17.900 unidades de habitação" (Cf. ESTADO DA GUANABARA, 1970: 29).

Efetivamente, a CHISAM passou a realizar as operações de remoção, escolha das favelas a serem removidas, levantamentos sócio-econômicos nas favelas, classificação das famílias segundo a renda, especificação do destino das famílias, seja para conjuntos habitacionais, seja para centros de habitação provisória ou casas-triagem e a remoção física dos favelados e seus pertences. A COHAB ficou com a parte ligada à construção dos conjuntos e casas-triagem, projetando-os e escolhendo os terrenos para a construção, executando as concorrências entre as firmas construtoras, fiscalizando as obras, administrando os recursos financeiros fornecidos pelo B.N.H., administrando os conjuntos depois de ocupados, executando a cobrança das prestações dos mutuários e resgatando os empréstimos ao B.N.H.

Ainda em 1969 é planejado o projeto da Fazenda Botafogo com 4.000 unidades e Fazenda Areal com 8.000 unidades, Estrada do Campinho com 1.500 unidades, Cidade de Deus (Margarida) com 1.000 unidades e Vila Isabel com 60 unidades. Em 1970 inicia-se o Programa Sete de Setembro, citado acima, e são entregues os conjuntos da Rua da Bica, Bento Cardoso, Água Branca, Guaporé, Quitungo e Porto Velho, para onde são removidas as famílias das favelas Catacumba, Parque Marquês de São Vicente, da área favelada da Fazenda Botafogo e Areal, Babilônia, São João (Copacabana), Costa Rica, Chacrinha e Santa Teresinha, e "remanejamento" <sup>(16)</sup> dos Parques de Ramos, Manguinhos, São José e No

---

(16) "Remanejamento" é um artifício técnico criado para aumentar o número de unidades de triagem disponíveis. Assim, famílias que estão nos "parques" usados como triagem e nas unidades de triagem de Cidade de Deus e que comprovadamente tiverem condições econômicas para pagarem prestações de apartamentos são transferidas para conjuntos, abrindo "vagas" nas "triagens". Isso permite que as "remoções" não sofram interrupções por falta de acomodações para famílias cuja renda não permite a compra

va Holanda.

Em 1971 a COHAB e a CHISAM procederam à remoção de famílias ocupantes das favelas Macedo Sobrinho, da "área favelada" da Fazenda Botafogo, Murundu, de parte do Morro Santa Marta, Faria-Timbó, de parte da Rocinha, Morro de São João (Engenho Novo), Arará, Pau Fincado, Cachoeirinha, da "área favelada" da Fazenda Areal, Vila Tostão, favela da fábrica Bangu, Roquete Pinto, da favela de Manguinhos e operários da fábrica de cartuchos de Realengo que foram removidos para os conjuntos da Av. Suburbana, Manguinhos, Margarida, Senador Camará, Oswaldo Cruz, Realengo, Lins de Vasconcelos, Itararé, Capi-tão Teixeira, Rua João Vicente e unidades de triagem.

Como vemos, houve um incremento do ritmo de construções, ocasionando uma expansão das atividades da COHAB, principalmente no que concerne a admi-nistração, planejamento de equipamento comunitário e cobrança das prestações dos moradores desses conjuntos. Trava-se, então, uma luta pela volta ao Es-tado da Guanabara do direito de se auto-controlar, consubstanciada nas divergências entre a CHISAM e os órgãos do Estado que representariam algum tipo de autoridade no processo de remoção de favelas, exemplo de controle social sobre certas faixas de população urbana. Esta luta vai se dar de modo espe-cial em certos órgãos do Estado da Guanabara: a COHAB, por exemplo, que cons

---

de unidades tipo COHAB. São realizados, periodicamente, levantamentos sócio-econômicos nas "triagens", visando "remanejar" famílias para os con juntos. O Programa de remoções tem tido dificuldades em fornecer acomodações para as faixas de renda mais baixas, uma vez que concentrou seus esforços na construção de conjuntos com unidades habitacionais para as faixas de renda mais altas. Isso representa um certo estrangulamento, na medida em que impõe um ritmo mais lento nas "remoções". Resta o expediente de deixar as famílias que não têm "renda para conjunto" entregues à própria sorte, ocasionando, provavelmente, um crescimento das "favelas" ainda existentes.

trói e administra os conjuntos e que se vê a braços com a necessidade de devolver ao B.N.H. o capital financiado, ao lado da insuficiência de pagamento dos mutuários e da insatisfação nos conjuntos pela grande distância do centro da cidade, pela falta de equipamento comunitário próximo, ou pela falta de infra-estrutura de suporte como calçamento, esgotos, etc.

"A COHAB só vai resolver quando tiver condições de escolher seu mutuário" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"A CHISAM só faz as remoções, nós é que construímos e administramos e que arcamos com todas as conseqüências. Qualquer erro é de responsabilidade da COHAB" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Vou dar prazo para saírem (das "triagens") onde vão construir favelas não me interessa. Isso é com a CHISAM. Você sabe, é muito fácil remover favelas, é só colocar a maior parte dos que não podem pagar em casas-triagem" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Outro órgão em que se delineia a luta pela volta do auto-controle ao Estado da Guanabara é a Secretaria de Serviços Sociais, que planejava e realizava, anteriormente à CHISAM, os levantamentos sócio-econômicos e que mantinha equipes de serviço social em alguns conjuntos e que agora pretende liderar todo um grande projeto de desenvolvimento de comunidades nos conjuntos da COHAB.

Com a mudança da diretoria do B.N.H. em 1971, há também a substituição do Superintendente da CHISAM. No âmbito do governo estadual são tomadas medidas visando o seu esvaziamento e o fortalecimento de outros órgãos do Estado da Guanabara que lidam com habitação. Desta forma, é criado um grupo de trabalho junto ao governador, visando "avaliar a política habitacional que vem sendo levada a efeito na Guanabara", ao mesmo tempo em que várias secre-

tarias estudam o "problema de habitação social" dado a baixa arrecadação nos conjuntos.

O ano de 1972 marca o esvaziamento da CHISAM, órgão criado para incrementar a construção de unidades habitacionais para favelados removidos e para fazer face a uma situação política conjuntural criada na Guanabara em determinado momento. O saldo de sua atuação vai se traduzir no desaparecimento de grande número de favelas da Zona Sul e da área que margeia a Av. Brasil (ver Mapa - Anexo nº 4).

Posso indicar alguns dos motivos da erradicação de "favelas" nestas áreas: 1) especulação imobiliária, seja em terrenos altamente valorizados para construção residencial na Zona Sul, seja em terrenos valorizados e próprios para a construção de indústrias na orla norte da baía da Guanabara ; 2) melhoria de condições para o turismo, face à ideologia dos "planejadores" em relação às "favelas" e ao "favelado", tema que discutirei no capítulo III; 3) abertura de vias de acesso, dado o aumento do tráfego urbano de automóveis particulares e a ênfase da política econômica na expansão da indústria automobilística e correlatas; 4) uma opção política no tipo de ocupação do solo urbano, onde a periferia da cidade passa a ser destinada à residência da mão-de-obra industrial ou do baixo terciário, às famílias de renda baixa.

Há uma volta ao Estado da Guanabara de algumas das atribuições da CHISAM, por exemplo, o levantamento sócio-econômico passa a ser controlado pela COHAB e por órgãos do Estado. O B.N.H. reconhece a falta de equipamentos comunitários e da infra-estrutura de suporte e se dispõe a financiar sua construção nos conjuntos da COHAB. Entretanto, a intervenção na favela através da erradicação e remoção continua a ser a linha política prevalecente.

Pretendo ter dado uma visão geral das tendências da expansão das fave-

las no processo de urbanização do Rio de Janeiro e a evolução das "soluções" que foram tentadas para a resolução do "problema favela". Como se viu, estas "soluções" tomam sempre a forma de intervenção do Estado sobre a "favela", decidindo da vida dos seus residentes e refletindo, na maior parte das vezes, conflitos entre facções que chegam ao nível máximo. Meu propósito no presente trabalho é estudar o processo de remoção de favelas, que vem se dando mais intensamente desde 1962, ou em outras palavras, examinar em que termos se dá a intervenção do Estado através da política adotada para as favelas, que reflete, por sua vez, as opções quanto à política urbana. Minha tarefa será descobrir quais os elementos da estrutura urbana que estariam na origem da intervenção do Estado e de seus agentes.

Entretanto, para isso é preciso trabalhar com um instrumental teórico que necessita ser explicitado a fim de conseguir-se uma clara compreensão do processo em curso.

(1) Em 1940 a população do Rio de Janeiro era de 1.200.000 habitantes. Em 1950, chegou a 2.000.000, e em 1960, chegou a 3.000.000. A taxa de crescimento anual no Rio de Janeiro em 1940, era de 2,5%, em 1950 chegou a 3,5% e em 1960 caiu para 2,5% a.a. (IBGE, 1960: 205).

(2) O Estado, enquanto aparato estatal, existe como um Estado de classes dominantes, excluindo do seu seio a luta de classes. "... la contradiction principale de cet Etat ne consiste pas tellement en ce qu'il se "dit" au lieu de tout le peuple alors qu'il est un Etat de classe, mais proprement parler en ce qu'il se présente dans ses institutions actives, comme un Etat "de classe" (les classes dominantes qu'il contribue à organiser politiquement) d'une société institutionnellement fixée comme un Etat de la classe bourgeoise, et sous-entendant que tout "le peuple" fait partie de cette classe" (POLAKOFF, 1970: 205).

## CAPÍTULO 2

## A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA FAVELA - A PRÁTICA DA POLÍTICA DE REMOÇÃO

I. Objetivos e quadro teórico:

Pretendo neste capítulo estudar a intervenção real do Estado representada pela política de remoções de favelas, uma vez que a análise das operações de remoção forneceria a chave para a compreensão da ideologia das remoções, ao mesmo tempo que essa ideologia alimenta essa problemática do real.

Como vimos no primeiro capítulo, a representação ideológica da favela por parte do sistema social enquadra-a entre os "problemas urbanos" e, como tal, põe em jogo a capacidade do sistema em absorver o ritmo de mudança da sociedade, muito acentuado no Brasil, dada a intensidade do ritmo da taxa de crescimento da população e da taxa de urbanização (1).

Dessa forma, os "problemas urbanos" passam a ser equacionados pelo Estado (2) através das instituições político-financeiras e se tornam objeto de planificação, isto é, de uma tentativa de regularizar o sistema e torná-lo capaz de absorver ou reinterpretar os conflitos provenientes das contradições

---

(1) Em 1940 a população urbana representava 31,2% da população total. Em 1950, representava 36,1%. Em 1960, 45,1%. Em 1970, 55,8% e as projeções para 1980 calculam em 66,7%. Por outro lado o crescimento natural se fez em menos de 2% a.a., até por volta de 1940, em 1960 chegou a 3% a.a. e em 1970 caiu para 2,8% a.a. (DADOS DO CENSO).

(2) O Estado, conceito abstrato-formal, existe como um Estado de classes dominantes, excluindo do seu seio a luta de classes, "... la contradiction principale de cet Etat ne consiste pas tellement en ce qu'il se "dit" un Etat de tout le peuple alors qu'il est un Etat de classe, mais proprement parler en ce qu'il se présente dans ses institutions mêmes, comme un Etat "de classe" (des classes dominantes qu'il contribue à organiser politiquement) d'une société institutionnellement fixée comme un Etat de la classe bourgeoise, en sous-entendant que tout "le peuple" fait partie de cette classe" (POULANTZAS, 1970: 203).

suscitadas no seio da formação social como um todo (3). A planificação urbana torna-se "um meio de controle social da ordem urbana" (Cf. LEDRUT, 1971 : 46), condicionada pela dinâmica das relações entre as classes sociais e os grupos em oposição.

Nesse sentido, podemos aproximar a função da planificação urbana nas sociedades complexas da função do ritual nas sociedades tribais, conforme a visão de Victor Turner em "Schism and continuity in an African society". No início da minha pesquisa tentei aplicar o método de análise utilizado por Turner, para estudar uma situação que se poderia tomar como um "drama social" e que se encontra no bojo da problemática da urbanização no Rio de Janeiro e faz parte do contexto da política de remoções: os acontecimentos em Cidade de Deus em junho de 1968. Tive porém muitas dificuldades, pois a aplicação da técnica do "drama social" nas sociedades complexas reveste-se de alguns problemas. Os conflitos que na sociedade complexa se dão a nível local ou de comunidade implicam em uma ordem de relações muito mais extensa do que acontece, internamente, nas sociedades tribais. Em todas as duas sociedades os conflitos fundamentais não resolvidos são redefinidos em função de mecanismos conciliatórios ou de ajustamento. Na sociedade tribal podem ocorrer conflitos profundos que levam à "quebra de relações" entre grupos ou entre pessoas, mas há uma tendência para a absorção desses conflitos através do ritual. Nesse sentido, podemos aproximar o planejamento urbano, como mecanismo de controle do Estado, nas sociedades complexas ao ritual nas sociedades tribais, isto é, todos dois têm a função de redefinir conflitos e de concili-

---

(3) Chamamos formação social a uma totalidade social concreta historicamente determinada. Esta totalidade social concreta pode se referir a um país, num dado momento, ou a um grupo de países.

liar situações: os dois mecanismos contribuem para a coesão social e a manutenção da ordem vigente. Entretanto, é qualitativamente diferente a natureza das contradições e das oposições suscitadas nesses dois tipos de sociedade, uma vez que é diferente a articulação entre os grupos. Enquanto na sociedade complexa o modo de produção capitalista dominante pressupõe a existência de uma estrutura de classes, na sociedade tribal a articulação entre os grupos se dá de forma diferente, desde que é qualitativamente diverso o modo de apropriação dos meios de produção. O ritual, nas sociedades tribais, mantém a unidade do grupo, ao estabelecer laços de co-participação nos cultos que operam independentemente do sistema de relações de parentesco e do sistema de relações locais, o ritual compensa, até certo ponto, "o grau limitado de controle político efetivo e a instabilidade dos laços de parentesco e dos laços afins a que está ligada a importância política" (TURNER, 1957 : 291). Por outro lado, nas sociedades em que o poder do Estado é enfeixado por classes ou frações de classes, a planificação urbana pode ser percebida como um meio de redistribuição de "justiça social", no sentido também de compensação e, portanto, de controle dos conflitos abertos que poderiam ocorrer entre as classes ou frações de classes que detêm o poder do Estado e as destituídas desse poder. Estas observações teriam que ser mais aprofundadas; a penas indico uma linha de análise que me parece muito frutífera.

Como nota Frankenberg (1961), a análise desenvolvida por Turner implica na necessidade de uma observação detalhada e minuciosa: "maps of disposition of participants have the importance in this kind of study that genealogies have in orthodox classical anthropology" (FRANKENBERG, 1961: 144); desta forma, a aplicação do método nas sociedades complexas, pressupondo-se uma analogia da função do ritual à do planejamento, seria possível em ocasiões

que cobrissem um pequeno espaço de tempo, facilitando esta observação detalhada, como em inaugurações, aberturas de concorrências, discussões de relatórios, etc... Mesmo assim é importante que o observador disponha de um conhecimento exaustivo do assunto a que a planificação se destina para que possa perceber todas as implicações e as relações entre os grupos presentes.

O processo de remoção de favelas que vem ocorrendo no Rio de Janeiro de forma mais acentuada desde 1963, com a criação da COHAB, se insere num processo maior de planificação urbana, visando a reorganização do espaço e consequente mudança da ocupação social (4). Teoricamente entendo planificação urbana como "a intervenção do político sobre a articulação específica das diferentes instâncias de uma formação social no seio de uma unidade coletiva de reprodução da força de trabalho com o objetivo de assegurar sua reprodução ampliada, de regulamentar as contradições não antagônicas, assegurando assim as limitações inerentes à classe social no conjunto da formação social e a reorganização do sistema urbano, de maneira a assegurar a reprodução estrutural do modo de produção dominante" (5).

Tento utilizar os instrumentos teóricos desenvolvidos por Castells pa-

---

(4) Chamamos ocupação social de um espaço dado, ao uso dado a esse espaço pelo homem. Aproxima-se, neste sentido, do conceito de função de zonas na cidade. Por outro lado, tenta explicar mais, ligando-se a classificação que os homens fazem entre si e da classificação que os homens fazem das zonas da cidade. Desta forma, uma zona pode se caracterizar pelo fato de sua ocupação social ser predominantemente de residências para a alta burguesia, enquanto que em outra os moradores são, em sua maioria, operários.

(5) "Intervention du politique sur l'articulation spécifique des différentes instances d'une formation sociale au sein d'une unité collective de reproduction de la force de travail, dans le but d'assurer sa reproduction élargie, de régler les contradictions non antagoniques, assurant ainsi les interdits de la classe sociale dans l'ensemble de la formation sociale et la réorganisation du système urbain, de façon à assurer la reproduction structurale du mode de production dominant" (CASTELLS, 1972:329).

ra a análise de minha problemática. A análise da planificação urbana se refere às transformações do sistema de consumo coletivo e da organização espacial dessas atividades. Deverá identificar o conteúdo social da racionalidade urbanística, estudando os limites que a própria sociedade impõe para a transformação de suas estruturas sociais e o processo destas transformações (Cf. CASTELLS, 1969: 419). Uma vez que as intervenções da planificação urbana só podem ser realizadas dentro dos limites estruturais de cada sociedade concreta, estes limites sendo definidos pela articulação essencial do modo de produção dominante, a autonomia da planificação se dá em relação aos grupos sociais específicos e sua sujeição se dá em relação à matriz social na qual está inserida. Esta intervenção representa uma configuração particular das relações sociais, determinada pelos interesses em jogo, isto é, pelo lugar da contradição tratada na conjuntura de uma sociedade concreta. O "sistema de atores" é organizado em função destas relações, segundo uma distribuição de indivíduos e grupos. Por outro lado, se a planificação urbana é concebida como a intervenção do político sobre o econômico ao nível de um conjunto espacial pode acontecer que o efeito pesquisado corresponda a um outro sistema, por exemplo, ao sistema político. "Enfim, se a primeira relação a descobrir vai do político ao econômico, é preciso ter em conta: 1) repercussões específicas vindas de outros sistemas e indo para outros sistemas; 2) o fato de que uma pesquisa apresenta uma combinação concreta de vários modos de produção e relações entre as relações derivadas de cada um entre eles..." (6). A estrutura social se exprime em um conjunto urbano da mes

---

(6) "Enfin, si le rapport premier à dégager va du politique à l'économique, il faut tenir compte: 1) des repercussions spécifiques venant des autres systèmes et allant aux autres systèmes; 2) du fait qu'une recherche porte sur une combinaison concrète de plusieurs modes de production et sur des rapports entre les rapports dérivés de chacun d'entre eux..." (CASTELLS, 1969: 421).

ma forma que em uma empresa ou em um sistema político. "A análise de um sistema político, enquanto produtor de formas sociais, isto é, enquanto expressão não de instituições mas de estruturas subjacentes, pode ser feita a partir da noção de sistema urbano... Por sistema urbano entendemos a articulação específica das instâncias de uma estrutura social no interior de uma unidade (espacial) de reprodução da força de trabalho... Ele é definido por :

1) O conjunto das relações entre os dois elementos fundamentais do sistema econômico e o elemento que daí deriva.

\* Elemento P (Produção) : Meios de produção específicos.

\* Elemento C (Consumo) : Força de trabalho específica.

O elemento não trabalho aparece como um efeito necessário do sistema econômico na reprodução, que se divide em três produtos: - reprodução dos meios de produção, reprodução da força de trabalho, apropriação do produto pelo não-trabalho: - estratificação social ao nível da organização social (sistema de distribuição) e funcionamento das instituições (aparelhos políticos e ideológicos). Ao nível das estruturas isto pode voltar também à reprodução dos meios de produção e/ou da força de trabalho."

O elemento que daí deriva é o elemento T (Troca).

"\* Elemento T (Troca) entre P e C, no interior de P, no interior de C, e com outras instâncias.

2) Elemento G (Gestão). Chamaremos gestão a regulamentação de relações entre P, C e T em função das leis estruturais da formação social, isto é, em função da dominação de uma classe. É a especificação urbana da instância política, o que não esgota as relações entre esta instância e o sistema urbano.

3) Elemento S (Simbólico), que exprime a especificação da ideologia ao nível

das formas espaciais, sem que possa ser compreendida nela mesma, mas em sua articulação com o conjunto do sistema urbano" (7).

"A planificação urbana é a intervenção do elemento G sobre um ou outro dos elementos (aí compreendido ele próprio) ou sobre suas relações. Esta intervenção: - depende do tipo de regulação requerido pela situação (em termos simples, do "problema" a resolver); - exprime o estado das relações entre os elementos do sistema urbano (Como veremos, estas relações não são arbitrárias, mas especificam as relações sociais gerais, fazem parte delas; - de -

(7) "L'analyse d'un ensemble urbain en tant que producteur des formes sociales, c'est-à-dire en tant que expression non pas des institutions mais des structures sous-jacentes, peut-être faite à partir de la notion de système urbain" (Cf. CASTELLS, 1969: 423)... Par système urbain, on entend l'articulation spécifique des instances d'une structure sociale à l'intérieur d'une unité (spatiale) de reproduction de la force de travail. ... Il est défini par: 1) L'ensemble des rapports entre les deux éléments fondamentaux du système économique et l'élément qui en dérive.

\* Élément P (Production) : Moyens de production spécifiques.

\* Élément C (Consommation) : Force de travail spécifique.

L'élément non-travail apparaît comme un effet nécessaire du système économique dans la reproduction, qui se divise en trois produits:

- Reproduction des moyens de production.

- Reproduction de la force de travail.

- Appropriation du produit par le non-travail: - Stratification sociale au niveau de l'organisation sociale (système de distribution), - Fonctionnement des ... institutions (appareils politiques et idéologiques). Au niveau des structures cela peut revenir aussi à la reproduction des moyens de production et/ou de la force de travail" (Cf. CASTELLS, 1972 : 299) ...

"\* Élément E (Echange) entre P et C, à l'intérieur de P, à l'intérieur de C, et avec d'autres instances.

2) Élément G (Gestion). Nous appelons gestion la régulation des rapports entre P, C et E en fonction des lois structurales de la formation sociale, c'est-à-dire en fonction de la domination d'une classe. C'est la spécification urbaine de l'instance politique, ce qui n'épuise pas les rapports entre cette instance et le système urbain.

3) Élément S (Symbolique), qui exprime la spécification de l'idéologie, au niveau des formes spatiales, sans qu'il puisse être compris en lui-même, mais dans son articulation à l'ensemble du système urbain." (Cf. CASTELLS, 1972: 299).

termina uma configuração particular dos atores sociais em jogo" (8).

Ao mesmo tempo, as operações de remoção podem ser definidas como operações de renovação urbana, no sentido emprestado pelo Grupo de Sociologia Urbana de Nanterre, e ser analisadas como tal: "renovação urbana é a intervenção direta ou indireta, total ou parcial, de instituições públicas (dotadas de autoridade administrativa) sobre a estrutura urbana de maneira a mudar a ocupação de um espaço já constituído, suas funções e/ou seu conteúdo social" (9). Nesta definição são particularmente importantes: o fato de que se trata de um espaço já afetado por um certo uso, como é o caso da "favela" e inserido na estrutura urbana (tanto ecológica quanto funcional e socialmente) e o fato da iniciativa pública (10).

Os conceitos de renovação urbana e planificação urbana pertencem a um mesmo quadro teórico, na medida em que os dois enfatizam a função do Estado de regularizador das contradições e oposições não antagônicas entre as clas-

(8) ... "La planification urbaine est l'intervention de l'élément G sur l'un ou l'autre des éléments (y compris lui-même) ou sur les rapports. Cette intervention: - dépend du type de régulation requis par la situation (en termes simples, du "probleme" à résoudre); - exprime l'état des rapports entre les éléments du système urbain, (Ces rapports, comme nous le verrons, ne sont pas arbitraires mas spécifient les rapports sociaux généraux, en font partie. - détermine une configuration particulière des acteurs sociaux en jeu" (Cf. CASTELLS, 1969: 423).

(9) ... "La rénovation urbaine est l'intervention directe ou indirecte, totale ou partielle, des institutions publiques (pourvues d'autorité administrative) sur la structure urbaine de manière a changer l'occupation d'un space déjà constitué, ses fonctions et/ou son contenu social" (GRUPE DE SOCIOLOGIE URBAINE DE NANTERRE, 1970: 490).

(10) Nesse sentido, embora a "favela" tenha características arquitetônicas diferentes do resto da cidade, temos como dado que ela se encontra inserida no sistema urbano, em termos econômicos, políticos e sociais, fazendo parte da cidade e desta recebendo influências na forma de pensar e viver através dos canais de informação.

ses, ultrapassando-as no interesse geral da formação social <sup>(11)</sup>. Desta forma, a política de remoções de favelas não pode ser explicada convenientemente se não levarmos em consideração a função de reduzir tensões sociais, própria do Estado. Ao mesmo tempo o Estado atenderá aos interesses das classes que detêm o poder do Estado dentro dos limites impostos pela dinâmica da luta de classes.

A política setorial para as favelas no Estado da Guanabara se inscreve no âmbito mais amplo do Plano Nacional de Habitação, fundamentalmente uma política de equipamento, visando a construção de casas.

Como vimos no primeiro capítulo, essa política consubstanciada pelo B.N.H. e da qual uma das expressões setoriais é a remoção de favelas na Guanabara foi instituída e implementada pelo Estado sob a pressão dos interesses da burguesia industrial e financeira e às expensas do proletariado, ator ausente na elaboração dessa política, face às condições conjunturais do país.

Entretanto, a própria criação do B.N.H. deve-se, em parte, à necessidade política de apresentar alternativas ao que havia e ao que se pretendia antes de 1964 <sup>(12)</sup>, como maneira de popularizar a Revolução. Assim, a própria

---

(11) "... il faut, du façon concrète, assurer la reproduction de la force de travail de tous les salariés. Il le faut, à la fois parce que c'est une nécessité d'ordre général pour le capitalisme, et parce que c'est une dimension imposée par la lutte des classes" (Cf. LOJKINE & PRETECEILIE, 1970: 82).

(12) "O Presidente Jânio Quadros enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei que estabelece os pontos fundamentais da Política Nacional de Habitação e cria o Instituto Brasileiro de Habitação. O I.N.H. arrecadará a contribuição de 1% a cargo do empregador, sobre o valor global das folhas de pagamento, de 5% de aumento sobre o imposto de consumo de fósforos, e de 40% sobre algumas bebidas" (In Revista Brasileira de Administração Municipal, 48, set./out., 1961). Em 1962 foi apreciado pela Comissão Nacional de Habitação do Ministério do Trabalho um projeto de um Banco Nacional de Habitação, juntamente com um ante-projeto de lei cri-

dinâmica das classes condicionou a pressão dos interesses representados no Estado. Essa dinâmica também se fez sentir em certos debates relacionados com o tema das remoções, por exemplo, urbanização versus remoção, conjunto grande versus conjunto pequeno e nas tentativas com que se procura ajustar o sistema às condições reais dos usuários dos mesmos.

Depois de delinear, em termos sucintos, o instrumental teórico que ajudará a pensar a problemática das remoções no Rio de Janeiro, pretendo mostrar quais as características dos lugares renovados, isto é, das "favelas" removidas, a fim de desvendar a lógica dominante no processo.

## II. Características das áreas renovadas:

A característica comum de todas as áreas removidas, estudadas aqui, é a de serem consideradas "favelas", isto é, "Aglomerados ... construídos de forma irregular e ilegal, contrastando além disso com o panorama urbano em que se situam, não integram o complexo habitacional da cidade, já que deixan

---

ando o Banco de Habitação Popular. No início do ano de 1964 havia em estudos na Presidência da República o ante-projeto de criação do Conselho de Política Urbana (COPURB). "Entre outras atribuições caberá ao Conselho: - efetivar o planejamento físico, em termos nacionais, dos aglomerados urbanos; - coordenar os órgãos federais, estaduais, municipais, regionais e autárquicos que interferem no equipamento urbano; - coordenar e democratizar o crédito imobiliário; - instituir, em termos nacionais, a política para recuperação e transladação das áreas deterioradas (favelas, mocambos, etc...); - instituir, em termos objetivos, uma política de contribuição de melhoria, tendo em vista o retorno dos investimentos públicos em obras urbanas; - propor e adotar medidas que regulamentem e condicionem a atividade imobiliária, participar ao interesse social; - fomentar a indústria nacional de pre-fabricados, com vistas ao barateamento da construção de unidades de habitação para as classes operárias e classe média e a padronização das unidades sanitárias para utilização em larga escala; - criar o Fundo Nacional de Habitação que coordenará o emprego dos recursos governamentais, a poupança privada e os investimentos estrangeiros, tendo em vista um plano nacional de urbanização" (In Revista Brasileira de Administração Municipal, 62, jan/fev., 1964).

do de participar de tributos e demais encargos inerentes às propriedades legalmente construídas..." (BRASIL. Ministério do Interior/BNH, 1971B: 16). Desas observações retira-se, principalmente, o caráter ilegal da ocupação na favela, tanto em relação à terra como em relação à construção de casas e ao não pagamento de taxas e tributos que incidem sobre a terra e sobre os serviços públicos, os quais o favelado, quando dispõe, costuma pagar por eles (exemplo: taxas pagas à Comissão Estadual de Energia pelo fornecimento da luz).

Ocupadas de uma maneira geral por famílias de baixa renda, constituem uma solução ao problema de moradia que, no mercado convencional, diminuiria ainda mais os pequenos ordenados e/ou rendas, face os altos aluguéis, dificuldade e gastos com transporte e necessidade de morar perto do local de trabalho, em geral em áreas altamente valorizadas no mercado imobiliário. A opção pela favela se constitui também numa estratégia de vida para estas famílias que escolhem, por exemplo, aplicar seus pequenos salários em gastos com a educação dos filhos, em gastos com bens de consumo duráveis, na própria habitação, em despesas que permitam aparentar um "status" mais alto e em pequena poupança visando o "trabalho por conta própria".

A maior parte dos indivíduos exerce ocupações manuais, embora encontremos comerciários, pequenos funcionários públicos, policiais, militares e em menor percentagem comerciantes na própria favela.

"No que se refere à situação ocupacional nossos dados revelaram uma alta percentagem de indivíduos que declararam possuir apenas uma ocupação ou emprego remunerado: 54,81%. Entre os demais, 18,47% declararam trabalhar por conta própria, 7,02% são aposentados, 8,63% são desempregados por motivo de saúde ou por falta de trabalho. Esses dados revelam uma relativa estabi-

lidade da população favelada no que se refere ao seu aproveitamento como mão-de-obra produtiva... (:41)... Quanto ao tipo e nível da ocupação, a maioria dos favelados se concentra em categorias manuais especializadas (tipo pedreiro, carpinteiro, motorista, eletricitista, bombeiro): 31,92%. Segue-se a categoria de manuais não-especializados (lavadeira, vigia, porteiro, lixeiro) com 20,08%. A categoria de manuais semi-especializados (garçon, pintor, trocador de ônibus) apresenta 17,06% e em níveis mais altos, de categoria artesanal e não-manuais (sapateiro, barbeiro, marceneiro, serralheiro, nas primeiras e dono de quitanda ou boteco, inspetor de obras, chefe de turma e semelhantes, enfermeiro, balconista, rádio-técnico, guarda-livros, bancário, nas segundas), temos um total de 18,07%. (:42) (Cf. BOSCHI & GOLDSCHMIDT, 1970).

O fluxo migratório interno era altamente responsável pela formação de favelas numa fase anterior ao processo de industrialização da Guanabara. Atualmente, segundo dados da pesquisa acima citada, já encontramos uma percentagem de cerca de 20% de indivíduos naturais da Guanabara. "Os Estados de maior proveniência da população favelada são os de Minas e Rio de Janeiro, com 38,35% de nossa população. Segue-se o Nordeste que contribui com 18,89% da população favelada, sendo que o Estado de maior proveniência é o da Paraíba. O Espírito Santo e Bahia, conjuntamente, contribuem com 13,65%. Os Estados do sul não participam desse fluxo migratório como é sabido; no entanto, houve alguns casos de indivíduos provenientes daqueles Estados. Finalmente, o quadro se fecha com um dado interessante, que é a presença de portugueses na favela, muito embora com cifra reduzida (1,8%)" (BOSCHI & GOLDSCHMIDT, 1970: 47).

Essa ocupação da terra, como vimos no primeiro capítulo, gerava um de-

sequilíbrio no sistema, ao nível econômico, dada a intensa demanda de terrenos no mercado imobiliário convencional, principalmente nas zonas consideradas as mais valorizadas da cidade, exatamente as que ofereciam uma demanda de mão-de-obra compatível com o nível de qualificação do migrante. Este desequilíbrio se dava também ao nível ideológico e político pela não tolerância por parte da sociedade global de pessoas ou grupos que se definem, em parte, pela não observância de princípios fundamentais do sistema, como é o caso da propriedade privada. Infringir este princípio significa, de certa forma, ficar à margem, enquanto que contraditoriamente esses grupos, moradores das favelas, se inserem no quadro do sistema fazendo parte de várias de suas estruturas, como por exemplo, da estrutura de classes, estabelecendo de terminadas relações de produção com outros atores do sistema. Por outro lado, as "remoções" de favelas constituem um efeito do nível político-ideológico sobre a própria instância do político. Como veremos no capítulo 3, o modelo das "remoções" é constituído a partir de representações não conflituais da sociedade, apresentando as transformações urbanísticas ("melhorar o meio ambiente da favela", "dar condições humanas aos favelados") como solução para os "problemas sociais".

Nesse sentido, a aparência econômica da intervenção mascara um papel político-ideológico porque permite impor estas representações a frações de classe que, na estrutura social, se encontram em oposição aos grupos que detêm o poder da planificação, "eliminando por promessas de assistência social as oposições suscitadas a partir da não adequação do modelo e da experiência (13).

---

(13) "en éliminant par des promesses d'assistance sociale, les oppositions suscitées à partir de la non-adequation du modele et de l'experience" (Cf. CASTELLS, 1969: 427).

### III. As características das operações de remoção:

Pretendo aqui analisar o conteúdo preciso das operações de renovação, comparando o espaço transformado por elas e as características dessas operações.

O conjunto da política de remoções, por um lado, visa equilibrar o sistema urbano e reduzir as tensões sociais, fruto das contradições entre as frações de classes envolvidas e, por outro lado, visa atender aos interesses das classes dominantes. Este conjunto de operações que constituem a política de remoções de favelas compreende:

1) Uma operação de reorganização que objetiva renovar as áreas ocupadas por favelas, mudando a ocupação social destas áreas, através da mudança de seus residentes para conjuntos habitacionais e centros de habitação provisória - (C.H.P.s) localizados em outras áreas da cidade. Estes terrenos antes ocupados pelas favelas e altamente valorizados no mercado imobiliário são oferecidos à iniciativa privada e à construção de obras públicas que venham a atender a expansão da cidade nestas zonas (túneis, viadutos, pistas de alta velocidade). Expansão que tem sua evolução condicionada segundo diferentes interesses em oposição.

"A favela da Praia do Pinto ocupava 96 mil metros quadrados de uma das mais valorizadas áreas da Guanabara e sua remoção enfrentava uma série de problemas, a merecerem cuidados especiais" (Cf. ESTADO DA GUANABARA. Rio Guanabara em nova dimensão. s/d.: 99).

Esta terra passa a ter outros usos: é utilizada para construção de obras viárias, ou mesmo é ocupada por moradores de outra classe social, conforme o exemplo típico da Praia do Pinto: "Para a área da antiga favela da Praia do Pinto a SEPE (Superintendência Executiva de Projetos Especiais) ela

borou projeto de urbanização com as seguintes características: 40 edifícios de 15 pavimentos, sobre pilares e garagem subterrânea; uma escola do Estado e mais a Escola de Formação de Monitores doada pela Fundação Gulbenkian; campos de esporte e áreas ajardinadas; centro comercial em área superior a 13.000 m<sup>2</sup>, posto de gasolina" (Cf. ESTADO DA GUANABARA, Idem: 101).

Esses apartamentos foram todos financiados ou através de companhias de crédito imobiliário ou através de cooperativas, todas duas atendendo a faixas de renda mais alta do que as dos antigos ocupantes do terreno.

Outro exemplo é a área da Fazenda Botafogo: "Esta área (Fazenda Botafogo) ... foi objeto de estudos no sentido de realização do primeiro Plano Integrado Habitação-Trabalho realizado na Guanabara. Cerca de 32% da área são destinados a loteamentos industriais; 32,5% para utilização habitacional em dois tipos: casas isoladas e blocos de apartamentos, num total de 5.937 unidades, ficando o restante da área reservado a zonas verdes na qual não há veras edificações" (ESTADO DA GUANABARA, 1970: 12).

No quadro 1 temos o total de barracos extintos, segundo as favelas removidas nas diferentes zonas da cidade, durante as três fases que caracterizaram o processo de remoções estudado, desde a fundação da COHAB em 1963 até o término de minha pesquisa de campo em maio de 1972.

Na primeira fase (1963/67) temos uma nítida predominância de remoções na zona da Tijuca e Méier, correspondendo, fundamentalmente, à remoção da favela do Esqueleto (3.931 famílias/barracos) para dar lugar à construção da Universidade do Estado da Guanabara e ao alargamento de vias urbanas naquela área. Temos também uma percentagem de barracos removidos da Zona Sul da baía da Guanabara (1.199) que corresponde à remoção do Pasmado e de outras pequenas favelas da área e de favelas da orla norte da baía (1.214), todas

## QUADRO 1

NÚMERO DE BARRACOS REMOVIDOS, APROXIMADAMENTE, SEGUNDO AS FAVELAS E AS ZONAS DA CIDADE (\*)

Zona do Litoral e Zona da Baía da GB: Orla Sul	Zona da Baía da GB: Orla Norte e ilhas	Zona da Baía da GB: Orla Central	Zona da Tijuca e Meier	Centro e Oeste do Estado	TOTAL
--	--	----------------------------------	------------------------	--------------------------	-------

1a. fase: 1963/1967 Fonte: Serviço Social da COHAB (\*\*)

Álvaro Ramos - 25	Vila da Penha - 180	Morro dos Prazeres - 10	Esqueleto - 3.931		
Pasmado - 911	P. Caju - 30		S. Carlos - 253		
Getúlio Vargas - 113	C.C.P.L. - 104		Turano - 35		
Macedo Sobrinho - 14	Moreninha - 35		24 de Maio - 36		
Marquês de São Vicente - 111	Av. Brasil - 14		Morro do Quitêo - 197		
Praia do Pinto - 81	Maria Angu - 503				
	Del Castilho - 17				
	Braz de Pina - 366				
SUB-TOTAL: 1.199	SUB-TOTAL: 1.214	SUB-TOTAL: 10	SUB-TOTAL: 4.452	-	6.875

2a. fase: 1968 a agosto 1970 Fonte: Relatórios da COHAB-GB 1969 e 1970 (\*\*\*)

Praia do Pinto - 3.600					
Piraquê - 50					
I. das Dragas - 430					
M. da Babilônia - 67					
SUB-TOTAL: 4.147	-	-	-	-	4.147

(continua)

QUADRO 1 (continuação)

Zona do Litoral e Zona da Baía da GB: Orla Sul	Zona da Baía da GB: Orla Norte e ilhas	Zona da Baía da GB: Orla Central	Zona da Tijuca e Méier	Centro e Oeste do Estado	TOTAL
3a. fase: agosto 1970/maio 1972      Fonte: Levantamentos da CHISAM (****)					
Babilônia - 175 Catacumba - 2.071	João Cândido- 665 Emaq - 72		São João - 364 Cachoeirinha- 495	F. Botafogo - 1.162 Via 11 - 98	
15 Braças - 23 São João - 174	Club Militar- 24		G.P. Andaraí- 43	Oswaldo Cruz - 12	
Chacrinha - 67 Sta. Terezinha - 136	N.S.Loreto- 4 Caju - 139 Cordovil- 330			V. Tostão - 65 P. Miguel - 83	
Costa Rica- 115 P.Gávea - 184	Roquete Pinto - 380 Galeão - 150			F. Areal - 1.688 Paciência - 22	
Macedo Sobrinho - 1.279	P.Arará - 361				
Miguel Pereira- 196	Manguinhos - 229				
Lopes Quintas - 148	A. João XXIII - 36				
F.Sossego - 207 Rocinha - 803	Del Castinho- 30				
Gávea - 44	Faria-Timbó - 266				
SUB-TOTAL: 5.642	SUB-TOTAL: 2.646	-	SUB-TOTAL: 902	SUB-TOTAL: 3.130	12.401
TOTAL 10.988	TOTAL 3.860	TOTAL 10	TOTAL 5.354	TOTAL 3.130	23.342

(\*) As zonas, com exceção da última, foram grupadas segundo as zonas utilizadas pelo Censo de Favelas do Estado da Guanabara (I.B.G.E.) - 1960. A Zona do litoral e Zona da Baía de Guanabara: orla sul compreende, a grosso modo, a "zona sul" do Rio de Janeiro e se constitui na zona mais valorizada em termos de mercado imobiliário. A Zona da Baía de Guanabara: orla norte e ilhas corresponde à ocupação paralela à Av. Brasil e aos subúrbios da Leopoldina, abrange um maior espaço e é do tipo industrial e de "favelas" à beira mar. Zona da Baía da Guanabara: orla central corresponde, a grosso modo, ao "centro" da cidade, à "cidade" e à zona portuária. As zonas da Tijuca e Méier se referem a bairros de classe média, subúrbios da "zona norte" da cidade, compreendendo, também, parte dos subúrbios servidos pela linha de trens da Central do Brasil. O Centro e Oeste do Estado é uma categoria criada para designar a parte do Estado menos ocupada, área que se denominava a "zona ru -

QUADRO 1 (continuação)

Zona do Litoral e Zona da Baía da GB: Orla Sul	Zona da Baía da GB: Orla Norte e ilhas	Zona da Baía da GB: Orla Central	Zona da Tijuca e Méier	Centro e Oeste do Estado	TOTAL
3a. fase: agosto 1970/maio 1972      Fonte: Levantamentos da CHISAM (****)					
Babilônia - 175 Catacumba - 2.071	João Cândido- 665 Emaq - 72		São João - 364 Cachoeirinha- 495	F. Botafogo - 1.162 Via 11 - 98	
15 Braças - 23 São João - 174	Club Militar- 24		G.P. Andaraí- 43	Oswaldo Cruz - 12	
Chacrinha - 67 Sta. Terezinha - 136	N.S.Loreto- 4 Caju - 139 Cordovil- 330			V. Tostão - 65 P. Miguel - 83	
Costa Rica- 115 P.Gávea - 184	Roquete Pinto - 380 Galeão - 150			F. Areal - 1.688 Paciência - 22	
Macedo Sobrinho - 1.279	P.Arará - 361				
Miguel Pereira- 196	Manguinhos - 229				
Lopes Quintas - 148	A. João XXIII - 36				
F.Sossego - 207 Rocinha - 803	Del Castinho- 30				
Gávea - 44	Faria-Timbó - 266				
SUB-TOTAL: 5.642	SUB-TOTAL: 2.646	-	SUB-TOTAL: 902	SUB-TOTAL: 3.130	12.401
TOTAL 10.988	TOTAL 3.860	TOTAL 10	TOTAL 5.354	TOTAL 3.130	23.342

(\*) As zonas, com exceção da última, foram grupadas segundo as zonas utilizadas pelo Censo de Favelas do Estado da Guanabara (I.B.G.E.) - 1960. A Zona do litoral e Zona da Baía de Guanabara: orla sul compreende, a grosso modo, a "zona sul" do Rio de Janeiro e se constitui na zona mais valorizada em termos de mercado imobiliário. A Zona da Baía de Guanabara: orla norte e ilhas corresponde à ocupação paralela a Av. Brasil e aos subúrbios da Leopoldina, abrange um rio largo e é do tipo industrial e de "favelas" à beira mar. Zona da Baía da Guanabara: orla central corresponde, a grosso modo, ao "centro" da cidade, à "cidade" e à zona portuária. As zonas da Tijuca e Méier se referem a bairros de classe média, subúrbios da "zona norte" da cidade, compreendendo, também, parte dos subúrbios servidos pela linha de trens da Central do Brasil. O Centro e Oeste do Estado é uma categoria criada para designar a parte do Estado menos ocupada, área que se denominava a "zona ru -

ral" do Estado da Guanabara e onde o planejamento governamental pretende ins talar polos industriais.

(\*\*) A primeira fase de remoções (1963/67) vai desde a criação da COHAB até antes da criação da CHISAM e corresponde também à permanência nos quadros ad ministrativos do Estado da Guanabara de elementos ligados ao primeiro gover no estadual, em cargos de decisão. Os dados desta fase foram coletados em "A experiência do Serviço Social na COHAB-GB", COHAB-GB, 1969. Mimeo.

(\*\*\*) A segunda fase de remoções (1968/agosto 1970) corresponde à época de implantação da CHISAM e vai desde a sua criação até a passagem para ela das atribuições da remoção física dos favelados. As remoções dessa época foram coordenadas pela Secretaria de Serviços Sociais. Os dados para esta fase fo ram coletados de COHAB-GB/ Relatórios - 1969, 1970.

(\*\*\*\*) A terceira fase de remoções (agosto 1970/maio 1972) corresponde ao pe ríodo em que a CHISAM realizava as remoções. A data de termino corresponde ao término do nosso trabalho de campo. A CHISAM continuou realizando remo ções até janeiro de 1973 quando sua equipe técnica foi dissolvida, embora de maio de 1972 a janeiro de 1973 não tenha havido nenhuma remoção digna de no ta. Os dados coletados foram de levantamentos realizados pela equipe técni ca da CHISAM com finalidade de prestar informação ao B.N.H.

pequenos aglomerados que saíram para dar lugar ao alargamento da Avenida Bra sil (segunda pista de rolamento), à construção do viaduto de Benfica, enfima obras viárias.

Na segunda fase todas as remoções foram na zona sul. A saída das fave las da Praia do Pinto, Piraquê e Ilha das Dragas corresponde à "limpeza" da área das margens da Lagoa Rodrigo de Freitas que, na época, já estava se tor nando uma região do "lazer" (cinemas, parques de diversões, teatros, bares , diversões de uma maneira geral), com seus terrenos residenciais em constante valorização no mercado imobiliário.

Na terceira fase temos uma preponderância de barracos removidos ainda na zona sul da cidade e o motivo ainda é o de completar a "limpeza" da área da Lagoa. A favela da Catacumba foi a maior favela retirada nessa fase e juntamente com sua vizinha Macedo Sobrinho totalizaram 3.350 barracos do to tal de 5.642 barracos retirados nessa área. Ainda nessa área tivemos peque-

nas favelas que foram retiradas da encosta do morro do Cristo Redentor ( por motivos de segurança e por motivos estéticos) e a saída de parte da Rocinha, por motivos de segurança (14). Ainda na terceira fase temos um grande número de barracos removidos da orla norte da Baía da Guanabara, correspondendo à ocupação das margens da Av. Brasil e áreas vizinhas. Os motivos da remoção foram: abertura de vias urbanas (ex: ponte Rio-Niterói, duplicação da pista para o aeroporto supersônico) e expansão industrial na área. Ainda nesta fase é significativo o número de favelas retiradas da área Centro e Oeste do Estado que darão lugar à implantação de áreas industriais planejadas pelo Estado e a conjuntos habitacionais.

"Entretanto, à medida que estes núcleos começam a se aproximar das redondezas das instalações das fábricas, desaparecem todos os seus aspectos positivos, e se convertem em focos de pequenos, porém intermináveis problemas, que acabam por comprometer, inteiramente, as possibilidades de a indústria aproveitar o local para projetos de expansão... A presença de favelas junto aos limites de uma fábrica, geralmente, não só compromete o curso normal de suas atividades, como, também, coloca em risco suas instalações... É preci-

---

(14) Em fevereiro de 1973 (Jornal do Brasil, 3/2/1973) noticiava-se as próximas remoções a serem feitas na Guanabara, já integradas no Plano de Habitação Popular (PLANHAP) lançado pelo B.N.H. em janeiro do mesmo ano, sob o título "Favelados vão sair da Maré e da Rocinha". "As favelas da Rocinha, da Maré do Parque Proletário da Gávea e do Morro de Santa Marta foram consideradas prioritárias para transferência aos novos conjuntos habitacionais, cuja construção a COHAB iniciará dentro de dois meses, entre Campo Grande e Santa Cruz, junto à linha da Central do Brasil". Os grifos são meus e correspondem a favelas da Zona Sul. A remoção da Rocinha será então completada. Interessante lembrar a observação de uma moradora da maior favela da Guanabara, em 1971 quando perguntei se acreditava que o governo fosse remover uma favela tão grande quanto a Rocinha: "Mas a sra. não acha que não vão deixar a gente aqui com esse hotel construindo aí na frente (referia-se ao Hotel Nacional) e com esse túnel passando aí do lado (túnel Dois Irmãos). Aqui é lugar de "bacano" morar, dona."

so estabelecer uma distinção entre a vizinhança com moradias e a proximidade com as favelas. As primeiras, por serem legalmente construídas, oferecem às indústrias uma real expansão, já que a aquisição de suas respectivas áreas, caso seja necessário, se constitui numa transação imobiliária rotineira. O mesmo não se dá, porém, com as áreas ocupadas pelas favelas, cuja desobstrução invariavelmente se converte em um longo, oneroso e arriscado processo de aquisição de barracos" (IDEG/CIPHAB-GB/CESEC, 1968: 31/32).

Depois dessas observações que enfatizam a não legalidade do terreno não é muito difícil imaginar recomendações para a "limpeza" de áreas faveladas localizadas em áreas industriais novas ou antigas, visando a retirada de obstáculos ao estabelecimento e/ou expansão das indústrias.

Analisando o quadro 2, podemos observar no total das três fases uma nítida vantagem no número de barracos removidos da Zona Sul (47,00%) maior do que a soma das percentagens correspondentes à Zona da orla norte da Baía de Guanabara (16,53%) e à Zona da Tijuca e Méier (23,00%).

Enquanto na primeira fase, como tivemos ocasião de verificar no quadro 1, as remoções se deram fundamentalmente na Zona da Tijuca e Méier, a evolução do processo mostra que houve uma tendência para a concentração das remoções na Zona Sul (100,00%) de 1968/69. A atenção dos "planejadores", na etapa seguinte (1970 - maio de 1972), estará dividida entre a zona sul (45,80%) e a zona centro e oeste do Estado (25,40%), devido à atenção especial que será dada a esta zona como polo de desenvolvimento industrial (Zona Industrial de Santa Cruz, Plano Integrado Habitação-Trabalho - Fazenda Botafogo e Central de Abastecimento do Grande Rio na Fazenda Areal).

Analisando o total de remoções, segundo as diferentes fases, podemos observar uma diminuição em seu ritmo na segunda fase (17,75%), que correspon

QUADRO 2

NÚMERO DE BARRACOS REMOVIDOS (segundo as zonas da cidade e as fases de remoção) E PORCENTAGENS

Zona do Litoral e Zona da Baía da GB: Orla Sul (Zona Sul)	Zona da Baía da GB: Orla Norte e ilhas (Lit. Norte)	Zona da Baía da GB: Orla Central (Centro)	Zona da Tijuca e Méier	Centro e Oeste do Estado	TOTAL	%
1a. fase: 1963/67						
1.199 (17,60)	1.214 (17,20)	10 (0,20)	4.452 (65,00)	- (-)	6.875 (100,00)	(29,45)
2a. fase: 1968/69						
4.147 (100,00)	- (-)	- (-)	- (-)	- (-)	4.147 (100,00)	(17,75)
3a. fase: 1970/maio 1972						
5.642 (45,80)	2.646 (19,80)	- (-)	902 (7,30)	3.130 (25,40)	12.320 (100,00)	(52,80)
TOTAL						
10.988 (47,00)	3.860 (16,53)	10 (0,40)	5.354 (23,00)	3.130 (13,10)	23.342 (100,00)	(100,00)

de exatamente à época da implantação da CHISAM e do planejamento dos grandes conjuntos que iriam permitir um recrudescimento do ritmo de remoções na terceira fase (52,80). Isto possibilitou que durante os três anos da terceira fase (1970-1972) fossem retirados mais da metade do total de barracos removidos no total de dez anos (1963-1972) do Programa.

Por outro lado, as operações de reorganização libertam um capital: a "terra invadida" que, embora viesse se valorizando ao correr do tempo, se en<sup>o</sup> contrava aos olhos da sociedade global sub-utilizada, sem perspectivas de vir a ser aproveitada lucrativamente, isto é, de render taxas e impostos ao Estado e renda ao seu proprietário. A esse respeito é significativa a ênfase colocada pelos órgãos de remoção, em suas publicações, na condição de "não proprietário", de "invasor" e da condição de ilegalidade do morador na "favela".

Estas operações também movimentam capitais financeiros administrados pelo B.N.H. que concede os empréstimos à COHAB-GB para a construção das unidades habitacionais, relacionando-se, nesse sentido, à política econômico-financeira adotada no país e aos interesses dos grupos que manipulam esta política.

2) Uma operação de equipamento, através da construção de conjuntos habitacionais e de centros de habitação provisória (C.H.P.s) e suas respectivas infraestruturas físicas de suporte para os favelados e obras viárias, edifícios de apartamentos e equipamento comunitário de uma maneira geral, para a classe média, nas áreas antes ocupadas pelas favelas.

No quadro 3 vemos a localização dos conjuntos habitacionais, segundo as zonas da cidade, número de unidades e percentagens correspondentes.

QUADRO 3

LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS - COHAB, SEGUNDO AS ZONAS DA CIDADE E NÚMERO DE UNIDADES (\*)

Zona do Litoral e Zona da Baía da GB: Orla Sul	Zona da Baía da GB: Orla Norte e ilhas	Zona da Baía da GB: Orla Central	Zona da Tijuca e Méier	Centro e Oeste do Estado	TOTAL
Conjunto Pio XII - 246	Cordovil 2.597		Vila Isabel - 48	V. Aliança - 2.187	
Santo Amaro - 223	R. Crato - 312		Lins e Vasconcelos - 560	V. Kennedy - 5.069	
M.S. Vicente - 328	Sta. Luzia - 900			C. Deus - 6.654	
D. Castorina - 252	Bento Cardoso - 560			Est. Água Branca - 1.700	
	R. Guaporé - 2.880			Av. Sta. Cruz - 1.920	
	Est. V. Pavuna - 920			Capitão Teixeira - 3.280	
	Av. Suburbana - 700			Mal. Hermes - 300	
	Itararé - 660			Eng. Rainha - 1.760	
	V. Esperança - 464			João Vicente - 1.080	
	P. Velho 1.000			Padre Miguel - 7.000	
TOTAL: 1.049	TOTAL: 10.993	-	TOTAL: 608	TOTAL: 31.596	TOTAL: 44.246
(2,40)	(24,80)	(-)	(1,30)	(71,50)	(100,0)

FONTE: COHAB - Quadro 181 Des. R. L. Data 15/12/71.

(\*) Não foram computados os C.H.P.s ou parques destinados a famílias de menor renda, uma vez que, segundo o planejamento, pretendem ser provisórios, nem os loteamentos.

Como podemos observar tanto em número de unidades quanto em número de conjuntos, o Programa vem centralizando a construção em duas áreas: Centro e Oeste do Estado (71,50%) e a Zona da Baía da GB: orla norte e ilhas (24,80%) com nítida vantagem para a primeira sobre a segunda zona. Esta zona, aliás, vem sendo alvo da atenção do aparelho do Estado que pretende "colonizá-la". Os conjuntos construídos na segunda zona correspondem a um complexo de conjuntos próximos que serviriam de mão-de-obra para uma indústria antiga, já implantada nesta zona. A idéia de "reserva de mão-de-obra", aliás, continua a ser aplicada, uma vez que a pretensão de instalação de conjuntos habitacionais em Fazenda Botafogo e Santa Cruz serviriam para indústrias novas a serem implantadas. Estas duas zonas apresentam também menor preço no metro quadrado de terreno do que as outras duas.

Comparando, no quadro 4, as percentagens de barracos removidos, segundo as zonas da cidade, e as unidades habitacionais tipo conjunto construídas para a população removida, ainda segundo as zonas da cidade, podemos notar quase que uma inversão entre duas zonas: o Centro e Oeste do Estado que abrigam 71,50% de unidades removidas das favelas das duas primeiras zonas, zona do litoral e zona da baía da GB: orla sul e zona da baía da GB: orla norte e ilhas, que sozinhas totalizam 63,53% das remoções. Uma situação que reforça a idéia de que as remoções se dão, segundo uma lógica de divisão do espaço, que tem por base uma hierarquia social, é a zona da Tijuca e Méier, considerada como "residencial", isto é, para moradia de certas camadas sociais, de onde foram removidas 23,00% do total de unidades removidas e onde vão ser construídas apenas 1,30% das unidades de conjunto. Situação ainda mais radical é encontrada na primeira zona, correspondente à zona sul, de onde foram retiradas 47,00% de unidades habitacionais tipo favela e onde foram construí

## QUADRO 4

COMPARAÇÃO ENTRE A PERCENTAGEM DE BARRACOS REMOVIDOS E UNIDADES HABITACIONAIS TIPO CONJUNTO CONSTRUÍDAS, SEGUNDO AS ZONAS DA CIDADE

	Zona do Litoral da Baía da GB : orla sul	Zona da Baía da GB : orla norte e ilhas	Zona da Baía da GB: orla central	Zona da Tijuca e Méier	Centro e Oeste do Estado	TOTAL
Barracos removidos	47,00	16,53	0,40	23,00	13,10	100,00
Unidades de conjunto	2,40	24,80	-	1,30	71,50	100,00

das 2,40% de unidades habitacionais tipo conjunto.

Essa operação de equipamento possibilita a reprodução dos meios de produção, aumentando a oferta de empregos na construção civil e indústrias correlatas, constituindo-se num verdadeiro subsídio governamental a estas indústrias que adquirem grande importância pela capacidade que apresentam de absorver grande quantidade de mão-de-obra. Essa operação procura resolver também a dificuldade de oferecer habitações, em número suficiente, a baixo custo, dado o grande crescimento urbano e a pequena capacidade aquisitiva da massa da população.

3) Uma tentativa de integração dos antigos moradores de favelas, não somente em outros bairros da cidade, como também de uma integração maior ao sistema social como um todo, entendendo-se por isso a integração ao sistema legal vigente, através da passagem à condição de proprietário e a todo um conjunto de padrões sociais: "O sentido da propriedade é fundamental. É preciso haver

uma equipe de orientação que mostre o sentido de propriedade" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Pretende-se, também, a transformação da família favelada, da condição de invasora de propriedade alheia -- com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam -- em proprietária e titular da casa própria" (BRASIL. Ministério do Interior/BNH, 1971B: 16).

"O problema crucial é a situação ilegal. Daí vêm todas as outras formas de comportamento. Se ele não compra o terreno ou aluga ... tem que haver uma legalização da terra. Ele tem que se integrar no sistema da sociedade em que a gente vive" (Entrevista com técnico de órgão integrado no sistema planejador de habitação).

"Ele sabe que está ali (na favela) e não tem direito a coisa alguma, que ele pode ser forçado amanhã ou depois a abandonar aqui, e na casa não, o que ele fizer ali ele vai aproveitar para ele" (Entrevista com técnico de órgão ligado à remoção).

"Eles estavam acostumados a viver sem ter nenhuma responsabilidade: não pagavam casa, muitos não pagavam luz, faziam "gato" da instalação elétrica, tinham água da bica ou puxavam de um cano prá sua casa, então eles tinham uma vida assim sem compromissos financeiros, não tinham taxa nem nada, não tinha condomínio, não tinha coisa nenhuma. Então, de repente, ele passa a ser proprietário mas, ao mesmo tempo, ele passa a ter uma série de responsabilidades" (Entrevista com técnico de órgão ligado à remoção).

Dessa forma, a política de remoções torna uma parcela dos "favelados" capazes de se integrarem no mercado de consumo da habitação convencional e, por efeitos cumulativos, ao mercado de consumo de outros bens. Por outro lado, essa tentativa de integração está também presente na operação de equipamento, pois uma das funções atribuídas à indústria de construção civil é ab-

sorver grandes contingentes de mão-de-obra não qualificada que, supostamente, constituiriam parte da população favelada.

No entanto, essa tentativa de integração exclui alguns estratos da "favela" que não podem arcar com os ônus econômicos e financeiros da compra de unidades habitacionais nos conjuntos da COHAB e que são enviados para os centros de habitação provisória que, na verdade, se tornam permanentes para a maioria das pessoas que para lá são destinadas.

Assim, a política de remoções: 1) Implica em uma dispersão dos estratos da favela, pelas zonas da "periferia" ou pelos "bairros da zona norte e subúrbios" (15), procedendo dessa forma a uma reorganização em termos espaciais, segundo uma hierarquia ditada pela renda, e pela relação dos trabalhadores com os meios de produção (vide tentativa de criação de zonas industriais em Santa Cruz e Fazenda Botafogo), com construção de conjuntos próximos, visando oferecer mão-de-obra às indústrias (16); 2) Desorganiza as redes de

---

(15) "Zona Norte e Subúrbios" são categorias utilizadas pelos habitantes do Rio de Janeiro e vizinhanças para designar, respectivamente, bairros com maior concentração de classe média, embora menos valorizados em termos de prestígio do que os bairros da "zona sul", e bairros com maior concentração de operariado. "Cidade" e "centro" são categorias utilizadas para indicar a zona da cidade em que há uma ocupação fundamentalmente comercial, com escritórios, bancos e lojas, e que no passado era o centro de diversões e o lugar onde as pessoas faziam as compras mais sofisticadas. Atualmente o "centro" perdeu essa característica, face à descentralização do comércio e diversões pelos bairros e a passagem dessa função para Copacabana e Ipanema, bairros da zona sul.

(16) Poderíamos qualificar esta tendência da política de remoções de segregação urbana, no sentido emprestado por Castells ... "la tendance à l'organisation de l'espace en zones à forte homogénéité sociale interne et à forte disparité sociale entre elles, cette disparité étant comprise non seulement en termes de différence, mais de hiérarchie" (Cf. CASTELLS, 1972: 218).

relações existentes nas favelas, em consequência da dispersão dos diferentes estratos. Por exemplo, as redes de comércio e os grupos de vizinhança, utilizadas respectivamente como fonte de crédito e como fonte de ajuda e os grupos informais utilizados para conseguir "biscates" e emprego fixo terão que ser reorganizados em função da nova situação. Essas operações, por outro lado, são funcionais para o sistema, na medida em que racionalizam o controle do uso do solo urbano, e disfuncionais na medida em que criam novas áreas de atrito em torno das contradições suscitadas pelas operações. Redefinem-se as oposições entre os grupos envolvidos, em torno de problemas específicos ligados à remoção, como distância do local de trabalho, qualidade do material de construção, critérios para ocupação de unidades habitacionais, etc...

#### IV. As relações entre os atores urbanos:

Este conjunto de operações é levado a efeito e/ou planejado por diferentes tipos de atores urbanos que serão definidos segundo sua inserção numa série de dicotomias fundamentais que encontramos no sistema urbano (17). As

---

(17) Segundo os elementos teóricos desenvolvidos por Castells, 1969: 423-424-425: "Le système d'acteurs urbains résulte de la répartition des agents sociaux (individus ou groupes) dans les différents éléments et sous-éléments du système urbain" (:423). "Plus concrètement, les acteurs vont être définis par leur insertion dans une série de dichotomies fondamentales que l'on retrouve dans le système urbain: - opposition entre production et consommation: P/C; - opposition entre domination et subordination, ce qui correspond à la gestion investie d'autorité (A) ou exercée par des organisations (O): A/O; différentiation de niveaux entre la spécificité du système urbain (niveau local et l'ensemble de la structure globale) ; G/L. Chacune des combinaisons entre les éléments structurels ainsi définies doit donner lieu à un type d'acteur urbain. Cet acteur, défini théoriquement par une combinaison de "centres d'intérêt", n'est rien d'autre que le support de ces "intérêts" et sa pratique va dépendre du type des rapports entretenus par les éléments de base dans le système urbain particulier" (:423/424).

sim, podemos distinguir, entre outros, os seguintes "atores concretos" no processo de remoção de favelas no Rio de Janeiro:

ATORES CONCRETOS, SEGUNDO COMBINAÇÃO TEÓRICA ESTRUTURAL (18)

	LOCAL (L)		GLOBAL (G)	
	Produção (P)	Consumo (C)	Produção (P)	Consumo (C)
ORGANIZAÇÕES (O)	Construtoras, Associações de construção civil	Associações de favelas	Organizações financeiras	-
AUTORIDADE (A)	COHAB, CHISAM e órgãos de remoção ligados ao Estado	-	B.N.H	-
	técnicos *	favelados *		

(\*) Manipulam o sistema e não se inserem ao nível da oposição entre organização e autoridade, embora possam funcionar como grupo e se situem em termos de subordinação no sistema de poder.

A política de remoções vai se constituir em relações entre os diferentes tipos de atores urbanos, assim definidos. Em primeiro lugar havia um de sequilíbrio de C (consumo de habitações convencionais) por parte de L-C (favelados) que levou a uma intervenção de A (autoridade) sobre C que pode ser assim colocado: (desequilíbrio C) -----> (A -----> C) em que -----> significa intervenção. Superficialmente, o desequilíbrio aparecia como um desequilíbrio de P (produção de casas), embora essa produção existisse; o desequilíbrio se dava em termos do consumo, o que ocasionou uma intervenção de

(18) O = Organização                      G = Global                      P = Centralizada na produção  
L = Local                                      A = Autoridade                      C = Centralizada no consumo

A sobre T (trocas entre P e C, no interior de P e no interior de C).

No caso das remoções é importante notar a falta do ator urbano sindicato dos assalariados (O-G-C), uma vez que a conjuntura política não favorecia ou antes desencorajava sua atuação, permitindo que a política pudesse ser levada a efeito segundo os interesses das organizações financeiras e das cons-trutoras (O-G-P) e (O-L-P) sob a direção dos órgãos planejadores.

As construtoras e empreiteiros (O-L-P) têm interesse na política habi-tacional que vem sendo feita, como um todo, uma vez que além de intensificar suas atividades o sistema proporciona um retorno do capital aplicado, a cur-to prazo, com grandes lucros. Esses interesses ficaram explícitos, por exem-plo, na pressão exercida no Congresso durante a tramitação da Lei 4.380 de criação do B.N.H., através de representantes do Sindicato da Cons-trução Civil junto aos parlamentares. E foram defendidos, durante a execu-ção da política do próprio B.N.H., através de representantes de grupos da construção civil em sua diretoria e em órgãos correlatos.

No caso setorial da política de remoções de favelas no Estado da Guana-bara é importante notar que ela torna parcelas de terra urbana potencialmen-te especuláveis no mercado imobiliário. Em relação à operação de equipamen-to através da construção de conjuntos habitacionais tipo COHAB e respectiva infra-estrutura de apoio, é conveniente para as construtoras e empreiteiros não haver necessidade de um bom acabamento, em se tratando de "conjuntos ha-bitacionais de interesse social", o que possibilita trabalharem com mão-de-o-bra mais barata e com material de qualidade mais baixa, que é utilizado em grande quantidade, barateando os custos dado o imperativo do custo baixo da unidade, face à pequena possibilidade que os "favelados" têm de pagar presta-ções. Até bem pouco tempo, as concorrências realizadas para a construção de conjuntos habitacionais da COHAB-GB tinham como norma o preço mais baixo. Com

isso a qualidade das unidades ficou muito prejudicada, o que poderia levar a um estrangulamento do sistema, uma vez que as casas são financiadas por períodos superiores a quinze anos e, portanto, têm que durar esse tempo. Conseqüentemente, a administração adotou o sistema do preço médio para a aprovação das propostas nas concorrências, embora ainda seja fundamental para o sistema que a unidade habitacional tenha um preço final o mais barato possível.

Por sua vez, as companhias financeiras e de poupança e empréstimo, além de existirem graças ao sistema criado pelo B.N.H., auferem grandes lucros com a ampliação da política habitacional a um número cada vez maior de pessoas. No caso de algumas remoções, além das operações liberarem terra urbana para a construção de obras viárias ou para a expansão de indústrias, estimulam o fluxo de capital através da entrada de "moradores em conjuntos" no Sistema Financeiro de Habitação.

Por outro lado, observa-se uma oposição a esta ação, através das associações de favelas (O-L-C) que, por meio da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, defendem a urbanização no local e são contrárias à remoção. Entretanto, individualmente e em certas circunstâncias, o ator urbano O-L-C funciona como camada intermediária, arrefecendo os conflitos entre os organismos de planificação (A-G-P/C, A-L-C, A-G-C) e os "favelados" (L-C) e guardando ambigüidade em relação a esses dois grupos de atores. Por exemplo, a diretoria de uma "favela" que foi removida recebeu preferência de escolha dos apartamentos no conjunto de destino e, mais tarde, cada membro da associação foi eleito para síndico de seu edifício, mantendo dentro do conjunto, dessa forma, o poder político que tinham na favela. Um estrato que também guarda ambigüidade é o dos comerciantes. Os de maior volu-

me de capital opinam favoravelmente sobre a remoção: "Acho que a freguesia vai aumentar. Vão para o conjunto quem pode pagar e o pessoal com renda melhor. Por isso acho que vai ser bom" (Entrevista com dono de "birosca" na Rocinha, no primeiro dia da remoção. Além da "birosca" fazia "biscates como bombeiro e ladrilheiro e achava que com a remoção poderia viver somente da renda da "birosca").

É importante notar que o Estado, através de seus órgãos planejadores, só permite o estabelecimento nos conjuntos habitacionais de "biroskas" legais, isto é, que possuam alvará de localização, o que representa uma minoria na "favela".

#### V. A manipulação do "programa" de remoções:

Estas operações de remoção, por outro lado, implicam na manipulação, por parte do "favelado" e dos setores de renda baixa em geral, da própria política e do "estigma" do favelado.

Dentro desse quadro discutirei algumas das relações que se estabelecem entre os setores de renda baixa e os "planejadores". Tomo a noção de estigma <sup>(19)</sup> elaborada por Goffman para caracterizar a maneira pela qual é

---

(19) La sociedad establece los medios para categorizar a las personas y el complemento de atributos que se perciben como corrientes y naturales en los miembros de cada una de esas categorías. El medio social establece las categorías de personas que en él se pueden encontrar. El intercambio social rutinario en medios preestablecidos nos permite tratar con "otros" previstos sin necesidad de dedicarles una atención o reflexión especial. Por consiguiente, es probable que al encontrarnos frente a un extraño las primeras apariencias nos permitan prever en qué categoría se halla y cuáles son sus atributos, es decir, su "identidad social" - para utilizar un término más adecuado que el de "status social", ya que en él se incluyen atributos personales, como la "honestidad", y atributos estructurales, como la "ocupación" -. ... Por lo tanto, a las demandas que formulamos se las podría denominar con mayor propiedad de -

"visto" o "favelado" pela sociedade brangente. Pode-se citar inúmeros exemplos de como o meio social estigmatiza o "favelado" como pessoa perigosa, preguiçosa e mesmo doente, vítima de vícios (ver a esse respeito o capítulo 3). Não me preocuparei aqui com a identidade social real de que fala Goffman, pois esse não é o propósito de meu trabalho; importa-me verificar sua identidade social virtual e quais as relações que serão estabelecidas a partir do reconhecimento de sua identificação como "favelado".

Assumindo o "estigma" o indivíduo integrado no setor de renda baixa passa a manipular sua identidade social virtual e daí manipula o sistema criado pelas operações de remoção. Assim, esse sistema passa a integrar um sis-

---

mandas enunciadas "en esencia" y el carácter que atribuimos al individuo deberá considerarse como una imputación hecha con una mirada retrospectiva en potencia - una caracterización "en esencia", una "identidad social virtual" -. La categoría los atributos que, de hecho, según puede demostrarse, le pertenecen denominarán su identidad social real. (GOFFMAN, 1970: 11/12). Mientras el extraño está presente ante nosotros puede demostrar ser dueño de un atributo que lo vuelve diferente de los demás (dentro de la categoría de personas a la que él tiene acceso) y, lo convierte en alguien menos apetecible - en casos extremos, en una persona casi enteramente malvada, peligrosa o débil -. De ese modo, dejamos de verlo como una persona tal y corriente para reducirlo a un ser inficionado y menospreciado. Un atributo de esa naturaleza es un estigma, en especial cuando él procede en los demás, a modo de efecto, un descrédito amplio; a veces recibe también el nombre de defecto, falla o desventaja (IDEM: 12). ... El término estigma será utilizado, pues, para hacer referencia a un atributo profundamente desacreditador; pero lo que en realidad se necesita es un lenguaje de relaciones, no de atributos (IDEM: 13). ... Se pueden mencionar tres tipos de estigma, notoriamente diferentes. En primer lugar, las abominaciones del cuerpo - las distintas deformidades físicas. Luego, los defectos del carácter del individuo que se perciben como falta de voluntad, pasiones tiránicas o antinaturales, creencias rígidas y falsas, deshonestidad. Todos ellos se infieren de conocidos infoms sobre, por ejemplo, perturbaciones mentales, reclusiones, adicciones a las drogas, alcoholismo, homosexualidad, desempleo, tentativas de suicidio y conductas políticas extremistas. Por último, existen los estigmas tribales de la raza, la nación y la religión, susceptibles de ser transmitidos por herencia y contaminar por igual a todos los miembros de una familia (IDEM: 14).

... informal, mais amplo e mais flexível, que ultrapassa os limites jurídicos impostos pelo programa de remoções. A manipulação da identidade do "favelado" e da política de remoções pode ser percebida em três momentos:

a) Antes da remoção, durante a época do levantamento efetuado pelos órgãos administrativos, logo após a notícia da remoção de uma "favela". Pode assumir várias formas; entre elas temos:

1) Aluguel de parte de um barraco por indivíduo não morador na favela, que passa a "fazer parte da família"; compra ou construção de barraco por pessoa não moradora na favela.

"Muita gente constrói barraco logo que corre a notícia da remoção de uma favela. Há casos de pessoas que vendem a vez ou alugam parte do barraco e quando o entrevistador chega, pretendem ser duas famílias que vivem juntas há muito tempo. As famílias que moram juntas preferem, em geral, ficar juntas" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

2) O indivíduo que, morando ou não em favela, deseja comprar um apartamento da COHAB, sabendo da notícia da remoção de uma favela, ou antes, sabendo que determinação conjunta está com unidades habitacionais vazias, apela aos órgãos encarregados da remoção pedindo "casa". Na época da remoção se formam filas intermináveis nos corredores desses órgãos, de pessoas que vão apelar para os "planejadores", identificando-se nesse momento, com o "favelado". Mais tarde, já tendo se mudado para os "conjuntos habitacionais" estas mesmas pessoas vão fazer questão de marcar nitidamente as diferenças, livrando-se do "estigma":

"... os garotos aí chamam eles de "favelados"... (morador de conjunto da COHAB).

"Tenho a impressão que se houver favelado é pouco por causa da organização do prédio. A sra. vê os outros blocos da COHAB .....

nós, por exemplo, respeitamos a proibição da COHAB de "não botar roupa na corda" (morador do conjunto Mal. Hermes).

"Do rio prá lá é que é remoção é que é flagelado... Nós conseguimos isto aqui com pistolão ... A escola primária é longe, lá prá trás dos "favelado"" (morador de conjunto da COHAB).

B) Um segundo momento em que se observa uma manipulação da identidade "favelado" é na ocasião da remoção propriamente dita (na época da remoção física dos favelados e seus pertences). Entre os mecanismos utilizados, temos : "compra de ficha" e "troca de barraco". No segundo dia da remoção da Rocinha, em 1971, havia um homem que não queria ir para o conjunto designado pela COHAB e havia mudado para um barraco na parte da Rocinha que não ia ser removida e cedido seu barraco para outra família que queria comprar apartamento da COHAB. Esse "arranjo", segundo os "planejadores", é muito comum nas remoções. Nesse mesmo dia observei três casos semelhantes. Em geral, essas pessoas pedem ajuda para realizar esses "arranjos" aos "planejadores" designados pelos órgãos para participar da remoção daquela favela. Mas, muitas vezes realizam essas trocas sem conhecimento do Estado, antes mesmo de haver o levantamento sócio-econômico da favela. Assim, quando é feito o levantamento, a família que faz a ficha não é a antiga moradora da favela.

A "troca" também pode ser feita por "terrenos", isto é, o ocupante do barraco na favela troca-o por um terreno, em geral localizado em loteamentos no Estado do Rio. O crescimento da população dos municípios vizinhos à Guabara, especialmente Nova Iguaçu, pode estar relacionado com a política de remoções de favelas no Rio de Janeiro.

Esse sistema de trocas envolve também os planos de urbanização levados a efeito pela CODESCO, segundo observações de arquitetos ligados aos planos de urbanização de Braz de Pina, Mata Machado e Morro União:

"... Isto aí foi outra coisa que me deixou perplexa, descobrir que tinha gente lá em Braz de Pina que tava trocando os direitos com gente de outras favelas que iam ser removidas. O cara da favela X ia prá COHAB, prá casa de COHAB, então ele não queria ir prá casa de COHAB mas queria ir prá CODESCO, prá casa lá de Braz de Pina, porém tinha gente lá em Braz de Pina que queria ir prá casa de COHAB. Então trocavam de casa" (arquiteta, participante da urbanização da favela de Braz de Pina).

C) Um terceiro momento em que se dá a manipulação da identidade social do favelado é depois da remoção, já no universo do "conjunto"; as formas mais utilizadas são a "troca" e "passar a casa" para outras pessoas ainda não integradas no sistema COHAB.

Há muitos casos de "troca" de apartamentos ou casas entre moradores de conjuntos administrados pela COHAB. Os motivos mais freqüentes são "ambiente ruim" ou falta de recursos de uma família para pagar as prestações de um apartamento ou casa, o que leva a atrasar as prestações. Outra família, possuindo esses recursos, mora em apartamento menor: daí, é efetuada a "troca". São comuns também as trocas de apartamentos da COHAB por barracos em outras favelas, por terrenos ou por uma quantia que possibilite a compra de um outro lugar para morar, o que constitui um meio de acumulação de capital.

Em geral, essas transações são feitas sem o conhecimento prévio dos órgãos de remoção, particularmente da COHAB que administra os conjuntos e vilas. Muitas vezes, posteriormente, é que as pessoas vão tentar legalizar a situação. Nesses casos, tão numerosos, a Companhia instituiu uma série de procedimentos-padrão a serem realizados pelos funcionários e a cobrança de uma taxa no caso da cessão de direitos (passar para outro nome o direito de propriedade da unidade habitacional).

Freqüentemente acontecem "invasões", isto é, tomar posse de unidade ha

habitacional da COHAB que se encontra vazia. Em geral essas unidades vazias, em conjunto já ocupado, são propriedade de alguém, o que, mais tarde, dificulta a legalização do imóvel por parte do "invasor" que sempre tenta legalizar a situação.

Em levantamentos efetuados nos arquivos da COHAB no primeiro semestre de 1972, cerca de 10% das unidades habitacionais da amostra escolhida entre os conjuntos habitacionais administrados pela Companhia estavam em mãos de uma segunda pessoa e não do proprietário original. Somando-se a isto o fato de que estes são os casos conhecidos, em termos oficiais, e sabendo-se que há uma tentativa por parte dos "moradores de conjunto" de não procurarem a COHAB para resolverem assuntos dessa natureza, havendo grande número de transações já efetuadas sem o conhecimento da Companhia, evidencia-se uma tendência para os conjuntos habitacionais construídos para "favelados" estarem, na verdade, servindo a uma clientela não favelada, provavelmente com renda mais alta.

Isso sem falar na Reserva Técnica, artifício institucionalizado criado para capacitar o indivíduo não "favelado" a, legalmente, obter uma unidade habitacional tipo COHAB. Assim entram no sistema funcionários do Estado de renda baixa e outras pessoas que mantêm relações pessoais (cozinheiras, motoristas, serviçais de uma maneira geral) com um "planejador" com poder suficiente para autorizar a ocupação de uma unidade habitacional, ou com outras pessoas ligadas a um "planejador" que tenha esse poder.

A tentativa do "favelado" de adaptar aos seus interesses o sistema criado pela política de remoções encontra séria resistência por parte dos "planejadores" que não admitem interferências do "favelado" no planejamento "racional" das remoções.

"... Mas também tem um caso, esses casos de estímulo, se você for ver é muito arrivista... chega na favela, sabe que a favela vai sair e que vai ganhar um apartamento, você tá entendendo?

P) Também tem muita gente que não mora em favela, mora em casa a lugada...

R) É. Numa casa alugada. Tem muito isso de chegar e ir prá favela só na época de remoção, prá ganhar um apartamento. Não é a mentalidade de um favelado. Você não pode dizer que ele é um fa velado. A "picaretagem" aqui a gente pega a três por dois. Eu tenho um setor aqui que eu tenho a certeza que me embromaram ter rivelmente. ...

... Eu acho justo você atender a essa população também. Agora, eu sou a favor de acabar com as favelas sempre que possível, entendeu?" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"... Isto é um trambique, é claro que este homem está recebendo dinheiro do outro...

P) Mas mesmo se for assim, você não acha que isso resolveria um problema?

R) Não, porque o cara que recebeu o dinheiro não vai sair da favela, vai construir outro barraco mais adiante, enquanto que o outro homem pode não ser da favela." (Entrevista durante uma remoção com administrador de órgão de remoção).

"A X não obriga ninguém a comprar apartamento, se a pessoa não quiser comprar não compra mas tem que se mudar da favela no dia da remoção" (Entrevista com técnico de órgão ligado à remoção).

Por outro lado, como assinalei, os "planejadores" também manipulam a identidade social do "favelado" através de várias formas. Uma delas é a Reserva Técnica, justificada como uma forma de "educar" os favelados, colocando nos conjuntos pessoas com "hábitos mais civilizados" embora da mesma faixa de renda. Essa manipulação também pode ser distinguida nos três momentos descritos:

- A) Antes da remoção - através da cessão de direitos de uma unidade a pessoas com "recomendação" ou através da Reserva Técnica.
- B) Durante a remoção - através da resolução de casos pendentes em que a solução encontrada é apresentada sempre como um "favor pessoal".
- C) Depois da remoção - através da resolução de casos de atrasos de pagamentos com parcelamentos de dívidas. Resolução de casos com necessidade de legalização de situações de "invasão" e de "trocas".

Em todos os casos estabelecem-se laços semelhantes a relações de clientela (WOLF, 1966: 16), pois o "favor" é feito sempre como concessão especial e pessoal do "planejador" ao indivíduo que, desta forma, obriga-se a guardar lealdade para com o "planejador":

"Quando você promete alguma coisa a alguém você passa a ser devedor. Quando você faz o favor ela foge de você, porque ela é que passa a dever alguma coisa a você" (Entrevista com funcionário de órgão ligado à remoção).

Estes laços são mantidos e reforçados nos conjuntos através do sistema de síndicos, eleitos pelos moradores de cada "bloco", mas incentivados e orientados pelo órgão de remoção e através do sistema de inspetores e administradores, designados pelo poder estadual, representando um controle formal do conjunto pelo Estado. Os administradores, por definição, administram o conjunto e sugerem, por exemplo, quais os melhores canais para que a população consiga uma linha de ônibus, uma nova escola ou melhoramentos comunitários. E sugerem procurar desde pessoas ligadas à cúpula dos órgãos de remoção, com uma "recomendação" pessoal do administrador, até procurar políticos locais. Não raramente, entretanto, estabelecem-se disputas entre o "administrador" e os técnicos dos órgãos de remoção. Na verdade, o "administrador" se considera, muitas vezes, o "dono" do conjunto e que nada pode ser feito

ali sem passar por sua mediação.

É habitual que, na época de eleições, se procure ampliar essas relações a um número maior de indivíduos reatualizando-se os antigos vínculos de apoio. É ocioso assinalar que estas relações são consideradas perfeitamente válidas e normais. A idéia de imoralidade é introduzida a partir do momento em que o sistema de "troca de favores" é perturbado com o uso de dinheiro nas transações: aí é a "corrupção".

#### VI. A redefinição da situação do favelado:

Com o desenvolvimento da prática da "remoção" e a cristalização de uma nova estrutura nos conjuntos habitacionais e nos C.H.P.s há uma acomodação progressiva das oposições que agora se manifestam sob outras formas.

Como observamos, a situação do "favelado" gerava um desequilíbrio no sistema ao nível econômico e ao nível político. Com a implementação da política de remoções as oposições são redefinidas, uma vez que o "favelado" tem sua situação modificada, isto é, "passa da condição de invasora de propriedade de alheia - com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam - em proprietária e titular da casa própria" (BRASIL. CHISAM/B.N.H. - Metas alcançadas...: 16). E assim entra no sistema jurídico vigente ou, no caso dos C.H.P.s, passa a gozar de controle estrito do Estado.

Embora em certos contextos ainda seja estigmatizado como "favelado", em outro contexto passa a atuar como "morador de conjunto" da COHAB ou como "morador de parque". Nesse sentido, sua referência passa a ser a nova situação em que se acha inserido, segundo as condições dos conjuntos e C.H.P.s. O conflito dentro do sistema é redefinido na medida em que passa a fazer parte do sub-sistema criado com a política habitacional de "remoções" de favelas.

Através de alguns pontos críticos do Programa, o "morador de conjunto" ou do "parque" redefine nas suas novas relações as formas de manifestar suas oposições. Uma das formas em que manifesta essa nova situação é através do não pagamento, do atraso em muitas prestações, situação relacionada com a cobrança da correção monetária. Na época da pesquisa dizia-se haver cerca de 60% dos mutuários do sistema em atraso nos pagamentos e este era um dos temas mais discutidos pelos "planejadores". Foram adotadas medidas pelos órgãos planejadores e executores, visando a diminuição da dívida: novos planos de pagamento, possibilidade de descontar diretamente nas folhas de pagamento, possibilidade de utilização da quantia acumulada pelo mutuário no F.G.T.S. para saldar a dívida e utilização de ameaça de despejo como forma de pressão para regularizar os pagamentos atrasados. Outra forma de marcar sua situação é através da má conservação dos conjuntos e parques, de "deturpação de uso das áreas de conjuntos" (técnico ligado a órgão de remoção), uma vez que se consideram "clientes" do Estado e que este, então, é quem deve zelar pela conservação dos conjuntos e parques.

Essa reatualização das oposições reflete-se ao nível das facções integradas no programa de remoções. Assim, os mesmos temas são aproveitados e discute-se, ao nível da técnica, as melhores formas de enfrentar a nova situação.

Chamamos de facções os grupos definidos segundo Ralph Nicholas (NICHOLIAS, 1968) como possuidores das seguintes características básicas: 1) são grupos de conflito "... De fato, é durante o conflito social que as facções emergem de um "background" sociologicamente indefinido para fornecer ao observador uma visão de seus membros..." "... o conflito é a raison d'être da

pertinência faccional" (: 27) <sup>(20)</sup>; 2) são grupos políticos - se definimos a política como "conflito organizado a respeito do uso do poder público" (CURTIS, Michael, 1962. Introduction. In M. CURTIS (ed.) - The nature of politics, New York, Avon Books: xxiii), então são as facções que organizam o conflito em certos tipos de sociedade e instituições (: 28) <sup>(21)</sup>; 3) não são grupos corporativos ... "o fato de que as facções não são corporativas, o fato de que as facções são basicamente não permanentes, isto não significa que elas não possam persistir por um grande período de tempo... Parece haver uma graduação regular de sociedades ao longo de uma escala de complexidade, de acordo com a qual há uma institucionalização de facções" (: 28) <sup>(22)</sup>; 4) os grupos da facção são recrutados por um líder - "os membros podem ser conectados para uma facção somente através da atividade de um líder, uma vez que a unidade não tem existência corporada ou um único princípio claro de recrutamento. O líder responsável por organizar o pessoal de uma facção é ordinariamente um homem com mais poder político do que qualquer dos seus seguidores... ." <sup>(23)</sup>.

---

(20) "In fact it is during social conflict that factions emerge out of a sociologically undefined background to give the observer a view of their personnel"... "conflict is the raison d'être of factional membership" (: 27).

(21) "If we regard politics as "organized conflict about the use of public power, then it is the factions which organize this conflict in certain kinds of society and institution" (: 28).

(22) "That factions are not corporate, that they are basically impermanent, does not mean that they may not persist for a long period of time... There seems to be a regular gradation of societies along a scale of complexity according to the degree to which there is institutionalization of factions" (: 28).

(23) "Members can be connected to a faction only through the activity of a leader, since the unity has no corporate existence or clear single principle of recruitment. The leader who is responsible for organizing the personnel of a faction is ordinarily a man with more political power than any of his followers..." (: 28).

"Para usar as palavras de Nadel (1951: 99), a "relação de identificação" que marca um homem como membro de uma facção é uma efetiva disposição social de aliança com o líder - falando ou lutando pelas crenças do líder, juntando-se ao grupo do líder, votando como manda o líder, ou qualquer outro ato político visto como apropriado. A liderança pode ser preenchida não somente por um indivíduo politicamente poderoso, mas também como sugere Beals, por uma "clique" baseada em uma família influente. Outro tipo de "clique" pode ser composto de vários líderes, cada um dos quais tem um seguidor modesto, mas nenhum deles é capaz de mobilizar uma unidade efetiva" (: 28,29)<sup>(24)</sup>.

5) os membros da facção são recrutados por diversos princípios - pode haver vários tipos de conexão entre os líderes da facção e seus seguidores: parentesco, dependência econômica, vizinhança, esperança de defesa de um inimigo mútuo, etc...

Essas facções marcam suas diferenças e se auto-referenciam aproveitando os "problemas" gerados pela "remoção". Assim, por exemplo, cada órgão culpa o outro quanto ao atraso nos pagamentos das prestações dos mutuários. Enquanto que o órgão que faz a remoção propriamente dita culpa a "falta de organização do sistema coletor" do órgão administrador dos conjuntos, este acusa o órgão que faz as remoções pela forma como é feita a seleção dos morado-

---

(24) "To use Nadel's (1951, p. 99) term, the "pointer relation" which marks a man as a member of a faction is an effective social display of allegiance to the leader - speaking or fighting on the leader's behalf, joining the leader's club, voting as the leader tells him, or whatever other functional political act is regarded as appropriate. Leadership may be provided not only by a politically powerful individual, but also, as Beals suggests, by a "clique" based in an influential family. Another kind of clique might be composed of several leaders each of whom has a modest following, but none of whom is individually capable of mobilizing an effective unit" (: 28, 29).

res. A seleção deveria ser mais rigorosa pois, argumenta-se, "20% dos mutuários não têm renda para pagar, ocasionando transtornos para a companhia pela falta de pagamento das prestações, transtornos para o Estado e para os moradores pela falta de pagamento dos condomínios, passagem do imóvel para outra pessoa sem conhecimento da companhia ou abandono puro e simples do imóvel" (Entrevista com "planejador" de órgão participante da remoção).

Outro tema de debate entre facções dentro do sistema habitacional é a oposição entre urbanização e remoção. Para uns a urbanização é mais "humana", "não desenraíza o indivíduo", "não o joga para longe do trabalho". Para outros a remoção é a "única forma viável de acabar com as favelas no Rio de Janeiro, pois a urbanização é cara e demorada" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Com a eclosão de "problemas sociais" nos conjuntos: delinqüência, vadiagem, tóxicos, deterioração física dos conjuntos, um dos temas principais de debate entre as facções passa a ser a oposição entre conjunto grande e conjunto pequeno:

"Sou contra as grandes concentrações, em vez do bairro ser absorvido pelo conjunto sou favorável à pulverização do conjunto pelo bairro. Sou a favor de conjuntos pequenos em bairros. Porque para os conjuntos grandes não há infra-estrutura montada para argumentar" (Entrevista com político de órgão de remoção).

"... O ideal é a integração com o bairro, né ... não criar um conjunto ... acaba que o conjunto grande também se integra no bairro, de qualquer forma...

P) E não cria problema?

R) Não. Acho que não. Estamos agora ocupando Padre Miguel que são sete mil unidades" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

me de capital opinam favoravelmente sobre a remoção: "Acho que a freguesia vai aumentar. Vão para o conjunto quem pode pagar e o pessoal com renda melhor. Por isso acho que vai ser bom" (Entrevista com dono de "birosca" na Rocinha, no primeiro dia da remoção. Além da "birosca" fazia "biscates como bombeiro e ladrilheiro e achava que com a remoção poderia viver somente da renda da "birosca").

É importante notar que o Estado, através de seus órgãos planejadores, só permite o estabelecimento nos conjuntos habitacionais de "biroscas" legais, isto é, que possuam alvará de localização, o que representa uma minoria na "favela".

#### V. A manipulação do "programa" de remoções:

Estas operações de remoção, por outro lado, implicam na manipulação, por parte do "favelado" e dos setores de renda baixa em geral, da própria política e do "estigma" do favelado.

Dentro desse quadro discutirei algumas das relações que se estabelecem entre os setores de renda baixa e os "planejadores". Tomo a noção de estigma (19) elaborada por Goffman para caracterizar a maneira pela qual é

---

(19) La sociedad establece los medios para categorizar a las personas y el complemento de atributos que se perciben como corrientes y naturales en los miembros de cada una de esas categorías. El medio social establece las categorías de personas que en él se pueden encontrar. El intercambio social rutinario en medios preestablecidos nos permite tratar con "otros" previstos sin necesidad de dedicarles una atención o reflexión especial. Por consiguiente, es probable que al encontrarnos frente a un extraño las primeras apariencias nos permitan prever en qué categoría se halla y cuáles son sus atributos, es decir, su "identidad social" - para utilizar un término más adecuado que el de "status social", ya que en él se incluyen atributos personales, como la "honestidad", y atributos estructurales, como la "ocupación" -. ... Por lo tanto, a las demandas que formulamos se las podría denominar con mayor propiedad de -

"visto" o "favelado" pela sociedadebrangente. Pode-se citar inúmeros exem-  
 plos de como o meio social estigmatiza o "favelado" como pessoa perigosa, pre-  
 guiçosa e mesmo doente, vítima de vícios (ver a esse respeito o capítulo 3).  
 Não me preocuparci aqui com a identidade social real de que fala Goffman ,  
 pois esse não é o propósito de meu trabalho; importa-me verificar sua identi-  
dade social virtual e quais as relaões que serão estabelecidas a partir do  
 reconhecimento de sua identificação como "favelado".

Assumindo o "estigma" o indivíduo integrado no setor de renda baixa  
 passa a manipular sua identidade social virtual e daí manipula o sistema cri-  
 ado pelas operações de remoção. Assim, esse sistema passa a integrar um sis-

---

mandas enunciadas "en esencia" y el carácter que atribuimos al indiví-  
 duo deberá considerarse como una imputación hecha con una mirada retros-  
 pectiva en potencia - una caracterización "en esencia", una "identidad  
social virtual -. La categoría los atributos que, de hecho, según pue-  
 de demostrarse, le pertenecen se denominarán su identidad social real.  
 (GOFFMAN, 1970: 11/12). Mientras el extraño está presente ante noso-  
 tros puede demostrar ser dueño de un atributo que lo vuelve diferente de  
 los demás (dentro de la categoría de personas a la que él tiene acceso) y  
 lo convierte en alguien menos detectable - en casos extremos, en una per-  
 sona casi enteramente malvada, peligrosa o débil -. De ese modo, deja-  
 mos de verlo como una persona tal y corriente para reducirlo a un ser  
 inficionado y menospreciado. Un atributo de esa naturaleza es un estig-  
 ma, en especial cuando él procede en los demás, a modo de efecto, un  
 descrédito amplio; a veces recibe también el nombre de defecto, falla o  
 desventaja (IDEM: 12). ... El término estigma será utilizado, pues, pa-  
 ra hacer referencia a un atributo profundamente desacreditador; pero lo  
 que en realidad se necesita es un lenguaje de relaciones, no de atrib-  
 tos (IDEM: 13). ... Se pueden mencionar tres tipos de estigma, notoria-  
 mente diferentes. En primer lugar, las abominaciones del cuerpo - las  
 distintas deformidades físicas. Luego, los defectos del carácter del  
 individuo que se perciben como falta de voluntad, pasiones tiránicas o  
 antinaturales, creencias rígidas y falsas, deshonestidad. Todos ellos  
 se infieren de conocidos informes sobre, por ejemplo, perturbaciones men-  
 tales, reclusiones, adicción a las drogas, alcoholismo, homosexuali-  
 dad, desempleo, tentativas de suicidio y conductas políticas extremistas.  
 Por último, existen los estigmas tribales de la raza, la nación y la re-  
 ligión, susceptibles de ser transmitidos por herencia y contaminar por  
 igual a todos los miembros de una familia (IDEM: 14).

... informal, mais amplo e mais flexível, que ultrapassa os limites jurídicos impostos pelo programa de remoções. A manipulação da identidade do "favelado" e da política de remoções pode ser percebida em três momentos:

1) Antes da remoção, durante a época do levantamento efetuado pelos órgãos administrativos, logo após a notícia da remoção de uma "favela". Pode assumir várias formas; entre elas temos:

- 1) Aluguel de parte de um barraco por indivíduo não morador na favela, que passa a "fazer parte da família"; compra ou construção de barraco por pessoa não moradora na favela.

"Muita gente constrói barraco logo que corre a notícia da remoção de uma favela. Há casos de pessoas que vendem a vez ou alugam parte do barraco e quando o entrevistador chega, pretendem ser duas famílias que vivem juntas há muito tempo. As famílias que moram juntas preferem, em geral, ficar juntas" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

- 2) O indivíduo que, morando ou não em favela, deseja comprar um apartamento da COHAB, sabendo da notícia da remoção de uma favela, ou antes, sabendo que determinado conjunto está com unidades habitacionais vazias, apela aos órgãos encarregados da remoção pedindo "casa". Na época da remoção se formam filas intermináveis nos corredores desses órgãos, de pessoas que vão apelar para os "planejadores", identificando-se nesse momento, com o "favelado". Mais tarde, já tendo se mudado para os "conjuntos habitacionais" estas mesmas pessoas vão fazer questão de marcar nitidamente as diferenças, livrando-se do "estigma":

"... os garotos aí chamam eles de "favelados"... (morador de conjunto da COHAB).

"Tenho a impressão que se houver favelado é pouco por causa da organização do prédio. A sra. vê os outros blocos da COHAB .....

nós, por exemplo, respeitamos a proibição da COHAB de não botar roupa na corda" (morador do conjunto Mal. Hermes).

"Do rio prá lá é que é remoção é que é flagelado... Nós conseguimos isto aqui com pistolão ... A escola primária é longe, lá prá trás dos "favelado"" (morador de conjunto da COHAB).

B) Um segundo momento em que se observa uma manipulação da identidade "favelado" é na ocasião da remoção propriamente dita (na época da remoção física dos favelados e seus pertences). Entre os mecanismos utilizados, temos : "compra de ficha" e "troca de barraco". No segundo dia da remoção da Rocinha, em 1971, havia um homem que não queria ir para o conjunto designado pela COHAB e havia mudado para um barraco na parte da Rocinha que não ia ser removida e cedido seu barraco para outra família que queria comprar apartamento da COHAB. Esse "arranjo", segundo os "planejadores", é muito comum nas remoções. Nesse mesmo dia observei três casos semelhantes. Em geral, essas pessoas pedem ajuda para realizar esses "arranjos" aos "planejadores" designados pelos órgãos para participar da remoção daquela favela. Mas, muitas vezes realizam essas trocas sem conhecimento do Estado, antes mesmo de haver o levantamento sócio-econômico da favela. Assim, quando é feito o levantamento, a família que faz a ficha não é a antiga moradora da favela.

A "troca" também pode ser feita por "terrenos", isto é, o ocupante do barraco na favela troca-o por um terreno, em geral localizado em loteamentos no Estado do Rio. O crescimento da população dos municípios vizinhos à Guanabara, especialmente Nova Iguaçu, pode estar relacionado com a política de remoções de favelas no Rio de Janeiro.

Esse sistema de trocas envolve também os planos de urbanização levados a efeito pela CODESCO, segundo observações de arquitetos ligados aos planos de urbanização de Braz de Pina, Mata Machado e Morro União:

"... Isto aí foi outra coisa que me deixou perplexa, descobrir que tinha gente lá em Braz de Pina que tava trocando os direitos com gente de outras favelas que iam ser removidas. O cara da favela X ia prá COHAB, prá casa de COHAB, então ele não queria ir prá casa de COHAB mas queria ir prá CODESCO, prá casa lá de Braz de Pina, porém tinha gente lá em Braz de Pina que queria ir prá casa de COHAB. Então trocavam de casa" (arquiteta, participante da urbanização da favela de Braz de Pina).

C) Um terceiro momento em que se dá a manipulação da identidade social do favelado é depois da remoção, já no universo do "conjunto"; as formas mais utilizadas são a "troca" e "passar a casa" para outras pessoas ainda não integradas no sistema COHAB.

Há muitos casos de "troca" de apartamentos ou casas entre moradores de conjuntos administrados pela COHAB. Os motivos mais freqüentes são "ambiente ruim" ou falta de recursos de uma família para pagar as prestações de um apartamento ou casa, o que leva a atrasar as prestações. Outra família, possuindo esses recursos, mora em apartamento menor: daí, é efetuada a "troca"! São comuns também as trocas de apartamentos da COHAB por barracos em outras favelas, por terrenos ou por uma quantia que possibilite a compra de um outro lugar para morar, o que constitui um meio de acumulação de capital.

Em geral, essas transações são feitas sem o conhecimento prévio dos órgãos de remoção, particularmente da COHAB que administra os conjuntos e vilas. Muitas vezes, posteriormente, é que as pessoas vão tentar legalizar a situação. Nesses casos, tão numerosos, a Companhia instituiu uma série de procedimentos-padrão a serem realizados pelos funcionários e a cobrança de uma taxa no caso da cessão de direitos (passar para outro nome o direito de propriedade da unidade habitacional).

Freqüentemente acontecem "invasões", isto é, tomar posse de unidade ha

bitacional da COHAB que se encontra vazia. Em geral essas unidades vazias , em conjunto já ocupado, são propriedade de alguém, o que, mais tarde, dificulta a legalização do imóvel por parte do "invasor" que sempre tenta legalizar a situação.

Em levantamentos efetuados nos arquivos da COHAB no primeiro semestre de 1972, cerca de 10% das unidades habitacionais da amostra escolhida entre os conjuntos habitacionais administrados pela Companhia estavam em mãos de uma segunda pessoa e não do proprietário original. Somando-se a isto o fato de que estes são os casos conhecidos, em termos oficiais, e sabendo-se que há uma tentativa por parte dos "moradores de conjunto" de não procurarem a COHAB para resolverem assuntos dessa natureza, havendo grande número de transações já efetuadas sem o conhecimento da Companhia, evidencia-se uma tendência para os conjuntos habitacionais construídos para "favelados" estarem, na verdade, servindo a uma clientela não favelada, provavelmente com renda mais alta.

Isso sem falar na Reserva Técnica, artifício institucionalizado criado para capacitar o indivíduo não "favelado" a, legalmente, obter uma unidade habitacional tipo COHAB. Assim entram no sistema funcionários do Estado de renda baixa e outras pessoas que mantêm relações pessoais (cozinheiras, motoristas, serviçais de uma maneira geral) com um "planejador" com poder suficiente para autorizar a ocupação de uma unidade habitacional, ou com outras pessoas ligadas a um "planejador" que tenha esse poder.

A tentativa do "favelado" de adaptar aos seus interesses o sistema criado pela política de remoções encontra séria resistência por parte dos "planejadores" que não admitem interferências do "favelado" no planejamento "racional" das remoções.

"... Mas também tem um caso, esses casos de estímulo, se você for ver é muito arrivista... chega na favela, sabe que a favela vai sair e que vai ganhar um apartamento, você tá entendendo?

P) Também tem muita gente que não mora em favela, mora em casa a lugada...

R) É. Numa casa alugada. Tem muito isso de chegar e ir prá favela só na época de remoção, prá ganhar um apartamento. Não é a mentalidade de um favelado. Você não pode dizer que ele é um favelado. A "picaretagem" aqui a gente pega a três por dois. Eu tenho um setor aqui que eu tenho a certeza que me embromaram ter rivelmente. ...

... Eu acho justo você atender a essa população também. Agora, eu sou a favor de acabar com as favelas sempre que possível, entendeu?" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"... Isto é um trambique, é claro que este homem está recebendo dinheiro do outro...

P) Mas mesmo se for assim, você não acha que isso resolveria um problema?

R) Não, porque o cara que recebeu o dinheiro não vai sair da favela, vai construir outro barraco mais adiante, enquanto que o outro homem pode não ser da favela." (Entrevista durante uma remoção com administrador de órgão de remoção).

"A X não obriga ninguém a comprar apartamento, se a pessoa não quiser comprar não compra mas tem que se mudar da favela no dia da remoção" (Entrevista com técnico de órgão ligado à remoção).

Por outro lado, como assinalei, os "planejadores" também manipulam a identidade social do "favelado" através de várias formas. Uma delas é a Reserva Técnica, justificada como uma forma de "educar" os favelados, colocando nos conjuntos pessoas com "hábitos mais civilizados" embora da mesma faixa de renda. Essa manipulação também pode ser distinguida nos três momentos descritos:

- A) Antes da remoção - através da cessão de direitos de uma unidade a pessoas com "recomendação" ou através da Reserva Técnica.
- B) Durante a remoção - através da resolução de casos pendentes em que a solução encontrada é apresentada sempre como um "favor pessoal".
- C) Depois da remoção - através da resolução de casos de atrasos de pagamentos com parcelamentos de dívidas. Resolução de casos com necessidade de legalização de situações de "invasão" e de "trocas".

Em todos os casos estabelecem-se laços semelhantes a relações de clientela (WOLF, 1966: 16), pois o "favor" é feito sempre como concessão especial e pessoal do "planejador" ao indivíduo que, desta forma, obriga-se a guardar lealdade para com o "planejador":

"Quando você promete alguma coisa a alguém você passa a ser devedor. Quando você faz o favor ela foge de você, porque ela é que passa a dever alguma coisa a você" (Entrevista com funcionário de órgão ligado à remoção).

Estes laços são mantidos e reforçados nos conjuntos através do sistema de síndicos, eleitos pelos moradores de cada "bloco", mas incentivados e orientados pelo órgão de remoção e através do sistema de inspetores e administradores, designados pelo poder estadual, representando um controle formal do conjunto pelo Estado. Os administradores, por definição, administram o conjunto e sugerem, por exemplo, quais os melhores canais para que a população consiga uma linha de ônibus, uma nova escola ou melhoramentos comunitários. E sugerem procurar desde pessoas ligadas à cúpula dos órgãos de remoção, com uma "recomendação" pessoal do administrador, até procurar políticos locais. Não raramente, entretanto, estabelecem-se disputas entre o "administrador" e os técnicos dos órgãos de remoção. Na verdade, o "administrador" se considera, muitas vezes, o "dono" do conjunto e que nada pode ser feito

ali sem passar por sua mediação.

É habitual que, na época de eleições, se procure ampliar essas relações a um número maior de indivíduos reatualizando-se os antigos vínculos de apoio. É ocioso assinalar que estas relações são consideradas perfeitamente válidas e normais. A idéia de imoralidade é introduzida a partir do momento em que o sistema de "troca de favores" é perturbado com o uso de dinheiro nas transações: aí é a "corrupção".

#### VI. A redefinição da situação do favelado:

Com o desenvolvimento da prática da "remoção" e a cristalização de uma nova estrutura nos conjuntos habitacionais e nos C.H.P.s há uma acomodação progressiva das oposições que agora se manifestam sob outras formas.

Como observamos, a situação do "favelado" gerava um desequilíbrio no sistema ao nível econômico e ao nível político. Com a implementação da política de remoções as oposições são redefinidas, uma vez que o "favelado" tem sua situação modificada, isto é, "passa da condição de invasora de propriedade de alheia - com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam - em proprietária e titular da casa própria" (BRASIL. CHISAM/B.N.H. - Metas alcançadas...: 16). E assim entra no sistema jurídico vigente ou, no caso dos C.H.P.s, passa a gozar de controle estrito do Estado.

Embora em certos contextos ainda seja estigmatizado como "favelado", em outro contexto passa a atuar como "morador de conjunto" da COHAB ou como "morador de parque". Nesse sentido, sua referência passa a ser a nova situação em que se acha inserido, segundo as condições dos conjuntos e C.H.P.s. O conflito dentro do sistema é redefinido na medida em que passa a fazer parte do sub-sistema criado com a política habitacional de "remoções" de favelas.

Através de alguns pontos críticos do Programa, o "morador de conjunto" ou do "parque" redefine nas suas novas relações as formas de manifestar suas oposições. Uma das formas em que manifesta essa nova situação é através do não pagamento, do atraso em muitas prestações, situação relacionada com a cobrança da correção monetária. Na época da pesquisa dizia-se haver cerca de 60% dos mutuários do sistema em atraso nos pagamentos e este era um dos temas mais discutidos pelos "planejadores". Foram adotadas medidas pelos órgãos planejadores e executores, visando a diminuição da dívida: novos planos de pagamento, possibilidade de descontar diretamente nas folhas de pagamento, possibilidade de utilização da quantia acumulada pelo mutuário no F.G.T.S. para saldar a dívida e utilização de ameaça de despejo como forma de pressão para regularizar os pagamentos atrasados. Outra forma de marcar sua situação é através da má conservação dos conjuntos e parques, de "deturpação de uso das áreas de conjuntos" (técnico ligado a órgão de remoção), uma vez que se consideram "clientes" do Estado e que este, então, é quem deve zelar pela conservação dos conjuntos e parques.

Essa reatualização das oposições reflete-se ao nível das facções integradas no programa de remoções. Assim, os mesmos temas são aproveitados e discute-se, ao nível da técnica, as melhores formas de enfrentar a nova situação.

Chamamos de facções os grupos definidos segundo Ralph Nicholas (NICHOLAS, 1968) como possuidores das seguintes características básicas: 1) são grupos de conflito "... De fato, é durante o conflito social que as facções emergem de um "background" sociologicamente indefinido para fornecer ao observador uma visão de seus membros..." "... o conflito é a raison d'être da

pertinência faccional" (: 27) <sup>(20)</sup>; 2) são grupos políticos - se definimos a política como "conflito organizado a respeito do uso do poder público" (CURTIS, Michael, 1962. Introduction. In M. CURTIS (ed.) - The nature of politics, New York, Avon Books: xxiii), então são as facções que organizam o conflito em certos tipos de sociedade e instituições (: 28) <sup>(21)</sup>; 3) não são grupos corporativos ... "o fato de que as facções não são corporativas, o fato de que as facções são basicamente não permanentes, isto não significa que elas não possam persistir por um grande período de tempo... Parece haver uma graduação regular de sociedades ao longo de uma escala de complexidade, de acordo com a qual há uma institucionalização de facções" (: 28) <sup>(22)</sup>; 4) os grupos da facção são recrutados por um líder - "os membros podem ser conectados para uma facção somente através da atividade de um líder, uma vez que a unidade não tem existência corporada ou um único princípio claro de recrutamento. O líder responsável por organizar o pessoal de uma facção é ordinariamente um homem com mais poder político do que qualquer dos seus seguidores... " <sup>(23)</sup>.

---

(20) "In fact it is during social conflict that factions emerge out of a sociologically undefined background to give the observer a view of their personnel"... "conflict is the raison d'être of factional membership " (: 27).

(21) "If we regard politics as "organized conflict about the use of public power, then it is the factions which organize this conflict in certain kinds of society and institution" (: 28).

(22) "That factions are not corporate, that they are basically impermanent, does not mean that they may not persist for a long period of time... There seems to be a regular gradation of societies along a scale of complexity according to the degree to which there is institutionalization of factions" (: 28).

(23) "Members can be connected to a faction only through the activity of a leader, since the unity has no corporate existence or clear single principle of recruitment. The leader who is responsible for organizing the personnel of a faction is ordinarily a man with more political power than any of his followers..." (: 28).

"Para usar as palavras de Nadel (1951: 99), a "relação de identificação" que marca um homem como membro de uma facção é uma efetiva disposição social de aliança com o líder - falando ou lutando pelas crenças do líder , juntando-se ao grupo do líder, votando como manda o líder, ou qualquer outro ato político visto como apropriado. A liderança pode ser preenchida não somente por um indivíduo politicamente poderoso, mas também como sugere Beals, por uma "clique" baseada em uma família influente. Outro tipo de "clique" pode ser composto de vários líderes, cada um dos quais tem um seguidor modesto, mas nenhum deles é capaz de mobilizar uma unidade efetiva" (: 28,29)<sup>(24)</sup>.

5) os membros da facção são recrutados por diversos princípios - pode haver vários tipos de conexão entre os líderes da facção e seus seguidores: parentesco, dependência econômica, vizinhança, esperança de defesa de um inimigo mútuo, etc...

Essas facções marcam suas diferenças e se auto-referenciam aproveitando os "problemas" gerados pela "remoção". Assim, por exemplo, cada órgão culpa o outro quanto ao atraso nos pagamentos das prestações dos mutuários. Enquanto que o órgão que faz a remoção propriamente dita culpa a "falta de organização do sistema coletor" do órgão administrador dos conjuntos, este acusa o órgão que faz as remoções pela forma como é feita a seleção dos morado-

---

(24) "To use Nadel's (1951, p. 99) term, the "pointer relation" which marks a man as a member of a faction is an effective social display of allegiance to the leader - speaking or fighting on the leader's behalf, joining the leader's club, voting as the leader tells him, or whatever other functional political act is regarded as appropriate. Leadership may be provided not only by a politically powerful individual, but also, as Beals suggests, by a "clique" based in an influential family. Another kind of clique might be composed of several leaders each of whom has a modest following, but none of whom is individually capable of mobilizing an effective unit" (: 28, 29).

res. A seleção deveria ser mais rigorosa pois, argumenta-se, "20% dos mutuários não têm renda para pagar, ocasionando transtornos para a companhia pe la falta de pagamento das prestações, transtornos para o Estado e para os moradores pela falta de pagamento dos condomínios, passagem do imóvel para outra pessoa sem conhecimento da companhia ou abandono puro e simples do imóvel" (Entrevista com "planejador" de órgão participante da remoção).

Outro tema de debate entre facções dentro do sistema habitacional é a oposição entre urbanização e remoção. Para uns a urbanização é mais "humana", "não desenraíza o indivíduo", "não o joga para longe do trabalho". Para outros a remoção é a "única forma viável de acabar com as favelas no Rio de Janeiro, pois a urbanização é cara e demorada" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Com a eclosão de "problemas sociais" nos conjuntos: delinqüência, vadiagem, tóxicos, deterioração física dos conjuntos, um dos temas principais de debate entre as facções passa a ser a oposição entre conjunto grande e conjunto pequeno:

"Sou contra as grandes concentrações, em vez do bairro ser absorvido pelo conjunto sou favorável à pulverização do conjunto pelo bairro. Sou a favor de conjuntos pequenos em bairros. Porque para os conjuntos grandes não há infra-estrutura montada para a a - guentar" (Entrevista com político de órgão de remoção).

"... O ideal é a integração com o bairro, né ... não criar um conjunto ... acaba que o conjunto grande também se integra no bairro, de qualquer forma...

P) E não cria problema?

R) Não. Acho que não. Estamos agora ocupando Padre Miguel que são sete mil unidades" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"O problema favela é problema de quantidade" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Através da técnica encontra-se a "solução" para o problema. A técnica é usada para legitimar políticas:

"O grande erro é que em vez de se construir apartamento deveria se construir casa. Assim barateia a prestação, porque tira o condomínio. A prestação é quase 1/3 mais baixa do que a do apartamento. É verdade que a casa é mais longe e aí vai ter o problema de mercado de trabalho." (Entrevista com político de órgão de remoção).

"... Não. Blocos não é a solução. Bloco não dá condição dele ampliar a sua casa, plantar sua plantinha, suas florezinhas.

P) Sim, mas em termos de mudança...

R) Não. No bloco a evolução é retardada. Porque os conflitos continuam. Porque na favela ele tem aquela restrição de área, né... então, é um barraquinho grudado no outro. Ele sai daquele barraquinho grudado no outro e vai prá apartamento que é um grudado no outro. Então, aquele atrito da presença contígua do vizinho, ela continua... Então, ele realmente passou prá um apartamento e tal, muito bem... Mas a evolução que se processa dentro do homem ela não é tão grande..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Na verdade, esse debate é manipulado politicamente, na medida em que as oposições se dão entre "facções" que disputam o poder político do Estado em determinado órgão. Por exemplo, o conflito entre os dois maiores órgãos em termos de interferência no processo de remoção encobre uma luta política do governo da Guanabara para conseguir maior autonomia política e voltar a se auto-controlar na esfera habitacional, uma vez que o outro órgão, ligado ao Governo Federal, representando um poder mais soberano, limitava o poder do Governo da Guanabara em certas esferas de controle da cidade.

Também as facções internas ao Estado da Guanabara, representando facções de nível mais alto, ao nível político nacional, utilizam o debate técnico como uma forma de luta política pelo poder de controlar órgãos importantes no que se refere à cooptação de novos aliados ou à determinação de linhas políticas de controle de grandes massas de população.

Assim, a técnica é manipulada, os "dados científicos" são utilizados para provar esta ou aquela tese defendida no momento por determinada facção. Nesse sentido apela-se para a técnica do desenvolvimento de comunidades como uma outra "solução mágica" que serve também para legitimar a ação do órgão e de seus membros.

"Ao final de janeiro será inaugurado o D. Jaime Câmara, o maior conjunto habitacional da América Latina, com 7.000 apartamentos e cerca de 50 mil pessoas. É preciso o governo desenvolver esta comunidade que foi criada pelo governo. Criar serviços, lojas, posto médico." (Entrevista com político de órgão de remoções).

"O Brasil está solucionando seu deficit de habitações. O B.N.H. é espetacular. Mas há imperfeições. Dentro do plano COHAB/CHISAM o governo precisa encarar agora, após a remoção da favela, o desenvolvimento dessas comunidades" (Entrevista com político de órgão de remoções).

"A parte da comunidade também pretendo que seja alcançada. Não quero serviço social, mas sim fazer um apoio social" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"P) O sr. não acha que os próprios favelados já vêm com uma certa organização, eles têm uma certa vida comunitária nas favelas?  
R) Vêm, eles já vêm com isso. Eles custam a se adaptar ao problema do condomínio, mas isso em qualquer lugar. Por isso é que devia haver uma orientação mais intensa de um órgão social qualquer, que eu não sei qual é. A orientação do condomínio e tam-

bém, e isso foi um outro problema que encontramos aqui, o tipo de ocupação dos conjuntos que..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"... O que nós deveríamos fazer era talvez ter um trabalho de orientação social que capacitasse todo esse humanismo de comunidade já existente, já sedimentada para a ocupação de um conjunto. Infelizmente, o que estou sentindo aqui atualmente é que não há trabalho maior de orientação social..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Não me proponho a fazer assistência social, mas estou vendo a necessidade de organizar orientação porque o favelado não sabe morar" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Agora saiu um decreto, em novembro desse ano passado, que dá competência à Secretaria de Serviços Sociais de programas de desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais. Mas isto, esse decreto até a data de hoje não foi regulamentado. Então, o que existe de fato é uma equipe colocada em Cidade de Deus..... de assistentes sociais e educadoras familiares tentando fazer um centro comunitário... E onde elas têm programas de capacitação profissional, de iniciação profissional que é uma forma de você garantir o próprio pagamento da casa, uma forma de você fortalecer a situação econômica da família. Então, existe isso em Cidade de Deus, criado na administração passada... Você deve ter acompanhado que cada dia, cada mês, sai no jornal uma entidade trabalhando em desenvolvimento comunitário, dentro de conjunto habitacional. Eu posso citar a você Ação Comunitária do Brasil, instalada em Cordovil, tem a obra das Irmãs Crucificadas em dois conjuntos da COHAB. No final, nós vamos ter assim obras várias, entidades particulares em desenvolvimento de comunidade, sem uma coordenação do órgão que deveria ser o órgão coordenador..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Através da análise dos temas de debate entre as facções, percebemos

que podemos estudar como um todo coerente as representações que os "planejadores" e os "políticos", enfim, os agentes do Estado que põem em prática a política de remoções têm do grupo para o qual se dirige a sua ação: os "favelados". Como veremos no próximo capítulo, através da análise do sistema de representações das remoções, das categorias que se relacionam para formar um todo coerente e que dizem respeito à prática das remoções, poderemos traçar todo um quadro do modo pelo qual os "planejadores" percebem o mundo das pessoas para o qual se dirige essa política e as relações que mantêm com esse grupo.

... a análise do sistema de representações de acordo com a ideologia política... uma ideologia é um sistema (que possui sua lógica e seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos) segundo o qual, segundo a existência e de um papel histórico no seno de uma sociedade dada... a ideologia é um todo, em si, de toda a totalidade social. É como se as sociedades humanas não pudessem subsistir sem essas formações específicas, estes sistemas de representações (em diferentes níveis, que são as ideologias).

... a ideologia diz respeito, portanto, à relação vivida dos homens com seu mundo... esta relação que se aparece como "consciente" sob a condição...

- 1) O que chamamos "agentes do Estado" diz-se a respeito dos agentes-destinatários da política de remoções, isto é, as atividades administrativas para "ganhar a vida". Estes agentes são os funcionários administradores e políticos ou os "planejadores de soluções" para as favelas: são os "planners".
- 2) "... uma ideologia (e um sistema, em si, de sua lógica e seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos segundo os usos), detona de uma existência e de um papel histórico no seno de uma sociedade dada... a ideologia é um todo, em si, de toda a totalidade social. É como se as sociedades humanas não pudessem subsistir sem essas formações específicas, estes sistemas de representações (e diferentes níveis que são as ideologias)" (Cf. ALTHUSSER, 1971: 191/192).

## AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A "REMOÇÃO"

I. Objetivo e quadro teórico:

O objetivo do capítulo é desvendar a lógica dominante no processo de remoções através da análise do sistema de representações sobre o universo das "remoções" (1), dos técnicos, administradores e políticos que executam e/ou planejam ou estiveram, de alguma forma, ligados à política de remoções das favelas durante o período estudado.

Aproximamos a noção de sistema de representações da noção de ideologia conforme Althusser: "... uma ideologia é um sistema (que possui sua lógica e seu rigor próprios) de representações (imagens, mitos, idéias ou conceitos, segundo o caso), dotado de uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade dada... a ideologia é uma parte, como tal, de toda a totalidade social. É como se as sociedades humanas não pudessem subsistir sem estas formações específicas, estes sistemas de representações (em diferentes níveis, que são as ideologias) (2).

"... a ideologia diz respeito, portanto, à relação vivida dos homens com seu mundo. Esta relação que só aparece como "consciente" sob a condição

---

(1) O que chamamos "universo das remoções" liga-se à prática dos agentes-suportes da política de remoções, prática que se refere às atividades empreendidas para "ganhar a vida". Estes agentes suportes são os técnicos, administradores e políticos dos órgãos planejadores de "soluções" para as favelas: são os "planejadores".

(2) "... una ideología es un sistema (que posee su lógica y su rigor propios) de representaciones (imágenes, mitos, ideas o conceptos según los casos), dotados de una existencia y de un papel históricos en el seno de una sociedad dada... la ideología forma parte orgánicamente como tal, de toda la totalidad social. Todo ocurre como si las sociedades humanas no pudieran subsistir sin estas formaciones específicas, estos sistemas de representaciones (a diferentes niveles que son las ideologías)" (Cf. ALTHUSSER, 1971: 191/192).

de ser inconsciente, da mesma maneira dá a impressão de ser simples, sendo complexa, de não ser uma relação simples mas uma relação de relações, uma relação de segundo grau. Na ideologia, os homens expressam, com efeito, não sua relação com suas condições de existência, mas a maneira em que vivem sua relação com suas condições de existência: o que supõe, por sua vez, uma relação real e uma relação "vívida", "imaginária". A ideologia é, portanto, a expressão das relações dos homens com seu "mundo", isto é, a unidade (sobredeterminada) de sua relação real e de sua relação imaginária com suas condições de existência reais. Na ideologia, a relação real está inevitavelmente investida na relação imaginária: relação que expressa mais uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), uma esperança ou uma nostalgia, do que a descrição da realidade" (3).

Ou ainda, "a produção de idéias, de concepções e da consciência liga-se, a princípio, diretamente e intimamente à atividade material e ao comércio material dos homens, como uma linguagem da vida real. Os conceitos, o pensamento, o comércio intelectual dos homens, surgem aqui ainda como emanação di-

---

(3) "... la ideología concierne, por lo tanto, a la relación vivida de los hombres con su mundo. Esta relación que no aparece como "consciente" sino a condición de ser inconsciente, de la misma manera, de la impresión de no ser simple sino a condición de ser compleja, de no ser una relación simple sino una relación de relaciones, una relación de segundo grado. En la ideología, los hombres expresan, en efecto, no su relación con sus condiciones de existencia, sino la manera en que viven su relación con sus condiciones de existencia: lo que supone a la vez una relación real y una relación "vívida", "imaginaria". La ideología, es por lo tanto, la expresión de los hombres con su "mundo", es decir, la unidad (sobredeterminada) de su relación real y de su relación imaginaria con sus condiciones de existencia reales. En la ideología, la relación real está inevitablemente investida en la relación imaginaria: relación que expresa más una voluntad (conservadora, conformista, reformista, o revolucionaria), una esperanza o una nostalgia, que la descripción de la realidad" (Cf. ALTHUSSER, 1971: 193/194).

reta do seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc... de um povo. Os homens é que são os produtores de seus conceitos, de suas idéias, etc... mas os homens reais, ativos, condicionados por uma evolução definida de suas forças produtivas e pelas relações correspondentes a elas, inclusive as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência jamais pode ser outra coisa senão o Ser consciente (das bewusste sein) e o Ser dos homens é seu processo de vida real. E se, em todas as ideologias, os homens e suas relações nos parecem colocados de cabeça para baixo, como numa câmara escura, esse fenômeno resulta de seu processo vital, histórico, tal como a inversão dos objetos na retina é resultado de seu processo vital diretamente físico" (Cf. MARX - A ideologia alemã : 21). Sobre esse caráter falso e deformado da ideologia tomamos aqui a perspectiva de Poulantzas: "por um lado, a ideologia, constitutivamente imbricada no funcionamento deste imaginário social, é necessariamente falseada. Sua função social não é oferecer aos agentes um conhecimento verdadeiro da estrutura social, mas simplesmente inseri-los, de alguma forma, em suas atividades práticas que mantêm esta estrutura. Em razão, precisamente, de sua determinação por sua estrutura, o todo social permanece ao nível do vivido opaco aos agentes, opacidade sobredeterminada nas sociedades divididas em classes pela exploração de classe e pelas formas que toma esta exploração a fim de poder funcionar no todo social. Assim, a ideologia, mesmo se ela compreende elementos de conhecimento, manifesta necessariamente uma adequação-inadequação em relação ao real, o que Marx toma sob o termo de "inversão". Por outro lado, a ideologia não é, ela própria, visível aos agentes em seu arranjo interno: como todo nível da realidade social, a ideologia é determinada

por sua própria estrutura que permanece opaca aos agentes em suas relações vividas" (4). Nesse sentido, aproxima-se do conceito de "ordem concebida" de Lévi-Strauss (5).

Estas considerações são importantes tendo em vista certas características dos agentes-suportes da ideologia da política de remoções de favelas no Rio de Janeiro, uma vez que trata-se de técnicos a serviço do Estado, aplicando técnicas científicas com características de neutralismo e isenção. A própria dificuldade com que se têm debatido as teorias sobre modernização e marginalidade com noções tais como "marginalidade", "favela", "área marginal", etc... parece se reportar ao caráter das mesmas que aparecerão como categorias ideológicas no universo do discurso dos "planejadores".

Num sistema capitalista, as ideologias do Estado são ideologias das classes dominantes, isto é, das classes ou frações de classes que detêm o po

---

(4) "il s'ensuit d'une part que l'idéologie, constitutivement imbriquée dans le fonctionnement de cet imaginaire social, est nécessairement faussée. Sa fonction sociale n'est pas d'offrir aux agents une connaissance vraie de la structure sociale, mais simplement de les insérer en quelque sorte dans leurs activités pratiques qui supportent cette structure. En raison précisément de sa détermination par sa structure, le tout social reste au niveau du vécu opaque aux agents, opacité surdéterminée dans les sociétés divisées en classes par l'exploitation de classe et les formes que cette exploitation prend afin de pouvoir fonctionner dans le tout social. Ainsi l'idéologie, même si elle comprend des éléments de connaissance, manifeste nécessairement une adéquation-inadéquation par rapport au réel, ce que Marx saisit sous le terme "d'inversion". Il s'ensuit d'autre part que l'idéologie n'est elle même pas visible aux agents dans son agencement interne: comme tout niveau de la réalité sociale, l'idéologie est déterminée par sa propre structure qui reste elle même opaque aux agents dans les rapports vécus" (POULANTZAS, 1970A: 223/224).

(5) "Estas estruturas de ordem concebida não correspondem diretamente a nenhuma realidade objetiva; diferentes das primeiras, não são suscetíveis de um controle de ordem experimental, posto que chegam até a invocar uma experiência específica com a qual, alias, às vezes, se confundem" (Cf. LEVI-STRAUSS, 1967: 357).



der do Estado, o poder político numa formação social dada. A "remoção" de favelas, como opção política, é a expressão de uma fração da ideologia própria às classes dominantes, isto é, às classes que detêm o poder da planificação. Como veremos, o sistema de representações dos "planejadores" exclui a luta de classes, apresentando uma sociedade aberta e sem conflitos, preenchendo desta forma uma das funções da ideologia, qual seja a de mascarar as relações realmente existentes no seio do sistema social como um todo.

Entretanto, "a ideologia dominante não reflete simplesmente as condições de vida da classe dominante, sujeito "puro e simples", mas a relação política concreta, em uma formação social, de classes dominantes e de classes dominadas" (6). Possui a função de coesão de uma formação social "estabelecendo ao nível do vivido dos agentes relações evidentes-falsas, que permitem o funcionamento de suas atividades práticas - divisão de trabalho, etc... - na unidade de uma formação" (7). Estas idéias ajudarão a compreender melhor as formas que tomará a ideologia das "remoções", tendo-se em mente que esta ideologia exprime a ideologia das classes dominantes em relação ao "viver" de outras camadas da sociedade, os "desvalidos do sistema" para os quais se dirige a política de remoções.

Isto não quer dizer que esta ideologia dominante se constitua em um bloco monolítico, sem discrepâncias, nem que exista apenas uma ideologia do-

---

(6) "L'idéologie dominante ne réfléchit pas simplement les conditions de vie de la classe dominante, sujet "pur et simple" mais le rapport politique concret, dans une formation sociale des classes dominantes et des classes dominées." (POULANTZAS, 1970A: 219).

(7) "... en établissant au niveau du vécu des agents des rapports évidentes-faux, qui permettent le fonctionnement de leurs activités pratiques - division de travail, etc... - dans l'unité d'une formation" (POULANTZAS, 1970A: 224).

minante no sistema como um todo, "em uma formação social, não existe apenas uma ideologia dominante: existem várias ideologias ou sub-sistemas ideológicos contraditórios, relacionados com as diversas classes em luta. A ideologia dominante não se constitui como tal senão com a condição de dominar, de maneira particular, estas ideologias e sub-sistemas ideológicos, o que faz precisamente através dos aparelhos ideológicos do Estado. Isto implica, por outro lado, que estes aparelhos sejam a expressão condensada de contradições ideológicas muito intensas e se exprimam através das divergências entre os "funcionários da ideologia" que fazem parte dela: seu efeito é a autonomia relativa destes aparelhos ideológicos" (8).

Considerando que estou lidando aqui com o que podemos chamar, no sentido emprestado por Poulantzas, de aparelhos de Estado, no sentido estrito, lembro que nestes aparelhos também a ideologia, como veremos e como não poderia deixar de ser, intervém de maneira decisiva. Conforme Poulantzas (9) os aparelhos ideológicos de Estado são os veículos de inculcação e elaboração ideológica, uma vez que a dominação política não se pode fazer exclusivamente através da repressão física, requerendo a intervenção direta e decisiva da i-

---

(8) "Dans une formation sociale, il n'existe pas seulement une idéologie dominante: il existe plusieurs idéologies ou sous-systèmes idéologiques contradictoires, rapportés aux diverses classes en lutte. L'idéologie dominante elle-même ne se constitue comme telle qu'en réussissant à dominer, de façon toute particulière, ces idéologies et sous-systèmes idéologiques: ce qui se fait précisément par le biais des appareils idéologiques d'Etat. Cela implique, à son tour, que ces appareils sont l'expression condensée des contradictions idéologiques très intenses, s'exprimant par des ruptures chez les "fonctionnaires de l'idéologie" qui en font partie: l'autonomie relative des appareils idéologiques en est l'effet" (Cf. POULANTZAS, 1970B: 336).

(9) "Les appareils idéologiques ont pour aspect principal (car la répression, sous plusieurs formes, y intervient également) l'élaboration et l'inculcation idéologiques" (Cf. POULANTZAS, 1970B: 336).

deologia. Entretanto, mesmo nos aparelhos de Estado, no sentido estrito, como é o caso do "locus" da planificação de soluções para as favelas, a ideologia terá um papel preponderante. A própria planificação, em si mesmo, é um meio que tem por trás de si todo um sistema de representações do que é e do deve ser.

Lembro que são invocados para o pino sucesso dos projetos de remoções de favelas a educação comunitária e as técnicas de desenvolvimento de comunidade. Estes meios sugerem a função ideológica destes aparelhos: a de fixar os ensinamentos de hábitos e atitudes consideradas pelos "planejadores" como os mais condizentes com a sociedade. Nesse sentido, podemos tratar os "planejadores" como "funcionários da ideologia", uma vez que são os agentes-suportes que têm por função desenvolver e inculcar um setor da ideologia dominante que se refere à problemática do "urbano".

Por outro lado, o poder do Estado se constitui em uma aliança de classes ou frações de classes diferentes que se expressam nas discrepâncias em - contradas no sistema de representações. Como veremos, as divergências no sistema de representações dos entrevistados se reportam, entre outros fatores, ao que chamei, anteriormente, de "facções" e se ligam a estes diferentes grupos que detêm o poder do Estado (10).

Penso, desta forma, que, ao analisar o sistema de representações e a prática de "remoção" de favelas no Rio de Janeiro, poderia descobrir as relações da estrutura social que este mesmo sistema procura mascarar e as contradições que procura resolver.

---

(10) Em face da limitação de tempo requerida para a redação da dissertação de mestrado, optei por não aprofundar a pesquisa sobre estes diferentes grupos e estratos. Penso que seria altamente esclarecedora uma abordagem que procurasse elaborar essa problemática que aponta para problemas centrais como composição das classes ou frações de classes que detêm o poder do Estado, esclarecimento de políticas aparentemente contraditórias, etc...

A análise do sistema de representações pressupõe a análise do conteúdo das categorias básicas presentes no discurso dos "entrevistados", das relações entre essas categorias e a forma pela qual são resolvidas, dentro do próprio discurso, as contradições suscitadas pelas contradições dessas relações; em outras palavras: as diferentes significações atribuídas a certas categorias, o contexto em que atuam, isto é, em relação a quais categorias passam a ter este ou aquele significado e como são resolvidos os impasses quando há contradição entre esses significados.

Esta análise é feita a partir das categorias verbais do discurso dos entrevistados e seguiu aqui os pressupostos de Leach, "... os acontecimentos somente podem ser vistos de maneira estruturada quando são ordenados por meio de categorias verbais..." (: xiv), "... os fatos da etnografia e da história somente podem parecer ordenados de uma maneira sistemática se impusermos a esses fatos uma invenção do pensamento" (: xii) (11).

Estas categorias, por outro lado, já foram impostas aos entrevistados pela própria prática que desenvolvem e estão explicitadas nos textos publicados pelo Programa de Habitação.

Este capítulo não trata da análise da origem, derivações ou razões de mudanças das "soluções" para o "problema" das favelas, mas considera como objeto de análise as representações sobre o processo de remoção daqueles que estão diretamente ligados ao assunto.

Quanto à classificação dos entrevistados, técnicos, administradores e

---

(11) "... the events are only seen structured when they are ordered by means of verbal categories" (: xiv) "... the facts of ethnography and history can only appear to be ordered in a systematic way if we impose upon these facts a figment of thought" (Cf. LEACH, 1954: xii).

políticos me parece ser os principais tipos encontrados nas instituições que tratam do assunto. Englobei todos esses tipos numa categoria única, "planejadores", utilizada por alguns dos entrevistados para referirem-se aos participantes da política de remoção.

Quando me referir a "planejadores" estarei falando sobre os entrevistados como um todo e quando denominar "técnicos", "administradores" ou "políticos" estarei falando de sub-divisões dentro da categoria maior "planejadores". Para maiores esclarecimentos, ver Introdução p. 3.

## II. O sistema de representações dos planejadores:

Mangin (1967: 66) fala de oito "mitos" incorporados aos vários tipos de escritos sobre as favelas ("squatter settlements") que serão retomados no sistema de representações dos entrevistados <sup>(12)</sup>; como veremos, aí eles se encontram associados e relacionados referindo-se a categorias de "espaço", de "tempo" e de pessoas.

---

(12) "The standard myths, not all incorrect and by no means mutually consistent are, with some variation among countries, as follows:

- 1) The squatter settlements are formed by rural people (Indians where possible) coming directly from "their" farms;
- 2) They are chaotic and unorganized;
- 3) They are slums with the accompanying crime, juvenile delinquency, prostitution, family breakdown, illegitimacy, etc...;
- 4) They represent an economic drain on the nation since unemployment is high and they are the lowest class economically, the hungriest and most poorly housed, and their labor might better be used back on the farms;
- 5) They do not participate in the life of the city, illiteracy is high and the education level low;
- 6) They are rural peasant villages (or Indian communities) reconstituted in the cities;
- 7) They are "breeding grounds for" or "festering stores of" radical political activity, particularly communism, because of resentment, ignorance and a longing to be led;
- 8) There are two solutions to the problem: a) prevent migration by law

O sistema de representações que vou analisar diz respeito ao universo da prática econômica dos entrevistados, na medida em que no planejamento, produto do seu trabalho, utilizam e manipulam essas categorias. Representa, na verdade, apenas uma parte do sistema total de representações dos mesmos.

O sistema de representações dos entrevistados pode ser assim resumido:

I) O tempo em relação à remoção pode ser assim representado:

1. antes da remoção - a "favela"
2. um período intermediário - a "passagem", a "remoção", a "saída", a "transferência"
3. depois da "remoção" - o "conjunto", a "casa-triagem", o "parque", a "triagem".

De uma maneira geral: "antes" e "depois" da remoção  
os "favelados" "favelados melhorados"

II) Os conjuntos também têm uma classificação de tempo:

1. "época instável"
2. a "estabilidade"
3. os "melhoramentos"

III) O Programa também se encontra classificado em dois pares de oposição:

os "primeiros removidos" e os "atuais" X a "remoção antes e depois de Lacerda".

III. O tempo da "remoção":

Uma das maneiras pelas quais os "planejadores" classificam o tempo em

---

or by making life in the provinces more attractive; or b) prevent the formation of new squatter settlements by law and "eradicate" (a favorite word among architects and planners) the existing ones, replacing them with housing projects (Cf. MANGIN, 1967: 66).

relação à remoção está intimamente relacionada à maneira de classificarem o espaço e as pessoas. A categoria recorrente é o "urbano", que equivale à "cidade", à "sociedade urbana", à "sociedade de consumo", à "nossa sociedade" ou simplesmente à "sociedade".

O primeiro período, antes da remoção, corresponde à etapa da favela e se liga às características associadas à categoria "favela". Para referir-se a essa categoria os "planificadores" tomam sempre como ponto de referência o conjunto de categorias acima mencionadas.

"Eu acho que é válido tirar favela. Eu acho que apesar de todos os erros da gente, eu acho que foi uma experiência benéfica para o favelado, para a cidade, considerando tudo..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Em termos do favelado ele está integrado. É o que eu sinto, nas vezes que eu andei na favela, que eu conversei, que eu brinquei com as crianças todas ali, eles estão integrados, nós é que não estamos integrados neles. Nós é que não aceitamos a favela de jeito nenhum. Nós, eu digo mas não me incluo neles, nós os que não somos da favela, né. Toda vez que eu fui a uma favela eu sentia assim uma alegria enorme de tá com eles, uma pena também e, ao mesmo tempo, uma tristeza, como se eu estivesse de pés e mãos atadas, eu via que não tinha condições de fazer nada" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

#### A categoria "favela":

Como vemos, o espaço "favela" se opõe ao espaço que "não é favela", à "não favela", à "cidade", à "sociedade".

"... Favela é um homem sem qualificação profissional que não tem condições de se relacionar com o mercado de mão-de-obra, de absorver valores e normas que a sociedade urbana gera, inclusive uma série de fatores como água, luz, esgotos que são definidos pela sociedade urbana tecnicamente como necessários..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Encontramos, desta forma, em oposição à categoria "favela" as categorias "cidade" e "sociedade urbana". Ligadas à categoria "favela", qualificando-a e definindo-a, temos uma série de características que se estenderiam aos seus moradores. Assim, teríamos várias "favelas".

Entre os "planificadores" encontramos a noção de que a "favela" é uma "área marginal" à cidade. Incorporam a situação de não integração da favela ao seu morador. Essa marginalidade ou essa falta de integração à cidade pode ser concebida de várias formas, segundo o contexto em que atua. Inicialmente é pensada em termos urbanísticos, isto é, a "favela" é uma área sem serviços públicos, sem "urbanização", construída com material não convencional. Neste sentido define-se a "favela" como um "aglomerado de subhabitações":

"... quanto à paisagem urbana, atualmente deformada pelos núcleos de subhabitação, seria esta recuperada através da substituição de barracos por habitações, por obras públicas ou pela própria natureza violentada" (BRASIL. BNH/CHISAM, 1971B: ).

"Favela é um aglomerado de subhabitações em área não atendida por serviços públicos..." (Entrevista com arquiteto em órgão de remoção).

"Eu acho em tese absurdo remover favela... Eu gostaria de esclarecer bem o caso, porque prá chegar à conclusão... muito antes de chegarmos à conclusão de que se deve erradicar ou se deve manter me parece fundamental a gente chegar à conclusão do que é uma favela. E este tipo de subhabitação, no meu entender, é um estágio inexorável do desenvolvimento econômico e do estágio cultural da população da América Latina" (Entrevista com técnico ligado a "problemas urbanos").

O termo de comparação é sempre a "cidade", uma vez que nela encontramos o oposto idealizado destas características. O ideal é que a "favela"

alcançasse as mesmas condições vigentes na cidade. Por extensão, o ideal é que os favelados alcançassem o mesmo "desenvolvimento" dos habitantes "do que não é favela". Neste raciocínio está sempre a noção de evolução.

A noção de "marginalidade" é concebida, também, em termos econômicos e sociais, no sentido de que há grande desemprego na favela, seus habitantes não têm qualificação profissional e possuem empregos instáveis. Desta forma, a "favela" é marginal ao mercado de trabalho dominante na cidade, na "sociedade", porque os "favelados" não estão integrados neste mercado de trabalho.

Fortificando a tese da marginalidade, o "planejador" percebe como altamente negativa a condição de ilegalidade da posse da terra da "favela" por parte dos "favelados", da não propriedade da terra onde moram.

"... O problema crucial é a situação ilegal. Daí vem todas as outras formas de comportamento. Se ele não compra o terreno ou aluga... tem que haver uma legalização da terra. Ele tem que se integrar no sistema da sociedade em que a gente vive. Tem que ser defendida a ocupação da terra" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Encontramos aqui uma outra subdivisão da classificação do espaço que se refere à forma de classificar pessoas, segundo tenham ou não a "propriedade" da terra. A categoria "favelado", opondo-se à categoria "proprietário". O "proprietário" é aquele que se integra, que sai da condição de marginalidade ao sistema legal vigente, é "aquele para o qual estão abertas as portas da sociedade" (entrevista com funcionário de órgão de remoção). O indivíduo que compra uma casa na "favela", considerada ali como uma "benfeitoria", não é visto pelos "planejadores" como "proprietário". O que está em jogo é a

propriedade do solo (13).

"... Qualquer morador de favela do Rio, se a gente tomar nota aqui, quem vem aqui de favelado, a gente vai saber conhecer todas as favelas do Rio, "minha casa tá ruim, tá caindo mas eu não sei se vale a pena eu melhorar, eu posso melhorar mas amanhã eu posso ser removido daqui". Ele sabe que ele está ali e não tem direito a coisa nenhuma, que ele pode ser forçado amanhã ou depois a abandonar aquilo e na casa não, o que ele fizer ali, ele vai aproveitar para ele" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Imaginando-se um "continuum" de marginalidade em que teríamos mais "marginais" e menos "marginais", teríamos no extremo da marginalidade a idéia da favela como reduto de "marginais", de "ladrões" e de indivíduos perigosos, que representam uma ameaça à sociedade.

"Eu acho que favela... é um lugar onde se desenvolve a marginalidade terrivelmente, é difícil conter os marginais dentro da favela, difícil de encontrar, etc..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"A favela é um empório de mazelas. Sua segurança física está entregue aos desígnios de Deus. Sua segurança social está a depender do esforço da comunidade, que sofre todas as cargas socialmente negativas, sobretudo as de marginalidade e violência" (Entrevista com político de órgão de remoção).

Tudo isso faz com que a favela seja considerada marginal à própria sociedade; assim, "cidade" e "sociedade" se equiparam. Por outro lado, o polo oposto da idéia de marginalidade é encontrado na noção de "integração" que está sempre presente no discurso dos planejadores, principalmente daqueles que se opõem à remoção.

"... é uma população alegre. A prova é que é essa população é que enche o Maracanã nos domingos, ... enchia o Maracanã nos domingos, são os sujeitos que saem vestidos de rei no Carnaval, na

---

(13) Esta especificação remete à diferença encontrada no sistema jurídico formal entre posse e propriedade. Os "favelados" teriam a posse do terreno em que habitam, realizando "benfeitorias" com a construção de seus barracos ou casas de alvenaria. Não deteriam a propriedade da terra.

escola de samba e que fazem... faziam a música do Brasil inteiro Cantavam no Rio Grande do Sul "vão acabar com a Praça Onze... o barracão de zinco de Mangueira". Essa gente é que fazia a música no Rio de Janeiro e no meu entender ainda tinha um outro fator importantíssimo que é o fator da integração social, se você pega, por exemplo, as favelas da Zona Sul, no voleibol ou no futebol de praia jogam favelados e filho de rico, eles jogam no mesmo time e têm um relacionamento de igual prá igual. Eles saem do time, vão pro botequim juntos, vão pro Maracanã juntos, aquela coisa de um chama o outro de você, um é rico, pode ser filho do Walter Moreira Sales, o outro pode ser filho do pedreiro da favela mas são amigos que cresceram juntos, estão participando daquela confraternização que o esporte... Agora pega o sujeito bota lá na Vila Kennedy, você o transforma num revoltado. Eu duvido, mas duvido, que o sujeito que pega numa obra às sete horas, que tenha que sair de Vila Kennedy às cinco e meia da manhã, que bate o ponto numa obra e sai da obra às quatro e meia, que vai chegar em casa às oito horas da noite, possa chegar em casa e fazer música, duvido, duvido..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

A noção de integração, por sua vez, como vimos acima, está associada à idéia de uma sociedade aberta e democrática, onde "favelado e filho de rico jogam no mesmo time e têm um relacionamento de igual para igual". A noção de integração está implícita também no discurso dos entrevistados que representam a "favela" como reduto eleitoral, como curral de políticos, uma vez que o "favelado" estava plenamente "integrado" ao sistema político através de sua participação nas eleições. Por outro lado, a ambigüidade da categoria advém da ambigüidade da maneira como é percebido o "favelado". Se, por um lado, é percebida sua integração ao sistema político, é percebida também sua falta de integração em relação a outros setores. Esta ambigüidade é apreendida no discurso dos "planejadores". Se, por um lado, condenam a situa

ção da "favela" como curral de políticos, uma das formas de integração ao sistema, por outro lado propõem a "integração" em outros aspectos.

"Favela sempre foi reduto eleitoral, isto está se modificando a gora..." (Entrevista com político de órgão de remoção).

"... nas eleições o favelado se deixava conduzir, premido pelo medo de perder o barraco e não ter para onde ir. O pobre favelado era ainda objeto de "favores especiais", bicas d'água, postos de saúde, escola primária, etc... O governo também, dependendo desses políticos, deixava para inaugurar tudo às vésperas do pleito, com discursos e corte de fita..." (Entrevista com político participante do programa).

A ambigüidade da categoria "integração" está sempre presente, uma vez que a categoria é manipulada arbitrariamente no discurso dos entrevistados, quando se trata de se referir ora a um aspecto ora a outro, segundo o contexto.

A tese da subcultura da favela, amplamente difundida entre os "planejadores", se relaciona com a "marginalidade" descrita acima. A "favela" é concebida como um lugar que possui padrões e hábitos próprios. O debate gira em torno da legitimidade e/ou possibilidade de mudar ou não esses hábitos e padrões. Os padrões próprios referem-se a hábitos de higiene, formas de relacionamento, instituições internas à favela, aceitação de uma situação economicamente instável. Isto se constituiria na "subcultura da favela".

"... a favela é uma subcultura. Quanto mais ela é mais favela mais ela é subcultura. Um estranho entrando numa favela, toda a favela toma conhecimento. Isto é um valor interno da favela como subcultura. Por exemplo, o rapaz que vai procurar emprego e diz que não é favelado... A birosca como valor na favela. Você não encontra na sociedade como um todo alguém vendendo dois cigarros, duas colheres de açúcar. Quanto mais ela for fechada,

mais ela é pobre, mais ela é subcultura. Tanto menos ela interage com os grupos de fora da favela..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Na mudança de V, os da associação estavam querendo vender casas... A gente tem que compreender, isto é muito natural na cultura deles..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Todas as favelas do Governo X foram retiradas por razões de obras públicas necessárias à coletividade, como construção de viadutos, alargamento de ruas, etc... Assim era mais fácil ser aceite pelos favelados. Na época pensou-se em casa porque para o pessoal que mora em favela era mais de acordo com a sua cultura, por isso teve que ir para mais longe, porque os terrenos eram muito caros..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

A subcultura da favela pode ser concebida ou em termos de inferioridade ou, simplesmente, no sentido de ser "diferente" da cultura dos entrevistados, da "nossa cultura", da "cultura da cidade".

"... Ah! Sim! Tá certo! uma subcultura dentro da cidade, nesse sentido sim. Não sub no sentido de mais baixo, mas sub no sentido de uma fração de cultura. Da mesma forma que o pessoal que freqüentava o Cinema Paissandu, que agora que parece que freqüenta o Cinema-1, é uma subcultura, é um outro tipo. São gêneros de ver a vida, isso é o que eu me pergunto, quando eu tava falando que o cara que tem condição arruma a casa dele bem, ainda que o pessoal em volta não teja... Eu me pergunto se o cara que não liga prá sanitário bem arrumado, se mesmo no conjunto não vai desprezar inteiramente o sanitário..." (Entrevista com técnico ligado à política de remoção).

Pode acontecer que sejam enfatizadas as qualidades positivas desta "subcultura" em comparação com as qualidades negativas da "cidade". Porém é sempre mantida a dicotomia favela-cidade.

"... música de asfalto. Tá virando, eu não tenho nada contra e-

les, até gosto muito deles, tá virando Toquinho, Tom Jobim, Chico Buarque de Holanda, aquele negócio todo, as escolas de samba estão se enchendo cada vez mais de Clóvis Bornay, Evandro Castro Lima, Irmãs Marinho, tá virando um negócio farjuto, porque as pessoas não têm emulação nem dinheiro prá um negócio desses... a cidade está perdendo a graça, aquele espírito do carioca que era uma coisa tradicional do bom humor, você ainda encontra um pouco na Bahia, na Bahia ainda tem isso, que é justamente um fato parecido..." (Entrevista com técnico ligado à remoção).

Outra característica associada à categoria "favela", servindo também para fortificar a idéia da marginalidade, se refere à "sujeira" encontrada no espaço "favela" que impregna os seus habitantes e com eles se confunde. O "favelado" é fisicamente sujo, promíscuo e apresenta qualidades morais nas quais não se pode confiar. A impureza contamina em termos morais.

"Com favelado não se pode jogar limpo. Ele não joga limpo..." (Entrevista com político de órgão de remoção).

"O quadro de uma favela é de estarrecer... as mulheres vivendo num ambiente de promiscuidade e falta de higiene... São condições subhumanas de vida, né... se ela tem uma bica d'água não quer dizer que ela tenha melhores... É muito pouco o grau de melhoria de condições de vida de uma favela que tem uma bica d'água lá em baixo e outra lá em cima. Favela não apresenta condições sanitárias, sociais de vida prá esse pessoal..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"O morador vem cheio de vícios e de hábitos adquiridos na moradia promíscua" (Entrevista com político de órgão de remoção).

A categoria "sujeira" se opõe à categoria "limpeza" e remete à oposição "puro" e "impuro". A "sujeira" da favela pressupõe a "pureza", a "limpeza" da cidade, isto é, há hábitos mais limpos que o favelado só tem condições de atingir se deixar sua condição de favelado. Como favelado está impe

dido de se ligar à cidade através da adoção de hábitos comuns.

"A remoção preliminarmente faria a recuperação humana do indivíduo pela eliminação do estigma. É o primeiro estímulo de que o indivíduo precisa para poder desabrochar; a partir daí, liberto das condições inferiores, pode dar plenitude à sua capacidade de realização" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Ligada à noção de "impureza" da favela temos a idéia de doença da favela, de que ela é patológica e que seus habitantes, por morarem ali, apresentam "problemas patológicos".

"O indivíduo favelado sofre de uma moléstia psico-somática ou tem vergonha de onde mora, porque se sente inferior ou passa para a fase agressiva, se torna um marginal, não liga para nada" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Isto já é uma exceção. Gente que tem renda alta é por comodismo ou por pão durismo, ou lá seja o que for, mas eu acho que é um d x, ouviu? Que a maioria é realmente gente que não teve chance na vida ou chance de trabalho, de meio ou o que seja, ou problemas também de saúde. Não teve condição de ter tido o seu desenvolvimento. Você sabe que a inteligência se desenvolve até uma determinada idade, depois daquilo... Então, se não teve uma alimentação boa e tal não pôde se desenvolver, então não é um retardado propriamente mas é um "clic" a menos..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"É o que eu sinto. Favela é consequência da imprevisão administrativa. Favela não existe "est pour cause", consequência, ela é como você causasse um mal a alguma coisa e aquele mal vai redundar em n problemas... É imprevisão, do meio da República para cá. A República se iniciou, você sabe como, na maior euforia mas sem planejamento, sem coisa nenhuma, nem podia ter. A própria libertação dos escravos foi um negócio assim... emocional.. não houve... no sul, notadamente São Paulo, principalmente, sentiram os homens de negócio... sentiram que a libertação tava pró

xima, então, já em 1970, começaram a substituir a mão-de-obra por emigrantes, então o sul não sentiu a libertação dos escravos. O Norte, menos previdente, mais bacharelístico, coitado... foi o maior afetado pela libertação... A libertação foi um negócio emocional. O Brasil se levantou todo. Um negócio bacana, muito bacana, mas de conseqüências assim... desastrosíssimas... então, a República começou já com esse "deficit". O Norte e o Nordeste completamente vazios, sem trabalho, e a República veio se arrastando por uma série de problemas e aí chegamos em 22, em 30, em 32, e não sei o que e aí veio a 2a. Guerra Mundial, então falta de visão, falta de ver o que o mundo tava fazendo, falta de planejadores, falta de tudo, um primarismo administrativo total, então, de repente, começa a doença. A favela é uma doença prá mim, uma doença que tem que ser tratada" (Entrevista com técnico de órgão de remoção) (14).

Mais uma vez encontramos, como que pairando, a dicotomia cidade-favela. Nesta situação a "pureza" da cidade é vista como um ideal a ser alcançado. A impureza da "favela" e do "favelado" justifica a necessidade de serem retirados esses feios focos de sujeira da orla marítima.

"É preciso limpar a orla marítima das favelas..."

Ligada a esta idéia da impureza encontramos uma oposição entre diferentes categorias de comércio: o que seria exercido na "favela" e o da cidade.

"Só pode ir para conjunto quem tenha mais de Cr\$ 400,00 de renda familiar (na ocasião), logo isso já limita os comerciantes e impede a proliferação das tendinhas. Além disso a remoção purifica o comércio da área, pois como fazemos concorrência para o

---

(14) Embora longa, optamos por deixar intacta esta passagem que evidencia o grau de profundidade histórica que o entrevistado procurou para argumentar. Esta passagem demonstra o alto nível de sofisticação das argumentações dos entrevistados.

grande comércio - Casas Sendas, Casas da Banha, etc... as tendinhas têm que mudar de ramo e, assim, os comerciantes deixam de vender cachaça, deixa de haver briga, para venderem fechos, linhas, etc..." (Entrevista com político de órgão de remoção).

No discurso, a impureza do comércio da favela se relaciona com a idéia do perigo das brigas nas tendinhas.

Associada à noção de "impureza" encontramos a noção de "feio" da favela e, decorrente daí, a necessidade de acabar com esse "feio". Devido à sua beleza a cidade atrai os turistas e ganha com isso. Logo, é preciso, em proveito da cidade como um todo, acabar com a favela pois ela representa um perigo para a cidade:

"A favela aniquila com o turismo" (Entrevista com político de órgão de remoção).

Essa concepção do "feio" na favela pode ser encontrada também no discurso do "favelado" quando fala da inevitabilidade da remoção:

"A sra. acha que vão deixar a gente aqui? Aqui é lugar de bacana com esses hotéis e essas praias e essa estrada passando aí, não vão deixar esse monte de casa feia..." (Entrevista com moradora da favela da Rocinha em maio de 1971).

Embora encontremos, na maior parte do discurso dos "planejadores", uma visão da "favela" como um todo uniforme, a estratificação interna da favela é reconhecida quando se impõe a prática da remoção, isto é, quando se constata, por exemplo, que há pessoas que podem pagar as prestações exigidas pelos financiamentos e outras que não podem pagar e têm que ser removidas para casastriagem. O reconhecimento da estratificação existente entre os "favelados" leva ao reconhecimento de uma estratificação em termos de habitação:

"... (o conjunto) não resolve porque só 40% têm renda... têm condição de ir prá apartamento. Na realidade, quando chegam lá....

desses 40%, 35% têm condições de ir prá apartamento. Eu acho sinceramente se você quer acabar com a favela não é conjunto que vai acabar com ela, que vai resolver o problema dele, entendeu? Mas sempre, enquanto houver miséria e pobreza, tem que ter um tipo de habitação inferior... tem que ser inferior mesmo... porque eles não têm condições de pagar..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

P) "É atribuição desse órgão a construção dessas unidades mais baratas?

R) Não seria em princípio, mas nós estamos fazendo, nós temos uma chamada unidade de triagem que é uma unidade habitacional de utilização transitória. Infelizmente tem favelados que não têm a menor condição de pagar nada. Então, eles passam por essa unidade de triagem..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Por fim, há o reconhecimento explícito ou implícito da incapacidade do favelado em absorver os valores e normas desejáveis, isto é, aqueles da "sociedade urbana", da "nossa sociedade". Logo, é necessário a "mudança", a "erradicação", a "remoção", para que o favelado deixe sua condição de favelado e tenha condições de mudar seus hábitos, valores e normas. Mais uma vez, estende-se às pessoas as mudanças ocorridas no espaço: a erradicação das favelas pressupõe uma "mudança", uma "limpeza" do favelado, auxiliado pela educação implícita nas técnicas de desenvolvimento de comunidade.

A ambigüidade em relação ao modo de perceber o "favelado" está contida no discurso dos "planejadores" quando falam da sua capacidade ou incapacidade de assumir responsabilidades e de escolher.

"Eu acho questão de saúde você dar ao cara uma condição melhor dele morar, mas aí então entraria prá ele valorizar isso um programa de desenvolvimento comunitário, no sentido de educação, de alterar os valores... Se o fulano come capim e capim faz mal, mas o fulano gosta de capim, então você não vai deixar, o ideal

é que você ensine a ele que capim faz mal, né..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Eu não acho mal nenhum que (o conjunto) seja um foco político. Eu não acho mal nenhum um político se interessar por determinado conjunto. Eu acho errado o Estado ou a empresa... facilitar a vida de um político e não de outro. Aí deixaria de ser democrático. Mas, se um político chegar lá de livre e espontânea vontade e melhorar, procurar lutar, conseguir verba através da Câmara pra determinado conjunto... Eu acho isso certíssimo. Se tivesse um político no meu bairro... é lógico que eu ia votar nele, defendendo meus interesses..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Esta ambigüidade é resolvida pelo papel atribuído ao Estado. Uma vez que o favelado não tem condições de poder escolher, o Estado cumpre seu papel de orientação por meio do técnico, primeiro através da própria remoção, proporcionando condições mais humanas de vida e, depois, no conjunto, através do papel da educação e orientação através do desenvolvimento de comunidade.

Desta forma, chega-se ao segundo período na classificação do tempo da "remoção": a época da remoção propriamente dita, a "saída", a "transferência", a "mudança", a "remoção", a "erradicação". Essas categorias são sempre valorizadas positivamente. Mesmo aqueles que se opõem à "erradicação" o fazem pela forma como é feita, isto é, através da "remoção", "de maneira autoritária", "desenraizando as pessoas". Ainda aqui o sentido atribuído a estas categorias está ligado à idéia que o indivíduo tem da categoria "favela".

A "remoção" possibilita a "integração" do favelado, através da "propriedade" e da aceitação das regras do sistema e significa mudança física e social das características do removido. Pressupõe uma mudança de hábitos e de comportamento em direção a padrões de uma "sociedade urbana". Vislumbra-se

a idéia de evolução, de passagem por vários estágios.

"... No conjunto há uma melhoria real em relação à favela. Melhora luz, esgotos, água encanada, as peças são mais ventiladas, as ruas são limpas, há coletores de lixo. Há uma melhoria total. O indivíduo passa a ser proprietário. Você sabe, todo mundo gostaria de ter alguma coisa de seu. Até na favela eles pagam aluguel..." (Entrevista com político de órgão de remoção).

"A 'propriedade' muda a condição do favelado, devolve a sua condição de criatura liberta" (Entrevista com político de órgão de remoção).

"A remoção traz o homem de volta e o reintegra na sociedade. Vivenças emocionantes... O homem começa a criar o seu patrimônio, seus horizontes se alargam, a família já tem um patrimônio e os filhos dele terão melhores oportunidades na vida..." (Entrevista com político de órgão de remoção).

P) "E como você veria o conjunto? Com todas essas condições negativas da favela (já ditas anteriormente no discurso)... Você acha que no conjunto os caras teriam melhores condições?"

R) Não de blocos, conjunto não de blocos...

P) Eu digo conjunto de uma maneira geral...

R) Eu acho que sim. Se a remoção for para um outro local em que ele tenha condição como foi provado, inclusive, praticamente... a maior experiência que se teve... Depois foi Cidade de Deus... A transformação que se dava no morador era um negócio assim extraordinário. Sei lá, é como abrir um mundo novo para ele..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Nesta passagem do discurso nota-se uma categorização de tipos de conjuntos que será discutida com mais detalhes na próxima etapa, mas que merece ser citada aqui. É a oposição entre "conjunto de blocos" e "conjunto de casas". A escolha por uma destas categorias pressupõe um tipo de concepção do mundo dos "favelados" e, até certo ponto, pressupõe o aliamento a uma das

facções existentes no quadro da política de remoções.

Esta evolução é percebida como uma "integração" na "cidade", na "sociedade urbana", na "nossa sociedade", através da integração no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na "sociedade de consumo", uma vez que assim os "favelados" podem conseguir rendas mais altas:

"Até aí o Programa é bom. O pessoal que vai para Paciência, que é um lugar horrível... não que as casas sejam ruins, mas o caso é que é muito isolado. Esse pessoal quando chega em Paciência é que vê como é ruim, procuram logo um meio de sair de lá, vão então trabalhar. Você vê, até nisso o Programa é bom, eleva o padrão do sujeito..." (Entrevista com funcionário de órgão de remoção).

Como vemos, a vantagem da "remoção", no caso está ligada à idéia que o indivíduo tem do favelado como um homem que "não trabalha porque não quer".

Por outro lado, a remoção também é vista como uma forma de acabar com a situação de ilegalidade do "favelado" em relação ao morar. E como os custos de terrenos no Rio de Janeiro são altos, é preciso remover para "mais longe". A ilegalidade da situação e os custos altos dos terrenos se referenciam à idéia da "propriedade", isto é, para "integrar" é preciso tornar o favelado um "proprietário".

"A propriedade devolveia ao favelado a sua condição de criatura liberta. Não seria mais expulso por ninguém. Não teria que votar em ninguém, porque quem estava pagando a casa era ele mesmo" (Entrevista com político ligado à remoção).

"Hoje, quando visitamos os novos conjuntos, onde eles moram e são os donos de suas casas, fazem reformas como querem, melhoram as fachadas e pintam de cores que eles escolhem, ladrilham, taqueiam, enfeitam de plantas e flores que cuidam com grande carinho, quando os visitamos logo sentimos o que aconteceu: a digni-

dade deles ressurgiu" (Entrevista com político ligado à remoção).

A especulação de terrenos altamente valorizados é reconhecida pelos entrevistados, na sua grande maioria. A causa dos conjuntos serem "longe..." é devida à situação do mercado de terras urbanas no Rio de Janeiro, pois "mais perto" os custos dos apartamentos aumentariam muito, tornando-os proibitivos.

"... É um fato porque, inclusive, foi uma das teses que eu defendi... que ao mesmo tempo que se quizesse fazer daquele terreno chamado Praia do Pinto blocos ou casas para favelados, o custo do terreno excederia a proporção dentro da concepção de preço: construção - terreno. A construção tem um valor e o terreno tem que estar proporcional. Um máximo de 12%. E ali exorbitaria. Quê que aconteceria? Você faria... Uma administração que quizesse insistiria... aqueles blocos que fossem feitos ali em vez de ser prá classe média fossem prá favelado ou prá não sei o que... Quê que aconteceria? Meia hora depois que ele se instalou, ele venderia prá outro. Então o plano habitacional entraria pelo cano. Seria aplicado um dinheiro que não teria tido a finalidade para a qual foi destinado... Agora, a Praia do Pinto ia cair nesse caso, o terreno pelas circunvizinhanças, o valor dele é muito alto. Existe uma coisa chamada mercado que você não pode fugir..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

A remoção pode ser vista positiva ou negativamente, em relação ao perigo que os moradores de favela poderiam representar para a sociedade. A remoção é percebida como positiva quando se tem a idéia de que o fundamental é acabar com a favela, na medida em que a integração ao sistema através da propriedade pode torná-lo incapaz de atacar esse sistema. Por outro lado, na visão negativa da remoção é manipulada a mesma noção de periculosidade da população favelada que passa a ter sentimentos de frustração face à transferência para locais distantes do trabalho, exigindo longas e cansativas viagens,

face à desestruturação da comunidade da favela.

"Chega-se à conclusão de que é um absurdo de se fazer (a remoção) porque não tem nenhuma justificativa, a não ser uma justificativa demagógica de estar dando casa a quem não quer casa, sacrificando o tipo, o "way of life", dessa gente toda, inclusive criando desequilíbrios no tipo de prestação de serviços, muito grandes, e criando o que eu acho muito pior, criando neuras tremendas e modificando, no caso do Rio de Janeiro, onde a população favelada estava chegando quase a 30% da população total, modificando profundamente o espírito da população do Rio. Porque.. da população favelada... essa população... ainda que pareça incrível, mas é facilmente compreensível, pelo fato das necessidades, das reivindicações serem pequenas, era uma população que vivia num eterno bom humor. ... então, essa população é uma população que felizmente para a cidade do Rio de Janeiro é uma população alegre. ... Agora pega o sujeito e bota na Vila Kennedy, você o transforma num revoltado..." (Entrevista com técnico de planejamento.

O terceiro período corresponde à etapa em que os "favelados" já estão morando no conjunto, depois da remoção. A maneira de perceber este período está, também, intimamente ligada à maneira como o "planejador" percebe o espaço "conjunto" e à maneira como percebe o "favelado". Nesta etapa surge, nitidamente, uma classificação de habitações já esboçada nas etapas anteriores:

- a) o "conjunto": "apartamentos" ou "blocos" e "casas" ou "conjunto de casas",
- b) o "parque" ou a "casa-triagem" ou "triagem",
- c) a "favela".

a) O conjunto pode ser o destino mais valorizado pelos planejadores, face às melhores condições de "urbanização" e de construção.

É subdividido nas seguintes categorias:

- "conjunto de blocos" ou "apartamentos, e
- "conjunto de casas" ou "casas".

Estas subdivisões, na lógica do "planejador" que defende a prática da remoção, servem para dar conta dos "problemas" que surgem no "conjunto" (a - traso nos pagamentos das prestações e condomínios, uso deturpado das áreas, maus hábitos de higiene, delinqüência, etc.) que, como vimos, idealmente significariam uma mudança total do favelado que, deixando de ser favelado, abandonaria hábitos e comportamentos considerados ruins. Assim, opõe-se "conjunto de casas" ou simplesmente "casas" a "conjunto de blocos" ou "apartamentos", considerando-se que os primeiros seriam os mais indicados pois apresentariam problemas menores que os últimos.

"Agora temos um plano de casas. A sra. vê aí neste quadro o maior erro urbanístico. São grandes blocos que viram guetos. Casas é mais barato e eles estão mais acostumados..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Falamos de unidade de triagem, pessoas que não podem pagar. Nós também verificamos que há uma faixa que pode pagar, mas não pode pagar um apartamento, mas pode pagar perfeitamente uma casa. Então nós estamos voltados agora... já lançamos uma concorrência de mil e cento e poucas casas, em Fazenda Coqueiros, Santíssimo, cuja prestação vai a uns 70 contos. E aí baixa muito. Quer dizer, essa família que teria que ser jogada numa unidade de triagem vai para uma casa, possivelmente de um quarto ou de dois, com possibilidade de expansão..." (Entrevista com técnico de remoção).

"... se a remoção for para um outro local em que ele tenha condições como foi provado, inclusive, praticamente, eu acho que Vila Kennedy foi a maior experiência, primeira e maior experiência que se teve. Depois foi Cidade de Deus. A transformação que se dava no morador era um negócio assim extraordinário. Sei lá, é como abrir um mundo novo para ele."

"... Não. Blocos não é a solução. Blocos não dá a condição de-  
le ampliar a sua casa, plantar sua plantinha, suas florezinhas.  
... Não, no bloco a evolução é retardada. Porque os conflitos  
continuam. Porque na favela ele tem aquela restrição de área ,  
né. Então, é um barraquinho grudado no outro. Ele sai daquele  
barraquinho grudado no outro e vai prá apartamento, que é um gru-  
dado no outro. Então, aquele atrito da presença contígua do vi-  
zinho, ela continua. Então, realmente ele passou prá um aparta-  
mento e tal, muito bem... Mas a evolução que se processaria den-  
tro do homem ela não é tão grande..." (Entrevista com técnico de  
órgão de remoção).

Essas categorias são também manipuladas pelas diferentes "facções". E  
las se definem pela opinião que passam a ter sobre o "conjunto". Umas vêm,  
no "conjunto", males e se opõem a outras facções que acham que o "conjunto" é  
melhor que a "favela".

"Só muda o aspecto físico (no conjunto). Há um agravamento de  
tensões em decorrência de responsabilidades decorrentes de com-  
promissos assumidos, para os quais não estão preparados. Na fave-  
la estão mais preparados... ainda existe uma grande família. No  
conjunto não conseguem manter nem isto... As condições de higie-  
ne tendem a piorar..." (Entrevista com técnico de órgão de remo-  
ção).

A classificação do "conjunto grande" e "conjunto pequeno" serve para  
dar conta do mesmo impasse criado com o surgimento de "problemas" nos "con-  
juntos" e também para marcar as oposições entre as "facções" existentes no  
Programa.

"Sou contra as grandes concentrações... em vez do bairro ser ab-  
sorvido pelo conjunto, sou favorável à pulverização do conjunto  
pelo bairro. Sou a favor de conjuntos pequenos em bairros. Por-  
que para os conjuntos grandes não há infra-estrutura montada pa-  
ra aguentar..." (Entrevista com político de órgão de remoção).

Com o agravamento de problemas nos "conjuntos", os "planejadores" insistem na idéia de que os "favelados" não estão preparados para assumir responsabilidades e não sabem morar, sendo por isso necessária uma orientação do técnico no sentido de uma verdadeira ressocialização.

"Os favelados não sabem morar; não têm hábitos, educação... É preciso orientar... Aliás não é para essa geração... Aí é que eu acho que entra o trabalho com a criança. Porque a criança aprende na escola e não deixa mais os pais fazerem errado" (Entrevista com político de órgão de remoção).

"Não me proponho a fazer assistência social. Mas estou vendo a necessidade de organizar orientação porque o favelado não sabe morar" (Entrevista com político de órgão de remoção).

"Eu creio que existe uma certa consciência de certos órgãos de que ele necessita, entre aspas, de uma "educação". Ou seja, isto significa que é para,... significa acelerar ainda mais o processo de defasagem que existe entre a mudança de certos aspectos psico-sociais e então, ... já muito mais globais, você entende? E outros que pelas contingências que acompanham aquele favelado não têm condições de alcançar. Eu creio que nisto sim há uma consciência realmente de que é preciso diminuir a distância entre as variáveis que interferem no processo..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Daí o papel da técnica de desenvolvimento de comunidades e da organização do sistema de condomínios orientados pelo Estado, através da COHAB, como formas de levar a socialização ao "favelado".

A idéia que os "planejadores" fazem de "problemas" da remoção, como atraso nos pagamentos das amortizações e falta de pagamentos dos condomínios, relaciona-se com a representação que têm do "favelado" como pessoa que não tinha obrigações financeiras e, portanto, não estava acostumada com isso e que tem que ser educada para assumir as novas responsabilidades.

"Porque você não pode de uma hora para a outra querer impingir direitos e deveres. Eles estavam acostumados a viver sem ter nenhuma responsabilidade: não pagavam casa, muitos não pagavam luz, faziam gato da instalação elétrica, tinham água ou na bica ou puxavam de um cano prá sua casa, então eles tinham uma vida assim sem compromissos financeiros, não tinha taxa da nada, não tinha condomínio, não tinha coisa nenhuma. Então, de repente, ele passa a ser proprietário mas, ao mesmo tempo, ele passa a ter uma série de responsabilidades. Então ele tem que ser preparado para isso, porque o que pode acontecer é que na empolgação prá querer uma casa ele aceita tudo, ele dá até informação na ficha do que ele não tem, prá ganhar a casa. Mas, quando ele cai na realidade... nós, na interpretação, fazíamos questão de dizer: "O sr. vai gastar tanto de condução, o sr. vai ter que pagar, além da prestação, vai ter que pagar uma taxa de condomínio". Isto é educativo, ele tinha que ter consciência da responsabilidade que estava assumindo. Mesmo assim, vários, mas vários, estão em conjuntos sem condições de pagamento, devendo à COHAB porque muda muito a vida..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Encontramos também a idéia de que o "favelado" espera favores do Estado e que desta forma não paga as prestações porque não quer, esperando que o Estado lhe dê a moradia. Nesse sentido, também, se coloca a necessidade da educação para aprenderem a se inserir no sistema, sem paternalismos.

"Quando você compra um carro você adquire direitos de 25 pessoas que andam de ônibus e você não quer pagar pedágio...é um problema de natureza estrutural, num nível. Um segundo problema, a população da favela pelo fato de ser considerada incapaz ela acha que deve ser ajudada..." (Entrevista com técnico de remoção).

Em relação aos condomínios, os "planejadores" têm a visão de que o favelado também precisa ser "educado para usar seus direitos cívicos", uma vez que não sabe que a eleição do síndico, por exemplo, só poderá reverter em seu próprio benefício.

Quanto ao uso que os moradores fazem das áreas dos conjuntos e do próprio apartamento em si, é percebido negativamente pelos "planejadores" quando os "favelados" não dão o uso que se espera que seja dado.

"Favelado não sabe morar... Eu já vi até flores plantadas em vaso sanitário... A clientela da COHAB é a menos esclarecida possível..." (Entrevista com político de órgão de remoção).

Há uma grande preocupação, por exemplo, com o pequeno comércio espalhado pelo conjunto, pelo uso dado a áreas inicialmente previstas para a recreação, que servem para estacionamento, coaradouro de roupas, etc... por cordas penduradas nas janelas para pendurar roupas, pelas muretas construídas pelos moradores em áreas previstas para ajardinamento, pelos muros que os moradores de cada bloco estão construindo cercando o seu bloco, etc...

Em resumo, os "planejadores" classificam as pessoas para as quais dirigem sua ação. Uma forma de classificação se relaciona com a maneira pela qual dividem o tempo das "remoções":

1. antes da remoção - são considerados "favelados" e apresentam todas as características positivas ou negativas ligadas à favela;
2. depois da remoção - a época é percebida como uma mudança dos favelados para um estágio superior de desenvolvimento social, com a propriedade, no conjunto, ou a fixação em um baixo estágio de desenvolvimento social no "parque", embora ainda haja possibilidade de recuperação, uma vez que o "parque" é visto como temporário. Isto quando a favela é valorizada negativamente. Quando a "favela" é positivamente valorizada, esta época é percebida como uma fase de desestruturação interna em relação à comunidade da "favela". Embora a categoria abrangente continue a ser "favelado", que é lembrada quando há necessidade de se reforçar os traços negativos, há ou -

tras categorias que se referem ao "conjunto" e ao "parque" e que são: "morador de conjunto" e "morador de parque".

No discurso do "planejador", o "morador de conjunto" é chamado de "favelado" sempre que tiver um comportamento condenável, segundo os padrões do "planejador".

Por outro lado, os próprios "conjuntos" são classificados por fases. Isto é, os diferentes conjuntos estão em diferentes fases e evoluem no tempo segundo uma escala em que está pressuposta a evolução do "morador de conjunto":

1. a "época instável",
2. a "estabilidade",
3. os "melhoramentos".

A "época instável" dá-se logo depois da "mudança" e está relacionada à idéia que o "planejador" faz do "favelado". Ele (o favelado) não sabe morar, ainda não sabe usar certas comodidades urbanas, como o vaso sanitário, ou de turpa o uso das áreas de ajardinamento jogando futebol e quebrando janelas.

A "estabilidade" é a época depois da saída de alguns moradores originais, depois que já houve uma "limpa no conjunto" e já se definiram os "moradores que vão morar mesmo no conjunto". Segundo os "planejadores", há uma melhoria de comportamento dos moradores no que diz respeito a hábitos e atitudes.

Os "melhoramentos" correspondem à época de fixação desses habitantes. É a época em que os moradores começam a se preocupar com o espaço do "conjunto" em si e com o aspecto do "apartamento", refazendo-os, taqueando-os, ajardinando áreas, ladrilhando escadas, etc... Nesta concepção percebe-se, também, uma idéia de evolução em direção a padrões mais condizentes com os pa-

drões dos "planejadores".

A lógica que preside todas essas representações é a de que o favelado é uma pessoa que não sabe se inserir no sistema corretamente, precisando ser educado para isso. É uma lógica evolucionista em que está subentendida uma ascensão de padrões mais baixos para padrões mais altos de comportamento.

b) A percentagem de residentes nas "favelas" que não têm condições (renda mensal abaixo do mínimo exigido) para serem removidos para "conjuntos" é alojada em casas-triagem ou parque (ver capítulo 1), que são percebidos na escala de habitações do sistema de representações dos entrevistados como estando um pouco abaixo do pior -- as "favelas" -- ou mesmo se equiparando a estas.

"Culturalmente o homem do parque se considera um favelado. Não há diferenças substanciais entre parque e favelado. Há entre parques bons e maus. O que se pode pensar no caso dos parques bons, uma favela de baixo nível..." (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

"Casa-triagem é uma verdadeira favela. Inclusive porque eles não pagam nada. Vou dar prazo para saírem..." (Entrevista com técnico de remoção).

É inevitável que alguns estratos morem em condições ruins. Entretanto, ao morador do "parque" não está vedada a mobilidade, a "ascensão" em direção aos "conjuntos", espaço símbolo de um estrato superior, pois através da técnica do "remanejamento" eles podem conseguir sair dos "parques".

"Não... Tem havido... os parques proletários que são usados como unidade de triagem, tem havido remanejamento. ... uma ascensão do morador e então ele passa a ter um apartamento. Tem havido muito esse remanejamento" (Entrevista com técnico de remoção).

"Bom, o parque é como... nós temos as unidades de triagem, unidades de integração social e parque, ou unidade de integração soci

al é a mesma coisa. Realmente não houve evolução alguma, apenas ele vai ter no parque água, luz e esgoto que ele nem sempre teria na favela. E uma certa ordenação, uma certa possibilidade de ter um espaço regular, vamos dizer e não promíscuo como é na favela. Agora em sentido de evolução tem que ser analisado o que a família dele é, o que ele é, que condições teria de evoluir, qual a possibilidade que ele tem de aprender algum ofício, de melhorar alguma instrução para ele ou a mulher dele ou o filho dele ou o que seja prá então... ele ter condição de ganhar um pouco mais e poder, ter a possibilidade de sair do parque" (Entrevista com técnico de remoção).

Aqueles que não conseguem sair são considerados incapazes e com problemas patológicos sérios. Os "planejadores" percebem o desemprego e a instabilidade de emprego dos moradores dos "parques" ou "casas-triagem" como uma situação que depende principalmente das qualidades inerentes aos indivíduos, como não possuir qualificação profissional, preguiça, daí a ênfase em programas de treinamento de mão-de-obra.

A situação do "mercado de trabalho" é vista pelos "planejadores" como algo que depende, em primeira instância, do "favelado" ou do "parqueano", uma vez que se ele quiser trabalhar sempre haverá trabalho para ele.

"Tenho a impressão que dentro de uma abordagem como no... as falhas do C.H.P. ... sempre haverá uma faixa de população... Os C.H.Ps. deveriam receber esta população e desenvolver programas de desenvolvimento comunitário. Tentar fortalecer a renda, tentar integrá-lo no mercado de trabalho" (Entrevista com técnico ligado à remoção).

"Ah! Eu acho que eles (do parque) têm muitos problemas pessoais, vou dar um exemplo, eu em Nova Holanda visitava casas... o número de homens encostados pelo I.N.P.S. e satisfeitos com aquela situação... tomando seu solzinho de tarde... é impressionante, impressionante mesmo. Encostado pelo I.N.P.S., tinha continha na

venda, comem e dormem...

R) Eles estão acomodados naquilo. Muitos não têm condições de melhorarem mesmo...

R) Sei lá. Já são mais velhos, não tiveram estímulos, saúde, o número de neuróticos é assim de doidos, pelo I.N.P.S.... é impressionante... doentes mentais..." (Entrevista com técnico do programa de remoções).

Coerente com a lógica do sistema de representações do "planejador" sobre a remoção, os "parques" são considerados "ruins" também no que diz respeito à não propriedade e ao não pagamento. Não exigir nenhum pagamento é acostumar mal o "parqueno", é paternalismo, embora não possa ser de outra forma, pois estas pessoas não têm condições de pagar nada pela moradia ou apenas têm condições de efetuar um pagamento simbólico. Para resolver este "problema", na verdade uma defasagem entre os princípios que regem o sistema de representações do "planejador" e a situação concreta exigida na prática, é necessário "educar o parqueano para que ele tenha vontade de se elevar socialmente". As "casas-triagem" foram projetadas "longe" porque isso seria uma motivação para a saída do indivíduo, para que ele se esforçasse e conseguisse sair do "parque".

"A única solução viável para esse pessoal é o Estado partir para um programa de Assistência Social e de Habitação que torne o indivíduo economicamente capaz de atingir esse nível de poder pagar. Então, eu sugeri que primeiro se mudasse o nome de parque, que passasse a se chamar unidades ... eu esqueci o nome, sei lá ... mas era... quase uma unidade de triagem mas com uma outra finalidade. Seria a de colocar estes indivíduos que não pudessem pagar e nesses locais eles, então, teriam uma assistência social intensa e uma forma de treinamento, inclusive, prá capacitá-los a serem recolocados em outros empregos, orientados para outros empregos, prá poder então atingir um status e poderem sair des -

ses centros habitacionais provisórios e se tornarem, então, clientes do Banco Nacional de Habitação. Evidentemente, quando se discutiu isto, a primeira sugestão, inclusive, é que se colocassem estes centros em áreas afastadas da área urbana para não tornar possível o indivíduo ter vontade de ficar lá. Ele ficaria lá apenas por uma questão, durante aquele período de treinamento com a família na qual ele receberia uma certa subvenção do Estado mas era de tal maneira não atraente que ele se esforçaria para sair daí e ir para outro lugar. Bom, essa foi a idéia, estabeleceu-se, mais ou menos, a idéia desses centros, mas (depois) mudou completamente" (Entrevista com "técnico" do programa de remoções).

Em relação ao Programa de "remoções", como é chamado todo o processo da política de erradicação de favelas, e aos vários períodos por que passou o Programa, as representações dos "planejadores" classificam as pessoas que utilizam o Programa, manipulando dois pares em oposição:

os "primeiros removidos" e os "atuais"

X

a "remoção antes de Lacerda" e a "remoção depois de Lacerda", seja para valorizar negativamente ou positivamente qualquer um dos componentes dos pares.

Os "primeiros removidos" o foram em uma época em que o Programa não estava sedimentado e havia muita desconfiança dos "favelados" em relação a ele. Muitos não queriam ir e relutavam em sair das "favelas". São considerados os "piores", os mais "mal-educados".

"Este pessoal da Cidade de Deus é o pior. Porque foram carregados pelo Lacerda e eram obrigados a ir. Estes primeiros quebravam tudo. Os atuais já estão acostumados com a idéia de ir. Os primeiros eram os mais revoltados" (Entrevista com "administrador" de órgão de remoção).

Os "atuais" são os "favelados" que estão sendo removidos depois de uma fixação do Programa e depois de corrigidos erros feitos pela falta de experiência do Estado na matéria. Estes têm todo interesse em sair das favelas e se integrar ao Programa, uma vez que já perceberam as vantagens que são oferecidas, tornando-se "proprietários" e elevando-se socialmente. Também está em questão a situação de transitoriedade e insegurança que caracteriza atualmente as "favelas", uma vez que os favelados já perceberam que o Programa de erradicação "é prá valer". A competição é para conseguir "vaga" nos "conjuntos", para não "sobrarem" para os "parques".

"... não é questão que o favelado não queira sair não, porque quando você começa a tirar, os outros favelados vêm quase te implorar prá você... inventando renda e não sei o que, porque não querem ficar mais na favela, entendeu? Eu acho que o maior problema é o preço. Para a remoção. Fora disso, atualmente, não há aquele problema do favelado não querer abandonar o local de - le. Não tem mais isso. Ele já sabe que aquilo não é dele, que ele vai sair, que ele tem que sair..." (Entrevista com "técnico" de órgão de remoção).

Em oposição à transitoriedade da "favela" e dos "parques" existe a situação definitiva dos "apartamentos" que "é prá toda a vida".

De certa forma, os "primeiros removidos" correspondem à "época de Lacerda", isto é, ao período das primeiras remoções que foram realizadas no governo Lacerda. Alguns dos "planejadores" opinam que nessa época a remoção se fazia de maneira mais organizada e que não se construía conjuntos habitacionais muito grandes, que provocassem problemas de ocupação, que a concepção de casas era mais perfeita, etc...

"Acho que houve uma violentação de filosofia. Ela foi violentada. A filosofia que nós tínhamos foi violentada. Nós mudamos o

curso sem pesquisas. Não houve coisa nenhuma. Todo mundo sabe que a vida num prédio de apartamentos pressupõe um grau de civilização maior. Você mora num apartamento pequeno, eu que moro num apartamento grande, você vê o que é... você vai nessa área interna aí... é uma coisa tremenda, um problema sanitário. No entanto, o que que é? Todo mundo aqui ninguém veio de favela. Então, você transporta esse raciocínio prá gente que veio de favela, que não tem os menores ... o sentido até de restrição da sua liberdade que vai até o ponto que não atinge a liberdade do outro. É um caos... E nós temos tido problemas... o problema da formação de condomínio, o alheamento total do morador, agravado por defeitos também do planejamento nosso que não damos a limitação física dos lotes, prá ele saber que o lote dele vai até ali. Ele é responsável até aquela divisa, ele tem que gramar, ele tem que ajardinar, ele tem que cuidar, então eles fazem o mínimo, fecham o lixo, fecham uma parte do bloco, fecham outra parte do bloco e o resto é campo de ninguém, terra de ninguém..." (Entrevista com "técnico" de órgão de remoção).

"Nós tínhamos uma filosofia de casa, de embrião de casa, então, dar um mínimo necessário para que a família pudesse ter condição de se estabelecer num terreno próprio e que ela num esforço próprio expandisse a sua casa. Então, é um "parti pris" muito importante, "parti pris" não, como é que é? ... uma participação muito importante. Ele recebe um empurrão na vida e ele então vai dar o resto com o seu esforço. Era uma filosofia muito bacana, no sentido de tremendamente ter raízes sociais e todo nosso trabalho era pautado no trabalho das assistentes sociais, aí as mudanças vieram e nós tivemos que partir para blocos de apartamentos que não é a solução de forma nenhuma prá favelado" (Entrevista com técnico de órgão de remoção).

Por outro lado, os "atuais" removidos correspondem, de certa forma, à "remoção depois de Lacerda". As representações dos mesmos "planejadores", favoráveis ao modo como a remoção era feita na época de Lacerda, são ambíguas,

pois, de uma maneira geral, todos os "planejadores" consideram que os "atuais" estão mais satisfeitos e comportados e vêem a remoção com mais simpatia que os "primeiros removidos".

Uma das principais partes da planificação econômica no Rio de Janeiro, segundo certos critérios de racionalidade e, fundamentalmente, pretende garantir condições necessárias à reprodução da força de trabalho através da produção e consumo de alimentos e da reprodução dos meios de produção através da acumulação de capital que proporcione uma multiplicação de atividades econômicas no comércio e indústrias correlatas.

De outro lado, esta ação é vista também sob o aspecto da distribuição de renda. A distribuição de renda é considerada um dos aspectos fundamentais da política econômica e a remoção de famílias para áreas menos desenvolvidas é vista como uma medida para melhorar a distribuição de renda e promover o desenvolvimento econômico dessas regiões.

Porém, os próprios "planejadores" de uma maneira geral não estão convencidos da legitimidade de tais atos. Uma prova disso é a existência de operações de remoção, que obedecem a certos critérios e não são adaptadas às situações específicas.

Desta forma, os "planejadores" são vistos como "guia" de um povo que não sabe lidar com o poder econômico no mercado. Esta intervenção é feita em nome de um mercado que não existe e que seria mais adequado para um "mercado" de livre concorrência.

A surpresa dos "planejadores" diante do aumento de "protestos" depois da remoção, nos "critérios" é natural na medida em que seria impossível que a intervenção planejada e executada de maneira adequada que eles mesmos provocou. Isto seria devido às próprias declarações iniciais que tornaram possível a intervenção.

Os critérios de racionalidade da intervenção de longo prazo, também, é possível

## CONCLUSÕES

O processo de remoção de favelas, constituindo parte da planificação urbana no Rio de Janeiro, segue certos critérios de racionalidade e, fundamentalmente, preenche certas condições necessárias à reprodução da força de trabalho através da produção e consumo da habitação e da reprodução dos meios de produção através da acumulação de capital que proporciona uma multiplicação de atividades econômicas na construção e indústrias correlatas.

Por outro lado, esta ação é feita dentro dos limites do sistema. A ideologia que a justifica procura mascarar certas contradições do sistema que não podem ser resolvidas por este tipo de ação; ao mesmo tempo procura resolver as contradições inerentes ao próprio sistema de representações.

Na verdade, em grau maior ou menor, os "planejadores" de uma maneira geral estão convencidos da legitimidade de sua ação. Uma prova disso é a rotinização das operações de remoção, que obedecem a certos modelos fixos e não são adaptadas às situações específicas.

Desta forma, os "planejadores" se colocam como "guias" de uma população cuja lógica não podem compreender ou aceitar. Esta intervenção é feita em nome de uma "missão" a cumprir e se legitima pela autoridade, traduzindo-se numa "solução": a "erradicação de favelas".

A surpresa dos "planejadores" diante do acúmulo de "problemas" depois da remoção, nos "conjuntos", é natural na medida em que seria impossível que a intervenção prevesse e assumisse as conseqüências de perturbações que ela mesma provocou. Isto seria duvidar de suas próprias premissas iniciais que tornaram possível a intervenção.

Os critérios de racionalidade da intervenção se ligam, também, à polí-

tica dos grupos que repartem o poder do Estado. Desta forma, quando uma das linhas dominantes é "colonizar" o oeste do Estado, através da implantação de indústrias, é muito conveniente poder contar com mão-de-obra barata. Daí, constata-se o planejamento e a construção de conjuntos habitacionais na faixa que margeia a linha da estrada de ferro da Central do Brasil. Por outro lado, com o desenvolvimento do processo são obtidos efeitos colaterais, como o adensamento das regiões limítrofes, das "cidades-dormitório", que passam a constituir um verdadeiro "cinturão" com ocupação predominante de camadas de renda baixa, em torno do núcleo da cidade do Rio de Janeiro.

O processo de remoções de favelas, com o correr do tempo, redefine certas oposições e estabelece impasses como a contradição entre o tempo exigido na construção convencional (uma vez que a opção num país com abundante mão-de-obra não qualificada é a da construção convencional e não a de pré-fabricados) e a necessidade da construção rápida e em grande escala de unidades habitacionais de diferentes tipos, exigida pela política de erradicação de favelas. Por outro lado, há a necessidade de subvenção de parte da população favelada, uma vez que não dispõe de condições para pagar pela casa, o que torna inoperante princípios básicos de um banco, como é o caso do Banco Nacional de Habitação. Há também a impossibilidade de oferecer habitações de boa qualidade a preço baixo, em locais de fácil acesso, dado a valorização imobiliária dos terrenos que aumenta os custos da construção e em vista da necessidade de manter boas margens de lucros para as construtoras.

Por outro lado, tensões são redefinidas entre o aparelho de Estado e os "mutuários" do sistema que tentam manipulá-lo segundo seus interesses. Daí as constantes "reinterpretações" do sistema efetuadas pelo Estado, com constantes mudanças na legislação, através de portarias, atos e resoluções.

Por outro lado, como vimos através da análise do sistema de representações dos "planejadores", estes tentam sempre "integrar" o "favelado" às normas e padrões vigentes, o que explica aparentes oscilações na própria política. Daí, por exemplo, em face da alta percentagem de falta de pagamento no sistema, o Estado ameaça de despejo, caso o mutuário não efetue o pagamento, ao mesmo tempo em que lança o PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular) que advoga custos baixos de construção e prestações mais baixas.

O sistema de representações dos "planejadores", implícita ou explicitamente, opõe a categoria cidade à categoria favela, no que concerne à pureza/impureza, integração/não integração ou marginalidade. A favela é lugar sujo, feio, marginal, não integrado à cidade, onde se encontrariam indivíduos com qualificações semelhantes. O almejado é integrar estas pessoas à cidade que teria qualificações opostas e ideais. O "modus vivendi" da cidade é percebido como diferente do da favela; o comportamento e hábitos do favelado seriam diferentes dos das pessoas integradas na cidade e na sociedade maior, associada, desta forma, ao estilo de vida da cidade. Logo, é preciso integrar estas populações. A forma encontrada é acabar com estes focos que negam todos os valores desta sociedade maior e que por simplesmente existirem negam a própria ideologia política liberal dominante na sociedade maior. Ao mesmo tempo, transformar-se-ia o favelado em "proprietário". Para os "planejadores" a categoria "proprietário" se opõe à categoria "favelado". O proprietário é aquele que está integrado, que saiu da condição de marginalidade, é aquele para o qual "estão abertas as portas da sociedade". Desta forma, tornando o indivíduo proprietário, obrigando-o a assumir compromissos financeiros dentro do sistema legal vigente na sociedade maior, na cidade, empurram-no a uma integração maior no mercado de trabalho. "... quando ele se

vir com compromissos para pagar, ele vai procurar outros trabalhos ou um trabalho mais compensador" (entrevista com político de órgão de remoção). Dentro da discussão da categoria "proprietário" percebe-se também uma preocupação com o consumo, a própria categoria remete a isso: a casa como bem de consumo e a ênfase de todas as declarações na necessidade maior de consumir que o favelado terá depois da remoção. "... ele vai ter mais gosto prá arrumar sua casa, dotá-la de novas comodidades" (entrevista com político de órgão de remoção). "... pessoas que, não encontrado oportunidades de elevar as suas rendas, de aprimorar sua capacidade profissional ou de encontrarem um mercado de trabalho que lhes garantisse uma integração total na sociedade" (BRASIL. Ministério do Interior/B.N.H., 1971B: 13).

A sociedade é percebida como aberta: "... O favelado é uma pessoa que não teve oportunidade, precisa apenas de um empurrão, a remoção é este empurrão" (entrevista com político de órgão participante da remoção). Embora as oportunidades não sejam as mesmas para todos, o Estado pode promover, através da planificação, uma distribuição mais equitativa destas oportunidades de subida de status, de ascensão social.

Este conjunto de representações sobre o favelado pode ser visto da seguinte forma:

REMOÇÃO ----- > MUDANÇA ----- > INTEGRAÇÃO NO SISTEMA LEGAL VI -  
 GENTE ----- > INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO ----- > MAIOR CON-  
 SUMO.

A mudança é vista como necessária e desejável para os favelados e para a sociedade maior, entendendo-se que a mudança física significaria melhoria de status. Acena-se com a possibilidade de uma crescente mobilização. Tornando-se o indivíduo proprietário de sua casa, as portas da sociedade se a -

brem para que ele tente uma ascensão social que, assim, torna-se não só possível como provável.

Essa obrigação de participação na sociedade maior, essa pressão a que se submete o indivíduo a pautar seus comportamentos, hábitos e relações sociais pelas normas e valores dos que fazem a planificação, pode ser claramente notada nessa observação de um "planejador": "Na nossa sociedade não se admite alguém que possa fazer escolhas, os limites já estão impostos pelo sistema" (participante de órgão de remoção).

Neste trabalho procurei esclarecer algo sobre o conteúdo social da prática da política de remoções de favelas. Em face das limitações impostas pela dissertação de Mestrado optei por estudar como um todo o discurso dos "planejadores", pelos motivos já mencionados; entretanto, estou consciente de que deixei de lado outros tipos de discurso que poderiam ajudar a esclarecer a problemática estudada e, talvez, mudar o rumo de algumas das análises aqui efetuadas. Como, por exemplo, a identificação e análise dos diferentes estratos dentro do grupo de "planejadores" obrigaria a que seu discurso fosse fracionado e tratado em blocos separados. Também, a análise em profundidade das diferentes facções e suas relações mudaria o rumo do trabalho; porém, não foi o que me propus aqui.

Neste sentido, considero como principal lacuna a falta da análise do discurso dos "mutuários" do sistema de remoções, sejam favelados ou não. Embora considerados no segundo capítulo, no estudo dos atores em jogo, não analisei seu discurso no terceiro capítulo, face à limitação de tempo e de recursos. Esta análise, de certa forma, representaria o reverso da medalha, uma vez que, provavelmente, os "planejadores" ocupam lugar de destaque no sistema de representações dos mutuários, dado o tipo de interferência que provo

cam na vida destes.

Por outro lado, para os propósitos de meu trabalho, a discussão da ideologia dos "mutuários" do sistema, representantes de uma parcela das camadas de renda baixa, constituiria um complemento para o estabelecimento do quadro das relações sociais que se dão entre os agentes-suportes de uma ideologia do Estado e as camadas para as quais se dirige a política de remoção. Poderia representar a contraposição à ideologia dominante ou, o mais provável, um eco da ideologia dominante, no sentido de utilizar elementos dessa ideologia embora apresentando características autônomas.

ooo0ooo

GPG/amrr.

## BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ALTHUSSER, Louis

1970 - "Idéologie et appareils idéologiques d'Etat". La Pensée, juin: 3/37.

1971 - "La revolución teórica de Marx". México: Siglo Veintiuno Ed. , 7a. ed.

BOSCHI, Renato Raul e GOLDSCHMIDT, Rose Ingrid

1970 - "Populações faveladas no Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: I.U. P.E.R.J.

BRASIL. Ministério do Interior/B.N.H.

1969a - "CHISAM - Origem, objetivos, programas e metas". Rio de Janeiro: B.N.H.

1969b - B.N.H. Relatório 1. "Evolução, perspectivas, objetivos e métodos".

1971a - B.N.H. "Manual de instruções para as COHABS e organismos semelhantes".

1971b - "CHISAM - Metas alcançadas e novos objetivos do Programa".

1972 - "B.N.H. Boletim mensal" nº 25.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica

1967 - "Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Habitação" (versão preliminar).

CAMPOS, Roberto de Oliveira

1965 - "O problema da habitação no Brasil". Digesto Econômico, 181 , jan/fev. 1965.

CARDOSO, Fernando Henrique

1972 - O Modelo Político Brasileiro. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

CASTELLS, Manuel

1969 - "Vers une théorie sociologique de la planification urbaine". Sociologie du Travail, 4, oct/dec. 1969: 413-443.

1972 - La Question Urbaine. Paris: Maspéro.

COELHO, Rêmulô

- 1970 - "As favelas do Estado da Guanabara, segundo o censo de 1960". Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 31 (122), abr/jun. 1970: 125-141.

DALAND, Robert T.

- 1969 - Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Lidador.

ESTADO DA GUANABARA

- 1968 - Estatuto e regimento interno da COHAB/GB.
- 1969a - "Relatório: Um programa que está sendo cumprido". COHAB.
- 1969b - "A experiência do serviço social na COHAB/GB", mimeo.
- 1970 - "Relatório". COHAB.
- s/d - "Rio. Guanabara em nova dimensão - Um balanço do Governo Negro de Lima".

FRANKENBERG

- 1968 - "British Community Studies. Problems of Synthesis". The Social Anthropology of Complex Societies, Banton, M. (ed.). A.S.A. Monographs 4: 123-154.

GOFFMAN, E.

- 1970 - Estigma. Buenos Aires: Amorrortu. Trad.

GOULART, J.A.

- 1957 - As favelas do D.F. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.

GROUPE DE SOCIOLOGIE URBAINE DE NANTERRE

- 1970 - "Paris 1970: reconquête urbaine et renovation-déportation". Sociologie du Travail, 4, oct./déc.: 488-513.

GUIMARAES, Alberto Passos

- 1953 - "As favelas do D.F.". Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, 14 (5), jul/set. 1970: 250-276.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA GUANABARA (IDEG), CENTRO DE COORDENAÇÃO INDUSTRIAL PARA O PLANO HABITACIONAL (CIPHAB-GB) & CENTRO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (CESEC)

- 1968 - A Interpenetração das áreas faveladas e áreas industriais no Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: IDEG.

## JORNAL DO BRASIL

1973 - 1º caderno. 3/2/1973.

LEACH, F.R.

1954 - Political Systems of Highland Burma. Free Press.

LEDRUT, Raymond

1971 - Sociologia Urbana. Rio de Janeiro: Forense.

LEEDS, Anthony

1969 - "The significant variables determining the character of squatter settlements". América Latina, 2, Rio de Janeiro: 44-86.

LEEDS, Anthony & Elizabeth

1971 - "Brasil in the 60's: favelas and polity, the continuity of structure of social control". University of Texas, mimeo.

LÉVI-STRAUSS, C.

1967 - Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LOJKINE, J. & PRETECEILLE, E.

1970 - "Politique urbaine et stratégie de classe". Spaces et Sociétés, 1, nov.: 79-84.

MACEWEN, Alison M.

1972 - "Stability and Change in a shanty town...". Sociology, Oxford Press, Jan.

MANGIN, William

1967 - "Latin American squatter settlements: a problem and a solution". Latin American Research Review, 2 (3): 65-98.

MACHADO DA SILVA, L.A.

1967 - "A política na favela". Cadernos Brasileiros, Rio de Janeiro, 3 (41), maio/jun.: 35-47.

MACHADO DA SILVA, L.A. & SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos

1969 - "Les politiques d'intervention". Economie et Humanisme, 186, mar/abr.: 53/60.

MEDINA, Carlos Alberto de

1969 - "A favela como uma estrutura atomística: elementos descritivos e constitutivos". América Latina, 3, jul/set.: 112-136.

NICHOLAS, Ralph W.

- 1968 - "Factions: a comparative analysis". Political Systems and the Distribution of Power, Banton, M. (ed.). A.S.A. Monographs 4 : 22-60.

O'NEAL, Charles

- s/d. - "Some problems of urbanization and removal of Rio favelas". CENPHA, mimeo.

PARISSE, Lucien

- 1969a - "Las favelas en la expansión urbana de Rio de Janeiro: estudio geográfico". América Latina, 3, jul/set.: 7-43.
- 1969b - "Favelas do Rio de Janeiro: Evolução, sentido". Rio de Janeiro: Cadernos do CENPHA 5.
- 1970 - "Favelas de l'agglomération de Rio de Janeiro". Université de Strasbourg, thèse de 3ème cycle, mimeo.

POULANTZAS, Nicos

- 1970a - Pouvoir politique et classes sociales dans l'État capitaliste. Paris: Maspéro.
- 1970b - Fascisme et ditature. Paris: Maspéro.

REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1961 - v. 48, set/out.
- 1964 - v. 62, jan/fev.

SAGMACS

- 1960 - "Aspectos humanos da favela carioca". O Estado de São Paulo, suplemento especial, 10, 13 e 15 de abril.

TRINDADE, Mário

- 1971 - Habitação e Desenvolvimento. Petrópolis: Ed. Vozes.

TURNER, John

- 1966 - "Programação habitacional e favelas". Rio de Janeiro: CENPHA.

TURNER, Victor

- 1968 - Schism and continuity in an African Society. Manchester University Press.

WOLF, Eric

- 1968 - "Kinship, friendship and patron-client relations in complex societies". The Social Anthropology of Complex Societies, Banton, M. (ed.). A.S.A. Monographs 4: 1-22.

CHISAM

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

ANEXOS:

- I - Ficha utilizada nos levantamentos sócio-econômicos realizados pela CHISAM
- II a VII - Comunicados ao morador da favela por ocasião da remoção e por razões de atraso de pagamento das prestações dos apartamentos
- VIII - Atuais Centros de Habitação Provisória
- IX - Favelas erradicadas no período 1962/1968

SEXO	OCUPAÇÃO	SALÁRIO	GRUPO

ESTADO DE MATRIMÔNIO: CASADO  SEPARADO  VIÚVO  SOLTEIRO

QUANTIDADE DE FILHOS: MENOS DE CINCO  CINCO A DEZ  MAIS DE DEZ

ANCIANIDADE: MENOS DE CINCO ANOS  CINCO A DEZ ANOS  MAIS DE DEZ ANOS

FISCO DO BARRACO: CEDIDO  CHISAM OUTROS

LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

NOME DO RESPONSÁVEL \_\_\_\_\_ Nº DO BARRACO \_\_\_\_\_

IDENTIDADE Nº \_\_\_\_\_

EMPREGO ATUAL (Ocupação) \_\_\_\_\_ BAIRRO \_\_\_\_\_

NOME DA EMPRESA \_\_\_\_\_

CARTEIRA ASSINADA: Sim  Não

SALÁRIO: CR\$ \_\_\_\_\_ OUTRAS RENDAS: CR\$ \_\_\_\_\_

NOME DO CÔNJUGE \_\_\_\_\_ Emprego Atual \_\_\_\_\_

SALÁRIO: Cr\$ \_\_\_\_\_ BAIRRO \_\_\_\_\_

Nº DE DEPENDENTES MENORES DE 18 ANOS:

MASCULINO  FEMININO

DEPENDENTES MAIORES DE 18 ANOS

NOME	OCUPAÇÃO	SALÁRIO	OBS.

SITUAÇÃO DO BARRACO: PRÓPRIO  CEDIDO  ALUGADO  PREÇO:

TIPO DO BARRACO: ALVENARIA  MADEIRA  OUTROS

ALVENARIA E MADEIRA  MADEIRA E OUTROS

SOMA DE PESOS \_\_\_\_\_

PISO DO BARRACO: CIMENTO  MADEIRA  OUTROS   
MADEIRA E OUTROS

SOMA DE PESOS \_\_\_\_\_

TAMANHO DO BARRACO

COZINHA DENTRO DO QUARTO   
COZINHA E QUARTO SEPARADOS   
QUARTO E SALA E COZINHA SEPARADOS   
2 QUARTOS, SALA E COZINHA SEPARADOS

INVENTÁRIO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

Fogão a Gás ..... SIM \_\_\_\_\_ NÃO \_\_\_\_\_  
Rádio ..... \_\_\_\_\_  
Dormitório Completo ..... \_\_\_\_\_  
Mobília sala de jantar ..... \_\_\_\_\_  
Geladeira ..... \_\_\_\_\_  
Máquina de costura ..... \_\_\_\_\_  
Liquidificador ..... \_\_\_\_\_  
Televisão ..... \_\_\_\_\_

SOMA DE PESOS \_\_\_\_\_

A CHISAM COMUNICA AO MORADOR DA FAVELA

- 1) VOCÊ PODERÁ SER SERIAMENTE PREJUDICADO NA MUDANÇA, SE TROCAR O BARRACO.
- 2) VOCÊ PODERÁ SER SERIAMENTE PREJUDICADO NA MUDANÇA, SE VENDER OU COMPRAR BARRACO AQUI.
- 3) VOCÊ PODERÁ SER SERIAMENTE PREJUDICADO NA MUDANÇA, SE NÃO TIVER FICHA NA CHISAM OU SE NA FICHA EXISTENTE, NÃO CONSTAR TODAS AS INFORMAÇÕES CORRE -  
TAS E AS PESSOAS QUE MORAVAM NO BARRACO QUANDO FOI FEITA A FICHA.
- 4) VOCÊ PODERÁ SER SERIAMENTE PREJUDICADO NA MUDANÇA, SE CONSTRUIR BARRACO AQUI E NÃO TIVER FICHA NA CHISAM.

NO DIA DA SAÍDA VOCÊ DEVERÁ ESTAR PRESENTE,  
ARRUMAR TUDO E AJUDAR. A PESSOA RESPONSÁVEL  
DEVE ACOMPANHAR A MUDANÇA COM O AVISO  
AMARELO QUE RECEBER E TODOS OS DOCUMENTOS DE  
IDENTIFICAÇÃO.

NÃO PROCURE OS ESCRITÓRIO DA CHISAM.

OS PROBLEMAS SERÃO DISCUTIDOS COM O PESSOAL DA CHISAM TRABALHANDO  
NESTE LOCAL.

VOCÊ NÃO PODERÁ TROCAR A CASA OU APARTAMENTO QUE RECEBER,  
SEM AUTORIZAÇÃO. A COMPRA E VENDA NÃO SERÃO PERMITIDAS .  
NÃO SE RESPONSABILIZANDO A CHISAM OU QUALQUER OUTRO ÓRGÃO  
DO ESTADO POR TRANSAÇÕES ILEGAIS.

Se você for removido para unidade transitória, por insuficiência de renda,  
poderá inscrever-se posteriormente, tão logo melhore a sua condição finan  
ceira em relação ao número de pessoas da família.

CHISAM.

- 1) Você poderá ser seriamente prejudicado na mudança se trocar a casa.
- 2) Você poderá ser seriamente prejudicado na mudança, se vender ou comprar casa aqui.
- 3) Você poderá ser seriamente prejudicado na mudança, se não tiver ficha na CHISAM ou se na ficha existente não constar todas as informações corretas e as pessoas que moravam na casa, quando foi feita a ficha.
- 4) Você poderá ser seriamente prejudicado na mudança, se construir casa aqui e não tiver ficha na CHISAM.
- 5) No dia da saída, você deve estar presente, arrumar tudo e ajudar. A pessoa responsável deve acompanhar a mudança com o aviso amarelo e todos os documentos de identificação.
- 6) Não procure os escritórios da CHISAM.
- 7) Os problemas serão discutidos com o pessoal da CHISAM trabalhando neste local.
- 8) Você não poderá trocar a casa ou apartamento que receber, sem autorização. A compra e venda não serão permitidas, não se responsabilizando a CHISAM ou qualquer outro órgão do Estado por transações ilegais.
- 9) Se você for removido para unidade transitória, por insuficiência de renda, poderá inscrever-se posteriormente, tão logo melhore sua condição financeira, em relação ao número de pessoas da família.
- 10) Você poderá ser seriamente prejudicado na mudança se negar informações sobre o seu salário ou sobre as pessoas que vivem na sua casa.
- 11) Declare todas as pessoas que vivem na casa.
- 12) Você que mora aqui, deve colaborar com os outros moradores e com a CHISAM, não permitindo a construção de novas casas, pois isto poderá prejudicá-lo seriamente.
- 13) Sábado e Domingo, permaneçam em suas casas, com todos os documentos, e esprem um funcionário da CHISAM.
- 14) Se em sua casa existem pessoas de mais de 60 anos ou pessoas asmáticas, que sofram do coração, paralíticas, com defeitos físicos ou cegas, declare ao funcionário da CHISAM.
- 15) Você deve comprovar todos os salários com: declarações dos patrões com firmas reconhecidas, carteira profissional, contra-cheques de pagamentos, declaração de Imposto de Renda ou outro documento que comprove seus salários.
- 16) Você é responsável pelas declarações que prestar, portanto, assine sua ficha.

CONJUNTO DE APARTAMENTOS CAPITÃO TEIXEIRA

O Conjunto Capitão Teixeira da COMAB está em Realengo. Você encontra nas proximidades do referido Conjunto comércio e transporte (ônibus e trens). Você ainda pode fazer suas compras no centro comercial de Bangu. Relativamente próximo ao Conjunto você conta com padaria, açougue, farmácia, banco, correio, armazém, assistência hospitalar (Realengo e Bangu). Além da Escola Frei Veloso, existem 5 Escolas prontas no Conjunto, cada uma delas com 11 salas de aula e 1 de artesanato.

-----

CONJUNTO RESIDENCIAL CIDADE DE DEUS

O Conjunto Cidade de Deus conta com 5 escolas primárias, 1 escola supletiva, 1 Jardim de Infância, 2 Ginásios particulares, 1 Centro Comunitário da SSS com vários cursos, Igrejas, 1 posto médico, serviço de vacinação e dentário, confeitarias, super mercados, farmácias, sapatarias, açougues, feira-livre e 3 linhas de ônibus.

\*\*\*\*\*

COMUNICADO AO NOVO MORADOR DOS CONJUNTOS DA COHAB.

- 1) - VOCÊ NÃO PODERÁ TROCAR A CASA, TRIAGEM OU APARTAMENTO SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO OFICIAL.
- 2) - A COMPRA E VENDA DE CASAS, TRIAGENS OU APARTAMENTOS DA COHAB É PROIBIDA, NÃO SE RESPONSABILIZANDO A CHISAM OU QUALQUER OUTRO ÓRGÃO DO ESTADO PELAS TRANSAÇÕES ILEGAIS OU USO INDEVIDO DO IMÓVEL.
- 3) - A ENTRADA EM CASAS, TRIAGENS OU APARTAMENTOS DA COHAB, SEM AUTORIZAÇÃO OFICIAL, É ILEGAL, DESOBRIGANDO OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS PELA OCUPAÇÃO DOS CONJUNTOS DE QUAISQUER RESPONSABILIDADES.
- 4) - AO OCUPAR UM APARTAMENTO DA COHAB, O MORADOR DEVE ASSINAR O "TERMO DE OCUPAÇÃO COM OPÇÃO DE COMPRA", APRESENTAR SEUS DOCUMENTOS, DAR AS INFORMAÇÕES COMPLETAS E VERDADEIRAS, PAGAR TAXA DE OCUPAÇÃO E MANTER O PAGAMENTO DO CONDOMÍNIO E DAS PRESTAÇÕES DEVIDAS À COHAB RIGOROSAMENTE EM DIA, SOB PENA DE CORRER O RISCO DA PERDA DO APARTAMENTO. O NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES POR PARTE DO OCUPANTE DE UMA CASA OU TRIAGEM DA COHAB, IMPLICA IGUALMENTE NO RISCO DA PERDA DO IMÓVEL.
- 5) - O NOVO MORADOR DEVERÁ CONSULTAR A COHAB PARA ORIENTAÇÃO SEMPRE E QUANDO:
  - a) - Pretender passar sua casa, triagem ou apartamento para outra pessoa.
  - b) - Pretender trocar sua casa, triagem ou apartamento.
  - c) - Pretender introduzir modificações ou alterações na construção de sua casa, triagem ou apartamento.
  - d) - Pretender desistir e entregar sua casa, triagem ou apartamento.
  - e) - Observar problemas devidos à construção e que estejam afetando a família.
  - f) - Falecer o morador em cujo nome está a casa ou apartamento.
  - g) - Notar algum problema com respeito aos recibos das prestações.
- 6) - O MORADOR DEVE CONSERVAR EM SEU PODER E EM ABSOLUTA ORDEM A DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL COMPARECENDO À COHAB SEMPRE QUE SUA PRESENÇA FOR SOLICITADA.

\*\*\*\*\*

COMUNICADO AO MORADOR QUE SERÁ REMOVIDO DO PARQUE.

- 1) - VOCÊ PODERÁ SER SERIAMENTE PREJUDICADO NA MUDANÇA, SE NÃO ESTIVER REGIS-  
TRADO COMO MORADOR.
- 2) - VOCÊ PODERÁ SER SERIAMENTE PREJUDICADO NA MUDANÇA, SE TROCAR, VENDER ,  
COMPRAR, INVADIR OU CONSTRUIR.
- 3) - VOCÊ PODERÁ SER SERIAMENTE PREJUDICADO NA MUDANÇA, SE AS INFORMAÇÕES NÃO  
FOREM COMPLETAS E VERDADEIRAS.
- 4) - VOCÊ PODERÁ SER SERIAMENTE PREJUDICADO NA MUDANÇA, SE NÃO DEIXAR SUA MO-  
RADA LIMPA E EM ABSOLUTA ORDEM.

NO DIA DA SAÍDA, VOCÊ DEVERÁ ESTAR PRESENTE,  
AJUDAR E ARRUMAR TUDO. O RESPONSÁVEL DEVERÁ  
ACOMPANHAR A MUDANÇA COM O AVISO AMARELO QUE  
RECEBER E TODOS OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICA-  
ÇÃO.

.....

VOCÊ NÃO PODERÁ TROCAR O APARTAMENTO QUE RECEBER, SEM AUTORIZAÇÃO.  
A COMPRA E VENDA DOS APARTAMENTOS DA COHAB É PROIBIDA, NÃO SE RESPONSA-  
BILIZANDO A CHISAM OU QUALQUER OUTRO ÓRGÃO DO ESTADO POR      QUAISQUER  
TRANSAÇÕES ILEGAIS.

C I R C U L A R

SR. MORADOR: CHAMAMOS SUA ATENÇÃO PARA OS AVISOS ABAIXO.

1º - Estando o Senhor em atraso com as prestações do seu apartamento, pague-as na Coletoria local.

2º - Caso seja impossível o pagamento de todas as prestações atrasadas, compareça com urgência na sede da COHAB, Av. Nilo Peçanha, nº 26 - 3º andar, para tratar do possível parcelamento de sua dívida, munido de todos os seus documentos.

3º - A partir de / /72, quem continuar em atraso e não tiver comparecido à sede da COHAB, para tentar resolver seu problema, perderá a autorização para continuar ocupando o imóvel, e será imediatamente encaminhado para o Parque Proletário.

4º - Os moradores que estiverem em atraso com as prestações, não serão beneficiados pelo novo plano do B.N.H., que diminuirá o valor das mensalidades, e as prestações em atraso, serão cobradas com juros e correção monetária.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1972.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DA GUANABARA - COHAB

ATUAIS CENTROS DE HABITAÇÃO PROVISÓRIA

CENTRO DE HABITAÇÃO PROVISÓRIA	a) ENDEREÇO	Nº TOTAL DE MORADIAS	R A.
C.H.P. - 1 - Gávea	Rua Marquês de S. Vicente, 147	640	VIº - Lagoa
C.H.P. - 2 - Cordovil	Rua Jorge Coelho, s/nº	60	XIº - Penha
C.H.P. - 3 - Manguinhos	Av. dos Democráticos, 30	968	Xº - Ramos
C.H.P. - 4 - São José	Estrada de Manguinhos, s/nº	350	Xº - Ramos
C.H.P. - 5 - Ramos	Rua Gerson Ferreira, 6	761	Xº - Ramos
C.H.P. - 6 - Nova Holanda	Rua Sargento Silva Nunes, s/nº	1 966	Xº - Ramos
C.H.P. - 7 - Paciência	Estrada do Massapé, s/nº	520	XIXº - S. Cruz
C.H.P. - 8 - Andaraí	Rua Ernesto de Souza, 133	100	IXº - V. Isabel
<b>T O T A L</b>		<b>5.365</b>	

FONTE: ESTADO DA GUANABARA/SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS/FUNDAÇÃO LEÃO XIII - Divisão de Centros de Habitação Provisória - Plano de Ação para 1972.

F A V E L A S   E R R A D I C A D A S

Nº DE ORDEM	N O M E	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE HABITANTES	DESTINO	TIPO DE ERRADICAÇÃO
1	Esqueleto	800	4.400	N.H. - V.A. - V.K.	Parcial
2	Morro dos Prazeres	10	53	V.A.	Parcial
3	Bom Jesus	510	2.703	V.A.	Total
4	Vila da Penha	180	1.505	V.A.	Parcial(p/urbaniz.)
5	Vila do Vintém	4	32	V.A.	Parcial
6	Álvaro Ramos	25	132	V.A.	Total
7	Ponta do Caju	30	159	V.A.	Total
8	CCPL	104	625	V.A.	Total
9	Timbó	98	551	V.A.	Parcial
10	São Carlos	253	1.340	V.A.	Parcial
11	Moreninha	35	185	V.A.	Total
12	Avenida Brasil	14	79	V.A.	Parcial
13	Pasmado	911	4.828	V.A. - V.K.	Total
14	Maria Angú (1º)	43	1.559	V.K.	Parcial
15	Getúlio Vargas	113	596	V.K.	Total
16	Maria Angú (2º)	460	2.520	V.K. - V.A.	Total
17	João Cândido	665	3.597	N.A. V.E.-N.H. SERFHA	Total
18	Vila do SASE	11	56	V.A.	Total
19	Macedo Sobrinho	14	76	V.K.	Parcial

(continua)

(continuação)

F A V E L A S   E R R A D I C A D A S

Nº DE ORDEM	N O M E	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE HABITANTES	D E S T I N O	TIPO DE ERRADICAÇÃO
20	Marquês de S.Vicente(1º)	30	146	V.K. - V.A.	Parcial
21	Praia do Pinto	13	54	V.A. - SERFHA	Parcial
22	Del Castilho (1º)	9	50	V.A.	Parcial
23	Brás de Pina	366	1.777	V.A. N.H. SERFHA	Parcial
24	Ladeira dos Funcionários	8	27	V.K. - SERFHA	Parcial
25	Turano	35	177	N.H.	Parcial
26	Rio Joana	23	101	V.A. - N.H.	Total
27	Morro do Quietto	46	195	N.H. - V.A.	Parcial
28	Praia do Pinto	12	54	V.A. - SERFHA	Parcial
29	Esqueleto	3.131	13.813	V.K. - N.H.	Total
30	Av. 24 de Maio	36	145	N.H. - V.K.	Parcial
31	Del Castilho	8	50	N.H.	Total
32	Marquês de S.Vicente(2º)	81	371	V.K. - N.H. SERFHA A. RAMOS	Parcial
33	Quietto	51			

45 barracos

T O T A I S

8.078

41.958

FONTE: ESTADO DA GUANABARA - "A experiência do Serviço Social na COHAB", jan. 1969, mimeo.

# RIO DE JANEIRO



PRINCIPAIS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO SISTEMA COHAB E PRINCIPAIS FAVELAS ERRADICADAS ATÉ 1972

 CONJUNTOS  
 FAVELAS

FONTES: CHISAM e COHAB.

## RESUMO

O trabalho tem como propósito analisar a política de remoções de favelas no Rio de Janeiro, utilizando a abordagem antropológica. Essa análise é feita através de duas linhas principais que se encontram interrelacionadas : a "prática" da remoção e a ideologia sobre a mesma, por parte dos "planejadores" -- os agentes que a põem em prática. Inicialmente, procura-se relacionar a problemática da remoção com a da urbanização da cidade do Rio de Janeiro. A remoção é vista como um processo ao longo do tempo que se liga a toda uma preocupação crescente com a urbanização. Por outro lado, esse processo também depende das próprias opções de política econômica adotadas no país . Dessa maneira explica-se a ênfase na construção de casas, o estímulo à indústria da construção civil e a criação de um sistema de poupança e empréstimo como fatores altamente incentivadores de uma política de erradicação de favelas com remoção de seus ocupantes para conjuntos habitacionais e unidades de triagem.

No Rio de Janeiro a localização de um grande número de favelas em terrenos altamente valorizados e cobiçados pelos agentes do mercado imobiliário, ao lado da necessidade de construção de unidades para favelados em terrenos mais baratos, possibilita uma análise do significado do processo de remoções para a cidade como um todo, em termos de uma estatística diferencial entre zonas urbanas. Dessa forma observa-se uma mudança de um grande contingente populacional (cerca de 250 mil pessoas) de determinadas zonas da cidade para outras, durante o período analisado (1962-1972).

Por outro lado, esta mudança induzida implica na necessidade de manutenção de um quadro técnico e administrativo de razoáveis proporções que serão os agentes-suportes da ideologia da política de remoções de favelas. Cha

mei-os de "planejadores". Estes manipulam a identidade social do "favelado", juntamente com indivíduos de renda baixa que desejam "casa própria" e com os próprios "favelados", e através dessa manipulação estabelecem relações do tipo de clientela, rotinizando o faccionalismo.

O outro aspecto analisado sobre a política de remoções de favelas diz respeito à maneira pela qual a "favela" e o "favelado", juntamente com as categorias utilizadas na prática das remoções, são percebidas pelos "planejadores". O conjunto de representações sobre as conseqüências das remoções para o favelado pode ser assim simplificado:

REMOÇÃO --> MUDANÇA --> INTEGRAÇÃO NO SISTEMA LEGAL VIGENTE -->  
INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO --> MAIOR CONSUMO.

oooOooo